INÊS 249

Aviação executiva
Com menos espaço em Congonhas, Campo de Marte deve avançar no segmento, prevê Flávio Pires, da Abag B2

Regulação das redes
Reino Unido afirma que redes sociais ampliaram desinformação em meio à onda de violência anti-imigração A15 e B4

Seguros
Insurtech Akad, da GP Investimentos, diversifica atuação e entra no ramo de pessoas, diz Gamboa C6

Terça-feira, 6 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6059 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Receio com economia dos EUA abala os mercados

Turbulência Risco de recessão repercutiu em todo o mundo; no Brasil, dólar chegou a R$ 5,86 na máxima

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende
De São Paulo

Os mercados globais iniciaram a semana com forte turbulência. As bolsas de valores fecharam com perdas em todo o mundo. O principal motivo do pânico que tomou conta dos investidores, levando à venda generalizada de ativos financeiros, é o temor de que os EUA não conseguirão evitar uma recessão. Em Tóquio, foi registrada a maior queda, de 12,4%, a segunda maior de sua história; na Coreia do Sul, a bolsa recuou 8,7%. Em Wall Street, o índice S&P 500 caiu 3%, em seu pior dia desde setembro de 2022. O índice VIX, termômetro da volatilidade em Nova York, disparou 65%. O mercado brasileiro sentiu os efeitos do nervosismo internacional, com o Ibovespa operando em queda durante todo o dia. O dólar, que fechou no nível mais alto desde março de 2021, chegou à máxima de R$ 5,864 logo na abertura dos negócios.

Nos últimos dias, indicadores econômicos americanos mais fracos que o esperado têm gerado preocupação. A interpretação é que o Federal Reserve (Fed) estaria demorando demais para iniciar o ciclo de corte de juros. Com isso, a atividade estaria enfraquecendo de forma mais intensa que o desejado, devido às taxas de juros elevadas. O presidente do Federal Reserve de Chicago, Austan Goolsbee, disse ontem que o mercado de trabalho perdeu força, mas não a ponto de se considerar que os EUA estão entrando em recessão. "Temos que ter cuidado em tirar conclusões", afirmou. O mercado passou a apostar majoritariamente em uma queda de 0,5 ponto percentual na taxa referencial americana na reunião do Fed de setembro — até a semana passada, a expectativa era de um corte de 0,25 ponto.

Para Ruy Alves, gestor da Kinea, o mercado está descolado dos fundamentos econômicos e ainda não há razão para crer em recessão nos EUA, tampouco em uma desaceleração mais brusca. O câmbio reduziu a intensidade de valorização no decorrer das operações, com o dólar encerrando em alta de 0,56%, a R$ 5,741. No ano, a moeda americana, que vem em uma escalada diante do real há algum tempo, acumula alta de 18,3%. O Ibovespa, após chegar a cair mais de 2% no pior momento do dia, encerrou em baixa de 0,46%. **Páginas C1 e C2**

'Valor' premia empresas que lideram a inovação

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Cultura corporativa voltada ao novo, diversidade nas equipes e ousadia para avançar rumo à excelência de produtos e serviços são algumas das estratégias das empresas que se destacaram no **Prêmio Valor Inovação Brasil** 2024, homenageadas ontem em evento realizado em São Paulo. A principal premiação para a pesquisa, desenvolvimento e inovação do país — realizada pela **Valor** em parceria com a Strategy&, da consultoria PwC — chega à 10ª edição neste ano. Considerando aspectos como tecnologia, olhar para o futuro e eficiência, o ranking aponta as 150 empresas mais inovadoras do país em 25 setores da economia.

Metade das empresas líderes do ranking investe mais de 5 % da receita em inovação, como o Hospital Albert Einstein, líder do levantamento. Outro cenário comum entre as melhores colocadas é que elas exploram, em média, 40% mais aspectos ligados à tecnologia nas inovações do que as demais integrantes do ranking. "As líderes citam mais a inteligência artificial [IA] nos processos de trabalho do que a média de todas as companhias do estudo", compara Jacques Moszkowicz, sócio da Strategy& e responsável pela metodologia da pesquisa que embasa a premiação.

Desde a edição de 2023 , as menções à IA generativa aumentaram nos casos analisados. "No ano passado, cerca de 14% mencionaram o uso de algum tipo de IA. Em 2022, esse número era de 7%", destaca Moszkowicz.

O **Prêmio Valor Inovação Brasil** recebeu 309 inscrições, das quais 273 empresas eram elegíveis para a pesquisa. Foram analisados aproximadamente 770 casos, entre aqueles já em execução e outros ainda em prova de conceito. **Páginas A10 e A11**

A maior medalhista do Brasil

ABBIE PARR/AP PHOTO

As americanas Simone Biles (prata) e Jordan Chiles (bronze) homenageiam Rebeca Andrade no pódio, medalha de ouro na prova de solo da ginástica artística. Com o resultado, a ginasta tornou-se a maior medalhista olímpica brasileira, com seis no total: duas de ouro, três de prata e uma de bronze. "Ela é uma rainha. É por isso que fizemos [a homenagem]. Era o correto a ser feito. Ela é absolutamente incrível, como pessoa e como ginasta. Só tenho coisas boas a dizer sobre ela", disse Biles. "Elas são as melhores do mundo. Então, ter uma cena como essa significa muito para mim. Eu me sinto honrada", retribuiu Rebeca em entrevista. Página B6

Mars negocia compra da dona da Pringles

James Fontanella-Khan, Maria Heeter e Gregory Meyer
Financial Times, de Nova York

A Mars, conglomerado de alimentos e doces e também de produtos e serviços para animais de estimação, está em negociações para comprar a Kellanova, fabricante das batatas Pringles e dos biscoitos Pop-Tarts, segundo fontes familiarizadas com o assunto. Se concretizada, será uma das maiores transações do setor de alimentos em muitos anos, embora até este momento não existam informações concretas sobre qual seria o preço em discussão. A notícia foi divulgada inicialmente pela agência Reuters. A Kellanova não quis comentar o assunto. A Mars não respondeu a pedidos de entrevista. **Página B4**

Google perde caso antitruste nos EUA

Agências internacionais

A Justiça dos EUA decidiu que o Google se envolveu em práticas ilegais para preservar o monopólio de sua ferramenta de busca. O Google, que realiza cerca de 90% das buscas na internet mundial, explorou seu domínio de mercado para eliminar concorrentes, disse o juiz distrital Amit Mehta. "O Google é um monopolista, e agiu como tal para manter seu monopólio", escreveu.

O juiz concordou com o argumento do governo de que o Google suprimiu a concorrência pagando US$ 26 bilhões a operadores de navegadores da rede e fabricantes de celular para fazer do Google motor de busca padrão. Isso permitiu à empresa manter posição dominante na publicidade em texto patrocinado que acompanha resultados de busca, disse Mehta. **Página B4**

Tati leva prata em Teahupoo

BEN THOUARD/POOL PHOTO VIA AP

Tatiana Weston-Webb ficou com a medalha de prata no surfe, após perder para a campeã mundial, Caroline Marks, dos EUA, por só 0,17 ponto. Na competição masculina, Gabriel Medina ficou com o bronze. Página B6

Pioneira, Cláudia Magalhães vibra com conquistas

Rafael Rosas
Do Rio

A medalha de ouro de Rebeca Andrade ontem simbolizou o ponto alto de campanha que rendeu o 1º pódio por equipes para a ginástica artística brasileira. Essa caminhada começou 44 anos antes, em Moscou, quando Cláudia Magalhães se tornou a 1ª ginasta do país a participar de uma Olimpíada. "Fico superemocionada de assistir e acompanhar", diz Magalhães, que há mais de 30 anos mora nos EUA. Para ela, o sucesso do Brasil é fruto da dedicação de atletas, profissionais, alunos e pais. A proximidade de locais para prática do esporte é essencial para popularização do esporte, diz. Foi assim que ocorreu com ela: a irmã descobriu aulas de ginástica perto de casa. "Ela desistiu, e eu fiquei para a vida toda." **Página B6**

Indicadores

Ibovespa	5/ago/24	-0,46 % R$ 25,5 bi
Selic (meta)	5/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/ago/24	5,7640/5,7646
Dólar comercial (mercado)	5/ago/24	5,7406/5,7412
Dólar turismo (mercado)	5/ago/24	5,7726/5,9526
Euro comercial (BC)	5/ago/24	6,3150/6,3163
Euro comercial (mercado)	5/ago/24	6,2912/6,2919
Euro turismo (mercado)	5/ago/24	6,3569/6,5369

Destaque

STF reafirma sigilo fiscal
A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal vedou o Ministério Público de pedir diretamente à Receita Federal dados fiscais de contribuintes em investigações e ações penais. Por unanimidade, os ministros entenderam que é preciso autorização judicial para obter as informações, protegidas por sigilo pela Constituição. A decisão reforça entendimento firmado pelo STF, em 2019, de que só a Receita pode enviar, de ofício, relatórios e informações sobre cidadãos, mas o contrário não se aplica. **E1**

Rodovias devem atrair R$ 32,3 bi em investimentos

Taís Hirata
De São Paulo

O setor de concessões rodoviárias terá grandes leilões neste ano. Estão previstas cinco licitações, do governo federal e de São Paulo, que poderão somar R$ 32,3 bilhões em investimentos. Há outros oito projetos que podem sair em 2024, fora as repactuações de concessões problemáticas, segundo o Ministério dos Transportes.

Há dúvida no mercado quanto à capacidade de atrair investidores para tantos leilões, em um cenário de juros altos e operadores comprometidos com obras nos contratos já existentes. Mas a percepção de governos e analistas é que deve haver propostas para as licitações agendadas.

Até a concessão da BR-381, a "Rodovia da Morte", em Minas Gerais, deverá atrair interessados. Após reformulações no projeto, a expectativa é que o leilão tenha ao menos um interessado. "Foram quatro tentativas do governo de licitar. Agora vai", diz Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário. Para Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos de São Paulo, o porte dos contratos ajuda na atração. Entre os leilões do governo paulista, os lotes da Sorocabana e da Nova Raposo são apontados como destaques.

Marco Aurélio de Barcelos, presidente da associação das concessionárias de rodovias, afirma que houve avanço importante nos projetos federais, como o aumento nas taxas de retorno. **Páginas B1 e B2**

INÊS 249

A segurança pública carece de um bom sistema de dados

Luiz Schymura

O desempenho da economia é um tema sensível para qualquer país. Aliás, a máxima "it's the economy, stupid" ("É a economia, idiota"), cunhada em 1992 por James Carville, tornou-se icônica por retratar o aspecto econômico como crucial de qualquer campanha eleitoral. Não por acaso, temas como inflação e sustentação fiscal são vistos como variáveis-chave para as forças políticas, sendo, por isso, assuntos recorrentes no noticiário.

No entanto, embora a performance da economia seja, sem dúvida, de extrema relevância, uma outra questão tem despertado atenção crescente da população brasileira: a crise na segurança pública. Casos relatados nas redes sociais, indicadores e outras evidências referentes à segurança pública têm recebido cada vez mais destaque, chegando ao ponto de transformar a temática em pauta central na arena eleitoral. Em um desses indicadores, pesquisa do Atlas-Brasil de maio de 2024, a segurança pública é percebida por 59,2% dos brasileiros como um dos grandes problemas nacionais, sendo o item mais citado. A título de comparação, o tópico "economia e inflação" ("it's the economy, stupid") foi apontado por 20,8% dos entrevistados, dando uma noção do quão insegura a população se sente atualmente. De fato, a preocupação se intensificou durante o terceiro mandato do presidente Lula. Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o percentual de menções à segurança aumentou de 47% para os já mencionados 59,2%.

Diante da crescente piora na sensação de segurança, uma atuação mais efetiva da União nesse terreno surge como necessidade. A incumbência tradicionalmente foi, de fato, dos Estados. Na verdade, por ser um assunto espinhoso, as administrações federais nunca pleitearam maior participação na gestão da segurança pública. Porém, essa postura está tendo que mudar, uma vez que, ao olhar para Brasília, a população começa a cobrar ações que tragam soluções concretas para o problema.

No intuito de estar em linha com as demandas sociais do momento, o governo Lula tenta responder à angústia da sociedade em relação à segurança com algumas iniciativas. Assim, ficou a cargo do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, preparar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que dê sólida base legal à ampliação da presença federal na segurança. Naturalmente, sem ferir o pacto federativo.

Como se pode imaginar, as dificuldades atuais no setor da segurança são várias, desde autoridades e órgãos públicos que não compartilham dados, passando pela falta de padronização das informações entre as 27 unidades da Federação (como definições diferentes para os diversos tipos de homicídio), até a falta de recursos.

Não há, por exemplo, uma estatística nacional de roubos no Brasil. O Ministério da Justiça só divulga alguns tipos de roubos, como roubo a veículos e de instituições financeiras, sem mensurar roubos a pedestres, que representam o grande volume de casos.

Sem boas bases de dados, é muito difícil propor políticas públicas.

Assim, nesse novo arranjo institucional da segurança pública, o papel que parece caber ao governo federal é algo similar ao desempenhado nos setores de saúde e educação: coordenação, consolidação de sistemas de dados, gestão de informação e complementação do financiamento (com viés de equalização entre Estados e municípios, como no caso do Fundeb).

É fundamental ressaltar que os desafios da segurança pública no Brasil são muitos e variados, e pedem enfoques e soluções diferenciados. Alguns dos temas mais evidentes são os assassinatos, roubos (pedestres, veículos, cargas, residências etc.), extorsão, violência policial, violência de gênero e racismo. Além do mais, é importante diferenciar o crime comum do crime organizado.

Assim, atender a essa ampla agenda envolve não só as polícias, mas diferentes órgãos públicos para tarefas diversas. Como bem ressalta minha colega Joana Monteiro, "existem vários problemas, e a gente quer resolver todos com a mesma fórmula, que é a polícia militar ostensiva praticando elevados níveis de força". Ela aponta que, assim como na saúde se discutem doenças de forma separada, algo similar deve ocorrer com as diferentes modalidades de crime.

Na linha da "força policial resolve tudo", e por conta do alto nível de estresse da população com a percepção de insegurança, é natural que o tema vá estar presente nos palanques das eleições municipais de outubro. Com isso, já estão ocorrendo movimentações para estabelecer novas atribuições para a guarda municipal. Contudo, deve-se tomar muito cuidado para que não se aprove nada de forma açodada, no calor das eleições.

Na realidade, hoje as prefeituras já podem apoiar a pauta da segurança em várias frentes. Como é de sua alçada atuar no design urbano — isto é, tornar o espaço das cidades mais seguro com intervenções urbanísticas —, os prefeitos podem, por exemplo, batalhar pelo acesso a dados georreferenciados dos crimes que não são compartilhados pelos governos estaduais. Como sugere Monteiro, ações simples e baratas, como iluminar espaços urbanos com alta incidência de crimes (como pontos de ônibus), ficam inviabilizadas pelos "silos de dados". O problema de não compartilhamento de dados é generalizado, com casos de promotores sem acesso aos mapas que indicam o controle de territórios por milícias e traficantes.

Em suma, há muito a ser feito em matéria de segurança pública, mas parece claro que um passo imediato e importante é o levantamento das bases de dados sobre segurança pública existentes. Sem os dados, não é possível extrair uma fotografia ou, melhor ainda, um filme do que está se passando em diferentes localidades do país. Além do que, fica impossível comparar regiões, comprometendo bastante a efetividade da política pública a ser posta em prática. Muitas vezes, por inúmeros motivos, há resistências para a liberação dos dados por autoridades ou órgãos públicos. Apesar das dificuldades a serem encaradas, é primordial que o Ministério da Justiça trabalhe arduamente para produzir essa grande base de dados sobre segurança pública, que permita interligar todo o país.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail luiz.schymura@fgv.br

Relações externas Brasil defende que países reconheçam importância do setor cultural para economia

Grupo busca consenso do G20 sobre cultura

Paula Martini
De Rio

Representantes do setor cultural de 30 governos e organizações internacionais defendem que os líderes do G20, grupo de 19 países mais União Europeia e Africana, reconheçam a cultura como um motor de desenvolvimento econômico e sustentável na declaração dos chefes de Estado que será conhecida em novembro.

Sob presidência brasileira, o Grupo de Trabalho de Cultura do G20 é presidido pelo Ministério da Cultura do Brasil. No terceiro encontro do colegiado, que começou ontem e vai até hoje na Casa Firjan, em Botafogo, na zona sul do Rio, os integrantes vão se debruçar sobre o primeiro rascunho da declaração final que será assinada por ministros da Cultura de países do grupo.

O encontro em nível ministerial será realizado em 8 novembro, em Salvador (BA). O grupo técnico volta a se reunir em uma quarta e última reunião poucos dias antes, também em Salvador, para arrematar o texto que será chancelado pelos ministros.

Institucionalizado em 2021, o GT estabeleceu quatro linhas prioritárias para este ano: a diversidade cultural e inclusão social; direitos autorais e ambiente digital; economia criativa e desenvolvimento sustentável; e promoção do patrimônio cultural e da memória.

> "A gente espera uma declaração pujante de países do G20"
> *Bruno Melo*

O potencial que a cultura tem de impactar o desenvolvimento sustentável é um dos principais pilares defendidos pelos técnicos, que esperam uma menção sobre isso na declaração que será divulgada pelos chefes do Estado do G20 durante a cúpula líderes em 18 e 19 de novembro, no Rio.

De acordo com o assessor de assuntos internacionais do Ministério da Cultura, Bruno Melo, o grupo trabalha para que a declaração reconheça a importância da cultura para o desenvolvimento econômico e sustentável. "É a grande contribuição da cultura que presidência brasileira faz questão de reafirmar. É importante que os presidentes do G20 tragam essa menção", disse Melo, que preside o encontro.

Outro ponto focal das discussões é a remuneração adequada dos artistas e a regulação do ambiente digital e de novas tecnologias como a inteligência artificial.

"Há questões que impactam diretamente o dia a dia e a vida dos artistas e trabalhadores da cultura. A gente espera um declaração pujante de países do G20 se unindo em um esforço de considerar os desafios globais que a cultura enfrenta hoje, especialmente com novas tecnologias e ambiente digital", defendeu o assessor do ministério.

Ele afirmou que o grupo também busca enfatizar a relação entre o papel da cultura e o combate às mudanças climáticas. A perda de parte de patrimônio cultural do Rio Grande do Sul em função das últimas enchentes no Estado evidenciou a importância do tema, segundo Melo.

O terceiro encontro do GT será sucedido por um seminário sobre economia criativa e desenvolvimento, organizado pelo Ministério da Cultura e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), na quarta-feira. Na ocasião, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, lançará a Política Nacional de Economia Criativa, batizada de "Brasil Criativo".

A solenidade, com a presença dos ex-ministros da Cultura Gilberto Gil e Ana de Hollanda, marcará ainda a recriação da secretaria nacional de economia criativa.

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN
A MELHOR COBERTURA DO G20 ESTÁ NAS PLATAFORMAS DO GLOBO, VALOR E CBN
ACESSE E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NO G20.
ESTADO ANFITRIÃO | CIDADE ANFITRIÃ | PATROCÍNIO | REALIZAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | RIO CAPITAL DO G20 | JBS | O GLOBO Valor CBN

Ministério reforça Força Nacional em terra indígena

Mariana Assis
De Brasília

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou nesta segunda-feira (5) que está com efetivo reforçado da Força Nacional de Segurança Pública na região da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, em Douradina, no Mato Grosso do Sul. Um conflito entre ruralistas e indígenas no território já resultou em ao menos oito feridos no fim de semana.

"O efetivo mobilizado trabalha com foco na garantia da segurança dos indígenas, com respeito às culturas e evitando qualquer forma de violação dos direitos humanos, e será aumentado com agentes que serão deslocados de outros Estados. Vale ressaltar que a FNSP tem intensificado a presença na região desde o início de julho", diz o ministério.

Segundo o órgão, as equipes da Força Nacional foram acionadas por volta das 10h de sábado (3) para conter "ânimos acirrados" entre indígenas e agricultores, em apoio ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério Público Federal (MPF) na região. "A situação foi controlada e cada grupo permaneceu em seu acampamento", complementa o comunicado.

O MPI acrescentou que, no domingo (4), uma equipe da Força Nacional com seis viaturas e 18 agentes assumiu o trabalho. "A região permaneceu sem ocorrências até o início da noite, quando mais um ataque de ruralistas foi realizado contra os Guarani Kaiowá. Equipe do MPI estava na Terra Indígena, assim como o Ministério Público Federal e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), atuando na mediação do conflito", complementou o ministério comandado por Sonia Guajajara.

Quanto ao ataque de domingo, o MPI informou que houve pelo menos um ferido no rosto, aparentemente por bala de borracha, que foi removido da área e socorrido por uma ambulância do Corpo de Bombeiros. Sobre os feridos no sábado, a pasta disse que todos foram enviados a um hospital. Um deles, porém, foi atingido na cabeça e segue em observação na unidade hospitalar. Todos os outros já tiveram alta.

Apesar do relato de que a situação foi controlada, entidades avaliam que a presença da Força Nacional no local tem sido insuficiente para evitar o conflito. "A presença da Força Nacional, ao longo dos mais de 20 dias de ataques violentos contra o povo Avá Guarani na TI Tekoha Guassu Guavirá (no oeste do PR) e contra o povo Guarani Kaiowá, no MS, tem sido claramente insuficiente e de fato não conseguiu evitar os ataques armados contra as comunidades nem conseguiu identificar nem prender nenhum dos criminosos que atacaram às comunidades", disse ao **Valor** Luís Ventura, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

"No nosso entendimento, trata-se de atos orquestrados de violência contra os povos indígenas, em territórios tradicionais que aguardam há muito tempo pela efetiva regularização por parte do Estado", observou Ventura.

O conflito ocorre enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) tenta uma conciliação em relação à lei que estabeleceu o marco temporal para demarcação de terras indígenas, aprovada no ano passado pelo Congresso, em desacordo com entendimento da Corte.

Para Ventura, a vigência da lei agrava a violência nas regiões. Nesse sentido, defende que a norma seja revogada.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) enviou à secretaria-executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ofício pedindo apoio para cobrar medidas dos governos federal e estadual para cessar violência na região.

A Força Nacional atua na região do Cone Sul, em Mato Grosso do Sul desde 10 de março de 2023. Desde então, a portaria que autoriza o uso da FNSP na região já foi renovada sete vezes. Representantes do MPI, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do MPF e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) foram enviados ao território para prestar suporte.

Ver também página A14

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Acciona **B1**
Adidas **B6**
Aena **B2**
Agrivalle **B8**
Akad **C6**
AlmapBBDO **B6**
Alphabet **B4**
Amazon **B4**
Apple **B4**
Avolon **A6**
Azul **A6, B2**
Bayer **B7, B8**
BB Seguridade **C3**
BETC Havas **B6**
Binance **C3**
BNDES **A6**
Boticário **B6**
Bradesco **C5**
BRF **B8**
CCR **B1**
CDL **B1**
Citi **C1, C2, C5**
CME Group **C2**
Docile **B6**
EcoRodovias **B1**
Empiricus **C3**
EPR **B1**
F&MD **B6**
Farmtech **B7**
General Mills **B4**
Gol **A6**
Goldman Sachs **C2**
Google **B4**
Google Trends **B6**
GP Investimentos **C6**
Hashdex **C3**
Hemmer **B6**
Hotel Chocolat **B4**
Insper **A6**
Instagram **B6**
Invisalign **B6**
Itaú BBA **C5**
J. Malucelli **B1**
Kellanova **B4**
Kinea **C1**
Kraft **B4**
Latam **A6**
Machado Associados **A8**
Machado Meyer Advogados **A8**
Mars **B4**
Medley **B6**
Meta **B4**
Morgan Stanley **C2**
Nabisco **B4**
Nivea **B6**
OKX **C3**
Panasonic **B6**
Parmalat **B6**
Pátria **B1**
Pax **B2**
Pillsbury **B4**
Pimco **C2**
Produzindo Certo **B8**
PwC **A1**
Renovias **B1**
Riachuelo **B6**
S&P Global **A18**
Sabesp **A13**
Samsung **B4**
Starboard **B1**
Strategy& **A1**
TD Cowen **B4**
TikTok **B4**
Transwolff **A13**
UPBus **A13**
VCA **B4**
Vertical Aerospace **A6**
VertiMob Infrastructure **A6**
Via Appia **B1**
ViaOeste **B1**
Voar Aviação **A6**
Volvo **B6**
Vult **B6**
Walmart **B4**
Warren Investimentos **C1**
Wells Fargo **C2**
Wm Wrigley Jr. **B4**
X **B4**
XP Investimentos **B2**
YouTube **B4**

Valor Econômico Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

INÊS 249

Superação da inflação crônica é um processo que toma tempo. Por **André Lara Resende**

O sequestro da imaginação

O Plano Real estava baseado em duas premissas: Primeiro, que ao fim de um longo ciclo de alta de preços, a inflação adquire um componente inercial autônomo, independente de suas causas primárias, que a torna crônica, muito resistente a toda tentativa de reduzi-la através dos mecanismos tradicionais de controle da demanda e do nível de atividade. Torna-se, além disso, propensa a se acelerar, diante de todo choque negativo de oferta.

Segundo, para garantir que a inflação não ressurja, uma vez superada a inércia, é imperativo que as suas causas primárias tenham sido debeladas. A superação da inflação crônica é um processo que toma tempo.

Depois dos sucessivos fracassos das tentativas de vencer a inércia através de congelamentos de preços, o Plano Real inovou. Adotou uma unidade de conta virtual, diariamente indexada pela inflação corrente, portanto de valor real estável. A URV, a "moeda indexada", inspirada em dois artigos originais de ALR e um de coautoria de ALR e PA , foi o Ovo de Colombo que permitiu vencer a inércia da inflação.

Quanto às causas primárias da inflação, o diagnóstico do Real era um misto de ortodoxia e heterodoxia. O componente ortodoxo era a constatação da desordem fiscal e da falta de transparência das contas públicas. O componente heterodoxo era o diagnóstico de que grande parte desta desordem fiscal tinha origem no conflito distributivo, nas reivindicações, tanto legítimas quanto ilegítimas, sobre a renda nacional, que não transitavam pelos devidos canais institucionais.

A PEC do Fundo Social de Emergência, que não era nem fundo nem social, mas sim uma desvinculação de receitas, foi a solução encontrada para encontrar espaço e dar um mínimo de realismo e transparência ao orçamento. A medida de mais longo alcance foi a posterior Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu limites e critérios rígidos para o endividamento público, nas esferas federal, estadual e municipal.

As causas primárias de um processo inflacionário são mais complexas e de diagnóstico mais difícil do que pretende o consenso convencional. A atual macroeconomia predominante associa a inflação, primordialmente, se não exclusivamente, ao déficit das contas públicas e à pressão da demanda sobre a capacidade de oferta. Por isso supõe-se que, em qualquer circunstância, deve ser combatida com a alta da taxa de juros e a austeridade fiscal.

Ocorre que a inflação não é um fenômeno único, mas um sintoma que pode ter causas muito distintas. Além de adquirir um componente de inércia, a inflação crônica desorganiza e inviabiliza o controle das contas públicas. Esta é a razão pela qual o documento que serviu de base para a exposição de motivos para a Emenda Constitucional do Real, de dezembro de 1994, afirma que "a reorganização fiscal é a pedra fundamental do processo de estabilização".

Reorganização fiscal deveria ser entendida como um orçamento plurianual, completo e transparente, que refletisse e organizasse as aspirações da sociedade, dentro dos limites da capacidade da economia e com uma carga fiscal que não inviabilizasse o investimento e asfixiasse a produtividade do setor privado.

Esta não foi a reorganização fiscal implantada nas últimas três décadas. O equilíbrio anual de caixa do Tesouro passou a ser o objetivo primordial da política econômica e a taxa básica de juros, determinada pelo Banco Central, foi fixada em nível extraordinariamente alto.

Os juros altos, logo após o Real, poderiam ser justificados. Era preciso vencer a desconfiança em relação a mais um plano de estabilização, quando o crédito externo ainda não havia sido restabelecido. Menos de um mês antes do anuncio do Real, havia sido assinado o acordo, que encerrou a moratória da dívida externa, mas o país tinha baixas reservas de divisas e dependia do fluxo de capitais de curto prazo. Os juros altos garantiriam a atração de capitais especulativos, ao menos num primeiro momento, indispensáveis para estabilizar o câmbio.

Com juros excepcionalmente altos, o serviço da dívida passou rapidamente a ser parte relevante das despesas do Tesouro. As políticas monetária e fiscal são interdependentes, não podem ser conduzidas de forma descoordenada ou contraditória. No entanto, o resultado primário do Tesouro, que exclui o serviço da dívida, passou a ser adotado como a referência para a boa política macroeconômica. Embora a taxa de juros seja o principal instrumento do BC, a ortodoxia financista e fiscalista exime-se da responsabilidade sobre o custo do serviço da dívida.

Enquanto a austeridade exige corte de despesas e aumento da carga tributária para viabilizar um superávit primário, a política monetária fica livre para elevar os juros e impor um alto custo fiscal ao país. Sob pretexto de financiar um déficit fiscal cuja origem é exatamente a política de juros, o BC fica autorizado a manter os juros altos.

A partir do início do segundo mandato de FHC, conquistada a confiança na nova moeda e superada a restrição externa, a manutenção dos juros altos foi um equívoco que sobreviveu aos governos seguintes e perdura até hoje, mais de duas décadas depois de consolidada a estabilização do Real.

É compreensível que se comemore os 30 anos de um plano que conseguiu superar quase cinco décadas de inflação crônica. Não é preciso relembrar os custos, dramáticos para todos, mas sobretudo para os mais pobres e os assalariados, da desorganização inflacionária, que ameaçava chegar à hiperinflação aberta.

O Real foi uma grande conquista, mas a esperança de que o fim da inflação, como diz o documento de base para a Exposição de Motivo do Real, pudesse por si só "melhorar a distribuição de renda, combater a fome permitir o crescimento da economia e criar empregos", não se confirmou. A estabilidade de preços não restabeleceu o rápido do crescimento, não reduziu a distância em relação aos países desenvolvidos e, sobretudo, não superou o "terrível abismo entre o Brasil rico, industrializado, moderno e eficiente, e o Brasil miserável, de tudo desprovido", para o qual o documento chamava a atenção. A inflação foi vencida, mas os dois Brasis, tristemente, persistem.

Talvez seja justamente esta frustração, essa esperança não realizada, que, hoje, três décadas depois, explique o festival de comemorações e de reinterpretações do que foi o Plano Real. Comemora-se o fim da inflação, para não ser obrigado a refletir sobre as frustrações do passado recente e os desafios do presente.

As comemorações deste seu trigésimo aniversário reinterpretaram o sucesso do Real como se devido à adoção de um protocolo macroeconômico convencional e conservador, baseado no tripé juros altos, câmbio flutuante e equilíbrio fiscal, que se tornou o Santo Graal da política econômica convencional. Sua adoção seria condição suficiente para a retomada do crescimento e qualquer desvio levaria ao desastre e à volta da inflação.

"Inflação não é um fenômeno único, mas um sintoma que pode ter causas muito distintas"

Procurou-se vincular o sucesso do Real a uma agenda macroeconômica conservadora convencional e associar a volta da inflação descontrolada a qualquer desvio em relação ao roteiro do conservadorismo ortodoxo, do fiscalismo de austeridade. Um plano de estabilização, que partiu de uma ideia inovadora, para vencer uma característica da inflação crônica, nunca entendida pela teoria convencional, foi agora reinterpretado como uma camisa de força em defesa da ortodoxia macroeconômica.

Dada a flagrante incapacidade do receituário conservador de tirar o país da mediocridade em que ficou atolado, a insistência no roteiro da austeridade e dos juros altos, hoje predominante entre os analistas e a grande mídia, apesar de crescentemente criticada no exterior, clama por uma explicação.

Tenho a impressão de que o domínio do neoconservadorismo macroeconômico deve-se à falta de imaginação da esquerda. Deve-se à sua insistência numa receita assistencialista anacrônica e à sua incapacidade de enfrentar os velhos vícios do patrimonialismo e o corporativismo. O contraponto ao reducionismo fiscalista não pode ser a aliança com as forças do patrimonialismo e do corporativismo. Ao contrário, é preciso reconhecer e combater as forças de "captura" ilegítimas de renda, que se contrapõem às fontes "criadoras" de renda. As forças de captura da renda estão, hoje, tanto no executivo, como no legislativo, e cada vez mais, também no judiciário, nas agências e nas autarquias.

O caso da PEC 65/2023, que dá autonomia administrativa e financeira ao Banco Central, é exemplar. Sob pretexto de consolidar a autonomia do BC, retira o seu orçamento da LDO, vinculando seus gastos a uma suposta receita de "seignoragem", um conceito do tempo das moedas metálicas, que hoje, quando se caminha rapidamente para moedas escriturais digitais, é praticamente irrelevante. A proposta é apenas uma forma de vincular uma receita, que é do Estado, ao orçamento do BC. Um expediente corporativista clássico para escapar da disciplina orçamentária democrática. Esta balcanização do orçamento, através da proliferação de vinculações, é justamente o que levou à desordem fiscal do tempo da inflação crônica, como diagnosticada no documento que deu origem ao Real.

O patrimonialismo e o corporativismo não são vícios exclusivos da esquerda, como fica, mais uma vez, patente com a proposta de autonomia financeira do BC, mas é a incapacidade da esquerda de distingui-los do assistencialismo legítimo que abre espaço para a predominância de uma receita conservadora anacrônica e flagrantemente equivocada.

Diante da predominância do receituário conservador entre os analistas, a grande mídia e, sobretudo, o mercado financeiro, os governos de esquerda recorrem a um "pacto tecnocrático". A tecnocracia opera o Estado nas áreas vitais, inclusive e primordialmente as finanças e o Banco Central, enquanto as demais áreas do executivo, "não vitais", são repartidas entre representantes das forças de captura de renda do Legislativo, do Judiciário e da sociedade. Uma condição que se defende como necessária para a governabilidade, num presidencialismo de coalisão sem verdadeiros partidos políticos.

A combinação do pacto tecnocrático com o presidencialismo de coalisão, que manteve o país no atoleiro da mediocridade por três décadas, agora dá sinais de ter chegado ao limite.

Enquanto a tecnocracia fiscalista insiste no aumento da carga tributária, o BC, que com a PEC 65 se junta às forças corporativistas e patrimonialistas, insiste na manutenção de juros extraordinariamente altos. Juros supostamente exigidos para o financiamento do déficit primário, mas cujo resultado é o aumento do déficit nominal e a redução do crescimento da economia. A alta dos juros aumenta a dívida e reduz o investimento, o que, associado à elevação da carga tributária, asfixia a economia e reduz o crescimento. Não há receita mais eficaz para uma trajetória explosiva da relação dívida/PIB, hoje eleita como o principal indicador de risco da economia. Reforça-se assim o coro da ortodoxia financeira/fiscalista em relação a um suposto "risco fiscal".

Concluo com o esboço de um roteiro para escapar da ditadura da falta de imaginação e recolocar o país na direção do verdadeiro desenvolvimento.

1. Reformar a governança do Estado com o objetivo de controlar o patrimonialismo e o corporativismo e torná-lo a favor do cidadão, não uma fonte de dificuldades burocráticas. Garantir segurança, saneamento, saúde e educação de qualidade. Valorização do serviço público, com treinamento e aperfeiçoamento permanente, não foco exclusivo na contenção de custos.

2. Regulamentação inteligente para aproximar a economia do idealtipo da economia competitiva, algo diametralmente oposto ao "laisser-faire" neoliberal, mais próximo do ordoliberalismo alemão, onde o Estado forte é o garantidor das instituições que viabilizam a produtividade da sociedade.

3. Programa plurianual de investimentos públicos e privados, com base em grandes objetivos de longo prazo, com acompanhamento permanente e transparente da evolução dos custos e dos retornos.

4. Coordenação das políticas monetária e fiscal — interdependentes e indissociáveis — através de um pequeno conselho de experts, de notório saber, capaz de se contrapor à camisa de força ideológica da macroeconomia adotada pelos analistas financeiros e a grande mídia.

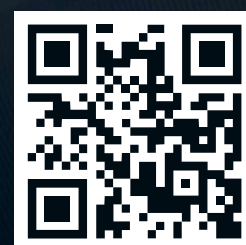
Sem o resgate da imaginação, sequestrada pela ortodoxia financeira e fiscalista, estaremos condenados à mediocridade, à camisa de força da ortodoxia.

André Lara Resende é economista.

Informação, análises e conteúdo aprofundado.
Tudo isso você lê no Valor.

Valor ECONÔMICO

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS 249

Infraestrutura Com 830 encomendas antes de ser homologado, veículo de decolagem vertical pode ser alternativa a transporte por helicóptero

Aposta de mobilidade, 'carro voador' já atrai empresas aéreas

Rafael Bitencourt
De Brasília

Em fase de certificação em órgãos reguladores, os futuros veículos de pouso e decolagem vertical — os eVTOLs, na sigla em inglês — já contam com 830 encomendas feitas por oito companhias da aviação comercial e de táxi-aéreo no Brasil. Executivos da futura modalidade se preparam para concorrer com o transporte feito por helicópteros, com a promessa de reduzir emissões de poluentes com segurança e a um custo reduzido. Mas especialistas acompanham alguns aspectos que devem influenciar o desenvolvimento desse novo mercado: a forma que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) irá regular o segmento, por exemplo, quanto à construção de locais de pouso e decolagem, os chamados vertiportos, e a possibilidade de o consumidor demorar a adotar esse novo tipo de veículo.

Em nota, a Anac aponta a importância da existência de requisitos fundamentais de segurança, projeto, tecnologia e acessibilidade para usuários e aeronaves, considerando ainda a necessidade de integração à estrutura das cidades e à mobilidade urbana, conectando os eVTOLs com outros modais de transporte, serviços e equipamentos públicos. Isso tudo gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais, destaca o órgão. "Essa necessidade direcionou a Agência à implantação do 'sandbox' regulatório atualmente em curso."

Esse processo não tem afastado os interessados. Do total de 830 pedidos registrados no Brasil, 57% foram feitos por Gol e Azul (*ver quadro ao lado*) E há também startups criadas especialmente para explorar esse potencial mercado.

Uma delas é a VertiMob Infrastructure, para quem existe a expectativa de grande interesse do público de alto padrão de renda que usa o serviço de táxi-aéreo. Segundo dados da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), São Paulo tem a maior frota de helicópteros do mundo, com 420 equipamentos em operações. É seguida por Nova York e Tóquio. O Brasil tem cerca de 2 mil aeronaves desse tipo.

GABRIEL REIS/VALOR

Bruno Limoeiro: mesmo mais barato que helicóptero, carro voador é para poucos

Em outra frente, com base em previsões de consultorias internacionais, a empresa também projeta que haverá redução gradual no custo das viagens com os carros voadores, o que pode gerar uma demanda entre as pessoas com maior poder aquisitivo dentro da chamada classe média alta. Como exemplo, o CEO da VertiMob, Bruno Limoeiro, conta que o deslocamento do centro financeiro de São Paulo, na Faria Lima, até o aeroporto de Guarulhos, em 15 minutos de voo no helicóptero, pode custar R$ 2,5 mil por assento para um executivo. No eVTOL, disse, o custo deve variar de R$ 500 a R$ 1 mil por assento nesse trajeto.

"Se essa viagem custar R$ 1 mil na largada, já é muito bom, com uma redução de 60%", afirmou Limoeiro, reconhecendo que o carro voador não fará parte do cotidiano da maioria das pessoas. O público que será incluído deve recorrer ao serviço em situações excepcionais, envolvendo o risco de perder o embarque de um voo internacional, deslocar para cidades vizinhas em uma emergência ou ainda fazer turismo com voos panorâmicos.

> "Veículos são projetados para garantir a segurança"
> *Alessandra Abrão*

O diretor do Centro de Estudos FGV Transportes, Marcus Quintella, considera que a futura modalidade terá que ser submetida a testes de demanda mais rigorosos que podem apresentar resultados diferentes do esperado pela empresa, a depender da forma como o serviço será regulado e do nível de aceitação. Pode haver desconfiança entre os consumidores relacionada à segurança, pelo menos em um primeiro momento. "Até com o helicóptero, muitos que têm dinheiro decidem não voar", disse, sobre o medo de acidente.

CEO e sócia da Voar Aviação, que já encomendou 70 unidades de eVTOLs, Alessandra Abrão argumenta que eles estão sendo desenvolvidos dentro dos mais altos padrões de certificação de segurança por fabricantes e agências regulatórias internacionais. "Estes veículos são projetados com tecnologias avançadas que incluem múltiplos sistemas redundantes, como baterias e motores, para garantir a segurança em caso de falhas", diz.

Para Quintella, do FGV Transportes, se houver muita restrição para conviver com outras aeronaves, a oferta de voos pode não ser tão grande. Ele chama atenção para os critérios de licenciamento dos próprios vertiportos. "O deslocamento para chegar à área de decolagem deve ser curto, esses pontos devem estar distribuídos por toda a cidade. Essa capilaridade é fundamental para ele ser competitivo", pontua o especialista.

A VertiMob, criada no primeiro semestre, pretende instalar e operar o primeiro "vertiporto" da América Latina. A iniciativa é conduzida em parceria com o Aeroporto de São José dos Campos, cuja proposta técnica será analisada pela Agência Nacional de Aviação Civil. A Anac busca interessados em implantar um vertiporto, dentro do modelo de "sandbox regulatório" cujas inscrições seguem abertas até outubro.

Segundo a Anac, esse modelo de sandbox permite desenvolvimento de novas tecnologias em um ambiente de avaliação pela autoridade reguladora. "Dessa forma, trata de uma etapa anterior para uma futura produção normativa e, consequentemente, inserção do tema em agenda regulatória. Enquanto isso, a Anac pode acompanhar a evolução e avaliar a eficácia e o nível de segurança garantidos pela técnica inovadora proposta pela tecnologia de eVTOL."

Procurada, a Gol informou que se uniu à empresa de leasing irlandesa Avolon e ao fabricante de eVTOLs britânico Vertical Aerospace para "estudar o ecossistema que viabilizará esse novo modal", considerado "promissor". Relatou que o protótipo do VX4, da Vertical, está "em fase de voos de testes na jornada de certificação", com os "mais altos critérios de segurança", o que se estenderá até 2026. "Nesse ínterim, todos os demais participantes desse ecossistema — infraestrutura, controle do espaço aéreo, provedores de energia, agências reguladoras e empresas — devem atuar colaborativamente para o sucesso dos eVTOLs", importantes para a "potencial expansão da malha aérea".

A Azul informou que a parceria com a alemã Lilium, envolvida nas pesquisas de eVTOLs, vai ajudar a cumprir a meta de neutralidade de carbono até 2045. Ao ressalta ser uma das primeiras empresas a apoiar o projeto das novas aeronaves, informou que "aguarda a parte regulatória, que ainda precisa ser definida, além de trabalhar no planejamento, suporte e estudos de bases e infraestrutura para definir como será a operação". Reforça que os eVTOLs são para "percursos de curta e média distâncias, o que ajudaria a complementar a malha aérea, atuando em locais onde aeronaves convencionais não podem".

Questionada sobre sua estratégia, a Latam informou "que não irá comentar o tema".

Hora de decolar

No Brasil, GOL e Azul respondem por 57% dos 830 pedidos de eVTOLs

Divulgação

Empresas	Fabricantes	Pedidos
Gol	Vertical	250
Azul	Lilium	220
Avantto	EVE	100
Voar	EVE	70
Flapper	Jaunt/EVE	50
Helisul	EVE	50
Revo	EVE	50
Flybis	EVE	40

Corrida por investimento

Mercado brasileiro se posiciona entre os cinco países com mais investimento

Posição/ País	Pedidos (eVTOLs)	Investimento (US$/bilhão)
1º EUA	5.500	22
2º China	1.500	6
3º Reino Unido	850	3
4º Índia	830	3
5º Brasil	830	3

Fonte: VertiMobi Infrastructure, com dados da KPMG e SMG Consulting

Reduzir tempo no transporte é desafio para 2033

De Brasília

A meta de reduzir o tempo médio de deslocamento do brasileiro no trajeto casa-trabalho em 20% até 2033 vai desafiar o governo a aumentar a oferta de transporte público e até mudar o modelo de ocupação urbana nas cidades, apontam especialistas. Esse objetivo faz parte da nova política industrial lançada pelo governo federal em janeiro deste ano, com o objetivo de aumentar o nível de produtividade no setor produtivo e trazer bem-estar ao trabalhador.

Dentro do plano de ações da Nova Indústria Brasil (NIB), o governo indicou que, atualmente, a população gasta, em média, 4,8 horas semanais para ir e voltar do trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2019.

Ramon Cunha, especialista em infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia que a estratégia deve envolver a valorização do transporte público de média e alta capacidade — como metrôs, BRTs e VLTs.

Em recentes estudos, a CNI indicou que o país precisa investir R$ 295 bilhões ao longo de duas décadas para eliminar o déficit em mobilidade urbana em 15 regiões metropolitanas. Por outro lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estimou que são necessários R$ 360 bilhões em projetos de transportes de média e alta capacidade para cumprir o mesmo objetivo em 21 regiões com mesmo perfil demográfico.

O especialista em mobilidade urbana Sergio Avelleda afirma que as políticas de mobilidade urbana só dão resultados efetivos quando o estímulo ao transporte coletivo vem acompanhado de mudanças no modelo de ocupação dos espaços urbanos. Isso ocorre, disse ele, quando o transporte individual — como carros e motos — é desestimulado com a diminuição de faixas disponíveis para abrir mais corredores e faixas exclusivas para ônibus, por exemplo.

Sobre a meta do governo, colocada no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o "Conselhão", Avelleda considera que é possível alcançar. "É factível, mas se priorizar os automóveis não vai dar certo. Mesmo se construir mais pontes, viadutos e túneis, os gargalos de mobilidade nas cidades continuarão", explicou Avelleda, que foi secretário de mobilidade urbana da cidade de São Paulo e é coordenador do Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável do Insper.

Para o presidente do conselho da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Joubert Flores Filho, o Brasil tem histórico "ruim" de investimento em projetos de média e alta capacidade. Ele chama atenção para o fato da expansão das linhas de trens e metrôs em grandes cidades brasileiras terem alcançado, nos últimos 40 anos, apenas a metade do que foi registrado pelas cidades de porte equivalente na América Latina.

"Basta comparar o metrô de São Paulo, aberto em 1974, hoje com um pouco mais de 100 quilômetros, e o metrô do Rio, entregue em 1979, com pouco mais de 50 quilômetros, com outras cidades. A gente vai constatar que Santiago (Chile) e Cidade do México, que foram abertos na mesma década, hoje têm mais de 200 quilômetros cada uma", disse Flores Filho. *(RB)*

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convidados os Srs. acionistas da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de setembro de 2024, às 11:00 horas, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/22"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(i)** Alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social da Companhia em decorrência do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2024, e do grupamento das ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias ou bônus de subscrição para 1 ação ou bônus de subscrição da mesma espécie, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024; **(ii)** Eleição dos 7 (sete) novos membros do Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 8.2.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 2024; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração acima indicada; e **(iv)** Autorização à administração da Companhia para tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos praticados até a data da Assembleia. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual para Participação na Assembleia divulgados pela Companhia nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão **impreterivelmente até às 23:59 do dia 03 de setembro de 2024**, realizar o seu cadastro no sistema eletrônico por meio do link https://assembleia.ten.com.br/305123724 e fornecer todas as informações e documentos obrigatórios, conforme indicados no Manual para Participação na Assembleia. Os acionistas também poderão participar da Assembleia preenchendo o boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação na Assembleia. A Companhia informa, ainda, que o envio do boletim de voto a distância por meio de agentes de custódia ou do escriturador dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista com a Companhia. Alternativamente, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento de boletim de voto a distância digital diretamente na plataforma digital Ten Meetings. Neste caso, para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da Assembleia, o acionista deverá (i) acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/305123724; (ii) se cadastrar na plataforma Ten Meetings com a documentação necessária, descrita no Manual para Participação na Assembleia; (iii) preencher devidamente todos os campos; e (iv) ao final, confirmar seu voto. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários **até às 23:59 do dia 03 de setembro de 2024**. A Companhia, portanto, recomenda que os acionistas ou procuradores realizem o cadastramento no sistema eletrônico e o envio dos documentos obrigatórios com 3 dias de antecedência do encerramento do prazo indicado acima, de modo a ter tempo hábil para sanar eventuais pendências dentro do prazo. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. Nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76, Resolução CVM nº 70, e Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, acionistas titulares de, no mínimo, 5% do capital social da Companhia poderão solicitar que a eleição do Conselho de Administração da Companhia seja realizada pelo sistema do voto múltiplo, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da Assembleia (isto é, até 03 de setembro de 2024, às 11:00 horas). Os documentos e informações referentes às matérias constantes da Ordem do Dia bem como aqueles previstos nas Resoluções editadas pela CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81/22, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (ri.americanas.io), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@americanas.io. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2024. **Eduardo Saggioro Garcia** - Presidente do Conselho de Administração.

Valor Econômico
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Certidão - Ata da Reunião de Diretoria - Realizada em 05/07/2024. JUCESP nº 256.910/24-8, em 12/07/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CONTRATAÇÃO INTEGRADA - SRP 78/2024 – GMS/FUNDEPAR – Nº 90078/2024 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.450.000-9. **OBJETO**: Futura e eventual Contratação Integrada de empresa especializada para elaboração de projetos básico e executivo de arquitetura, projetos complementares de engenharia e execução de obra em sistema construtivo pré-fabricado, de **até 184 salas de aula de múltiplo uso**, para substituição de salas de aula em madeira em condições precárias, em unidades da rede pública estadual de ensino, em municípios do Estado do Paraná. (dividido em 6 lotes). **VALOR MÁXIMO**: R$ 44.255.850,36 (quarenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA**: 12 de setembro de 2024, às 08h30 (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.com//prasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA**: 02/08/2024 Comissão Permanente de Licitação.

NEOENERGIA

NEOENERGIA S.A.

COMPANHIA ABERTA | RG.CVM 1553-9
CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORA E LOCAL: No dia 23 (vinte e três) do mês de abril do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 17:00 horas, na sede da Neoenergia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo 78, 4º andar. **CONVOCAÇÃO**: Realizada com observância do prazo de convocação previsto no parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social, com encaminhamento da documentação suporte correspondente. **PRESENÇA**: Presentes todos os senhores conselheiros da Companhia, que se manifestaram através da página WEB do Conselho. **MESA**: Jose Ignacio Sánchez Galán (Presidente) e Ivandro Maciel Sanchez Junior (Secretário). **ORDEM DO DIA: 1)** Aprovação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2024. **DELIBERAÇÕES**: Dando início aos trabalhos, **com relação ao item (1) da Ordem do Dia**, o assunto a ser deliberado consiste em aprovar os resultados da Companhia do primeiro trimestre de 2024. Os principais aspectos dos resultados foram expostos inicialmente a este Conselho na reunião ordinária de 18 de abril de 2024. Colocada em votação a matéria, foram aprovados por unanimidade dos senhores Conselheiros os resultados do primeiro trimestre de 2024. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrado, nos termos do artigo 33, inciso V, da Resolução CVM nº 80/2022, o presente extrato da ata, contendo exclusivamente as deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o qual teve aprovação, sem restrições, da unanimidade dos senhores conselheiros presentes: o Sr. Jose Ignacio Sánchez Galán, Presidente do Conselho de Administração; Sr. José Sainz Armada; Sr. Santiago Martínez Garrido; Sr. Pedro Azagra Blazquez; Sr. Mario Ruiz-Tagle Larrain, Sr. Daniel Alcain Lopez; Sr. Denísio Augusto Liberato Delfino; Sr. Marcio de Souza; Sr. Juan Manuel Eguiagaray Ucelay; Sr. Cristiano Frederico Ruschmann; Sra. Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi; Sr. Eduardo Capelastegui Saiz; e Sr. Fernando Sabbi Melgarejo. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2024. Confere com o extrato original lavrado em livro competente. Ivandro Maciel Sanchez Junior (Secretário). Jucerja. Certifico o arquivamento em 30/07/2024 sob o nº 00006369732. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Curta

Energia eólica

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrou segundo recorde de geração de energia eólica instantânea em 2024. Segundo o ONS, o submercado Nordeste registrou 19.083 megawatts (MW) na sexta-feira (1º), às 05h48, o que equivale a 180,4% da demanda da região naquele momento. "O montante seria suficiente para, naquele minuto, abastecer todo o Nordeste e ainda atender à demanda dos estados do Rio de Janeiro e Goiás", disse o ONS, em comunicado. O último recorde havia sido em 23 de julho, com 19.028 MW, correspondente a 152,8% da demanda do submercado naquele momento. Ainda de acordo com o operador, o período de julho a setembro é conhecido como "temporada dos ventos", o que aumenta a possibilidade de registro de novos recordes nas próximas semanas.

INÊS 249

Tributação Grupo prepara sistema de recolhimento de novos tributos, advogados veem risco de judicialização

Governo cria grupo para lançar 'split payment'

Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Beatriz Olivon
De Brasília

O governo formalizará neste mês um grupo de trabalho para tratar da implementação do "split payment", uma das principais novidades da reforma tributária do consumo. O sistema permitirá o recolhimento dos novos tributos — a Contribuição (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — no momento da liquidação financeira da transação, o que não acontece hoje.

O mecanismo é visto pelo Ministério da Fazenda como fundamental para ressarcimento rápido dos créditos tributários e para redução da inadimplência, sonegação e fraude. Para tributaristas, há risco de judicialização e de duplicidade de pagamentos.

Segundo o **Valor** apurou, o grupo será composto por representantes do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), dos municípios e da União e terá como objetivo tratar de questões técnicas sobre a implementação do split, inclusive com a participação das entidades do setor financeiro e do Banco Central.

Atualmente, o grupo já funciona informalmente, através de diálogo entre os técnicos da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, da Receita Federal e dos Fiscos estaduais e municipais. Porém, não há participação das instituições financeiras, nem uma estrutura decisória e de governança. Essa estrutura será criada a partir de uma portaria, que será publicada no "Diário Oficial". A previsão é que saia neste mês, assim como a primeira reunião para definição do calendário de trabalhos.

O "plano A" da Fazenda é que o split funcione em fase de testes em 2026 e entre em pleno funcionamento em 2027, tanto no modelo "inteligente" quanto no "simplificado", este opcional e direcionado ao varejo. Porém, técnicos ouvidos pela reportagem afirmam que há possibilidade de um faseamento, caso não seja possível fazer a implementação total até 2027.

O maior desafio será colocar em funcionamento o modelo "inteligente", que vincula a nota fiscal à transação de pagamento, sendo possível separar o valor do tributo no momento da liquidação financeira para recolhimento aos cofres públicos. O mecanismo também já vai considerar os eventuais créditos tributários para fazer o desconto.

O sistema financeiro, segundo o **Valor** apurou, tem preocupações quanto ao prazo considerado curto para implementação. Os agentes pedem que haja isonomia entre os meios de pagamentos e que, se a implementação for faseada, seja algo negociado com o setor. Segundo técnicos do governo, esse tema será debatido no grupo de trabalho, junto com o cronograma.

> "Há pontos para melhora para evitar duplicidade e ausência de crédito"
> *André Menon*

Outra preocupação do setor financeiro é com os custos para desenvolvimento e manutenção do sistema. Eles querem ser ressarcidos, de alguma forma. Ainda não há decisão. O projeto de lei que regulamenta a reforma tributária do consumo (PLP 68/2024) prevê que o Executivo e o Comitê Gestor do IBS deverão aprovar orçamento para "desenvolvimento, operação e manutenção do sistema do split payment".

A ideia entre os técnicos do governo é gerar "o mínimo" de ônus possível para o sistema financeiro e para os contribuintes. Por isso, o objetivo é adaptar as notas fiscais eletrônicas e os sistemas dos Fiscos da União e dos Estados e municípios, e não o contrário, explicou uma fonte. O Serpro - estatal federal de tecnologia da informação — deve participar do desenvolvimento do split.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que o setor bancário está pronto a dialogar da "melhor forma possível sobre os pontos ainda pendentes de regulamentação". Esses pontos pendentes são: custeio do desenvolvimento do sistema, a remuneração pela prestação do serviço de arrecadação, limites de responsabilização, prazo de implementação e outras questões técnicas, operacionais e de segurança.

Segundo André Menon, tributarista do Machado Meyer Advogados, o split payment tende a garantir a arrecadação, dar lastro para o ressarcimento de créditos e afastar a concorrência desleal de empresas que não pagam tributos — com a retenção automática será mais difícil burlar as regras tributárias.

"Hoje muitas empresas enfrentam concorrência desleal porque o concorrente não paga tributo, o que permite que pratique um preço melhor no mercado, esse ponto pode ser bem resolvido pelo split payment", destaca.

Como pontos negativos, Menon cita a retenção de valores que, na verdade, voltarão à empresa que tem créditos. "Embora eu ache positiva a técnica do split payment por trazer segurança jurídica com relação a pagamento e concorrência desleal, há pontos para melhora para evitar pagamento em duplicidade e ausência de crédito", afirma.

Júlio de Oliveira, sócio líder das áreas de impostos indiretos e contencioso tributário no escritório Machado Associados, concorda que o split pode contribuir para elevar a conformidade no recolhimento de impostos. No entanto, diz, se o sistema não for efetivo e transparente, há risco de judicialização.

Os problemas podem ocorrer, por exemplo, na devolução de créditos naqueles casos em que os pagamentos forem feitos em dinheiro ou cheque. Nessas hipóteses, há risco de o imposto não ser recolhido pelo vendedor, o que cria um problema para o comprador utilizar seu crédito tributário. É uma polêmica que já ocorre hoje em relação ao ICMS, disse.

A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) não quis se manifestar. O Ministério da Fazenda se limitou a dizer que o GT terá "caráter técnico" e como objetivo "discutir questões relativas à implementação do split payment".

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0	0,3
Indústria de transformação	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2	-0,3
Indústrias extrativas	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4	6,3
Bens de capital	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3	-2,4
Bens intermediários	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9	-1,5
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5957	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	mar/24 Valor	mar/24 Var. %*	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	mar/23 Valor	mar/23 Var. %*
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Eleita a melhor empresa do setor de alimentos e bebidas, pelo 3º ano consecutivo.

Institutional Investor

Confiança é base de qualquer relacionamento. Do consumidor ao investidor.

Receber a mais alta distinção na premiação anual da Institutional Investor reforça nosso compromisso diário com a excelência, em tudo o que a gente faz. Um exemplo concreto é que, nos últimos 5 anos, a JBS entregou um retorno médio anual de 25% a.a. em reais e 17% a.a. em dólares aos acionistas. Esse desempenho fortalece toda uma rede de confiança. E promove o reconhecimento contínuo de consumidores, clientes, colaboradores, comunidades e investidores que têm apostado na JBS ano após ano.

2024 LATIN AMERICA EXECUTIVE TEAM
MOST HONORED COMPANY
JBS

1ª Empresa Mais Reconhecida / #1 Most Honored Company

Melhor CEO - 1º lugar - *3º ano consecutivo*

Melhor CFO - 1º lugar - *3º ano consecutivo*

Melhor Profissional de RI - 1º lugar - *SellSide*

Melhor Time de RI - 1º lugar - *4º ano consecutivo*

Melhor Programa de RI - 1º lugar - *3º ano consecutivo*

Melhor Conselho - 1º lugar - *2º ano consecutivo*

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Sidney Klajner, presidente do Einstein, a empresa mais inovadora em 2024: investimento de 5% da receita (R$ 240 milhões) em inovações tecnológicas

Gestão Empresas que lideram ranking exploram mais aspectos ligados à tecnologia nas inovações do que as demais integrantes

Cultura de inovação está no topo da agenda corporativa

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Uma cultura corporativa permanentemente voltada ao novo, diversidade nas equipes de especialistas e ousadia para avançar rumo à excelência de produtos e serviços. Esses são alguns dos principais ingredientes encontrados nas estratégias das empresas mais bem pontuadas no anuário **Valor Inovação Brasil** .

A principal premiação de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Brasil, realizada pelo **Valor** em parceria com a Strategy&, da consultoria PwC, chega à décima edição revelando que metade das companhias que conquistam o topo do ranking reservam mais de 5% da receita líquida para investir em inovação e estão mais afiadas no uso de sistemas de governança que dão musculatura a novos projetos.

"É irresistível não fazer um paralelo entre o motivo que nos traz aqui a esta festa e as nossas conquistas olímpicas. Para os medalhistas, finalistas, recordistas e competidores, o caminho até o topo do esporte é uma construção. Que — sem exceção — tem trabalho em equipe, ousadia de tomar riscos, obstinação, mentalidade vencedora, muitos erros e acertos, e erros e acertos de novo. Tenho certeza de que a trajetória das empresas mais inovadoras que venceram inclui tudo isso", disse Maria Fernanda Delmas, diretora de redação do **Valor**, na abertura do evento.

Ao receber o prêmio, Sidney Klajner, presidente do Einstein, primeiro colocado no ranking, também fez uma analogia com os jogos olímpicos: "Ao longo das edições do **Valor Inovação**, o Einstein foi escalando degraus. Esteve entre os finalistas da área da saúde, despontou algumas vezes como o melhor do setor e boa classificação também no ranking geral. Mas sermos escolhidos como melhor de todos os setores desperta sentimentos ainda mais fortes, semelhantes aos que temos visto com os atletas da Olimpíada quando sobem ao alto do pódio e recebem a medalha de ouro. Só que no nosso caso seria em uma modalidade coletiva. Na verdade, seria uma categoria multimodalidade coletiva. Isso não existe nos jogos olímpicos, mas existe no Einstein".

As empresas que se destacam no ranking jogam em muitas frentes. "As marcas mais bem colocadas no prêmio acionam o 'play' de empresas inovadoras como principal estratégia", afirma Jacques Moszkowicz, sócio da Strategy& e responsável pela metodologia da pesquisa que embasa a premiação.

Outro cenário comum entre as líderes na pesquisa é que elas exploram, em média, 40% a mais de aspectos ligados à tecnologia nas inovações do que as demais integrantes do levantamento. "As líderes citam mais a inteligência artificial [IA] nos processos de trabalho do que a média de todas as companhias do estudo", compara Moszkowicz.

Considerando aspectos como tecnologia, olhar para o futuro e eficiência, a pesquisa aponta as 150 empresas mais inovadoras do país em 25 setores da economia. "Anualmente, esse compilado de bons exemplos em diversos setores ajuda a impulsionar ainda mais o ecossistema de inovação no Brasil", diz Gerson Charchat, sócio e líder da Strategy& Brasil. "Nós ajudamos a tangibilizar para o público e outras organizações caminhos e reflexões que podem ser positivos para estratégias sólidas que consideram adaptabilidade e transformação da força de trabalho e dos modelos de negócio."

Moszkowicz chama a atenção para a "inovação arquitetônica" das campeãs. Nesse conceito, a chegada de uma ação inovadora demanda o desenvolvimento de novas competências na empresa e resulta em modelos de negócios inéditos, diferentemente do que os estudiosos chamam de "inovação rotineira". "Quase 30% dos casos das empresas melhor posicionadas foram classificados como inovação arquitetônica", diz. "São companhias arrojadas que adotam a tecnologia e a IA como motores da inovação."

Desde a edição de 2023 , as menções à IA generativa aumentam nos casos analisados. "No ano passado, cerca de 14% mencionaram o uso de algum tipo de IA. Em 2022, esse número era de 7%", afirma Moszkowicz. "Vamos ver um amadurecimento da utilização desse recurso na automação, na eficiência e no foco em produtividade", avalia.

O consultor observa que a maior pluralidade das equipes de inovação também contribuiu para a escalada das vencedoras. . "A nossa hipótese é que quanto maior for a diversidade de pensamentos e de formações, mais rica será a fomentação de ideias."

No Einstein, primeiro colocado no ranking, a estratégia de inovação é transversal e mira a colaboração entre áreas e com outras organizações. Em 2023, a instituição investiu 5% da receita (R$ 240 milhões) em inovações tecnológicas, considerando aportes em nichos como startups, pesquisa clínica, robótica e transformação digital. São 458 colaboradores envolvidos diretamente com inovação — 2% de um total de 22.770 empregados — sendo mais da metade (235) atuando com pesquisas.

> Companhias arrojadas adotam tecnologia e IA como motores da inovação

Nos próximos anos, o Einstein deve investir mais em IA, para diagnósticos e tratamentos. "A biotecnologia será outra área de interesse, com a expansão da capacidade de pesquisa e desenvolvimento em terapia celular e genética", adianta o diretor executivo de inovação, Rodrigo Demarch.

Na Suzano, maior fabricante de celulose do mundo, o futuro acena para inovações mais "limpas", segundo Fernando Bertolucci, vice-presidente executivo de sustentabilidade e inovação. "As soluções que o mundo precisa para enfrentar a crise climática têm de ser escaláveis", diz. O mundo funciona em colaboração e a inovação não deve ser propriedade exclusiva de uma empresa, assinala.

A fim de pavimentar novos experimentos, que incluem projetos para a geração de biomateriais, como a lignina, utilizada em setores como cosméticos e construção civil, os montantes investidos pela Suzano em P&D saltaram de R$ 163,4 milhões, em 2020, para R$ 236,7 milhões em 2023.

Para o reitor do Ibmec-Rio, Samuel Barros, coordenador do MBA de liderança, inovação e tecnologia na instituição, "o processo de inovação precisa vir de uma liderança comprometida e tolerante às falhas".

É o que está fazendo a Dexco (antiga Duratex), de materiais de construção. Uma das ações em andamento é o programa Imagine, que desde 2012 consolida as ações de intraempreendedorismo do grupo. "A intenção é capacitar os funcionários para sugerir ideias inovadoras, levando em conta a melhoria da eficiência e o incremento operacional", diz o diretor de TI e growth, Daniel Franco. Em 2023, foram mais de 28 mil sugestões, sendo que as propostas implantadas geraram retorno de R$ 20,3 milhões para a empresa.

Na Energisa, de soluções para o mercado de energia elétrica, a cultura inovadora foi erguida a partir de processos de governança que se comunicam. A frente de ações inclui desde uma estrutura organizacional ligada diretamente ao CEO a uma metodologia para a criação de produtos baseada em indicadores. "Nesse contexto, a resistência à mudança e o medo de falhar precisam ser evitados", ressalta Ricardo Botelho, CEO do Grupo Energisa.

É fundamental também que todos na organização se sintam parte importante do processo de evolução dos negócios. "Não temos uma área responsável por toda a inovação na empresa e temos orgulho disso", diz Daniel Knopfholz, vice-presidente de pessoas e tecnologia do Grupo Boticário. "Isso é um dos pilares que promove a inovação: todos são responsáveis por inovar o tempo todo, nas suas funções."

Rafael Miotto, presidente para a América Latina da CNH, com atuação na agricultura, construção e serviços financeiros, aposta na inovação aberta para acelerar a produtividade. "A contribuição de expertises internas e externas para somar conhecimentos deve ser valorizada", diz.

Rodrigo Duclos, diretor de inovação e digital da Claro, não acredita que toda inovação precisa ser sempre disruptiva ou grandiosa — mas é fundamental saber gerenciar diferentes tipos de projetos. "Inovações incrementais são necessárias e fazem com que todos na empresa possam se engajar."

A inovação eficiente caminha a serviço dos negócios, acrescenta Rodrigo Fumo, diretor-superintendente da WEG. "É ela que torna possível o negócio ficar à frente da concorrência e capturar oportunidades", diz o executivo. Fumo explica que acelerar o processo de inovação foi decisivo para o sucesso da empresa em mercados exigentes, como a Europa e os Estados Unidos, a partir dos anos 1990. "Inovar é uma questão de sobrevivência. Se a empresa não fizer isso, fica limitada".

A opinião é compartilhada por Tânia Cosentino, presidente da Microsoft Brasil. "A construção de uma cultura inovadora é um processo contínuo", pontua. "Requer a combinação de fatores como liderança, recursos e ambiente de apoio. A equipe de liderança desempenha um papel crucial na definição do tom da inovação e no incentivo aos funcionários para pensarem 'fora da caixa'."

Leonardo Garnica, líder de inovação corporativa da Embraer, lembra que a pesquisa de novos recursos não pode sair do DNA das organizações criativas. "Na Embraer, a inovação não está restrita a uma área de P&D. Faz parte da cultura da companhia", diz. "Envolve toda a companhia na procura de mais eficiência, na melhoria dos produtos e em novos paradigmas de mercado."

As empresas vencedoras foram anunciadas nesta segunda-feira em evento no JK Boulevard, espaço da Bisutti.

Valor Inovação Brasil 2024
Premiação setorial

Setor	Empresa
Agronegócio	São Martinho
Alimentos, bebidas e ingredientes	Ambev
Automotivo e veículos de grande porte	CNH
Bancos	Itaú Unibanco
Bens de capital	Embraer
Comércio	Mercado Livre
Construção e engenharia	Andrade Gutierrez
Cosméticos, higiene e limpeza	Grupo Boticário
Educação	Cogna Educação
Eletroeletrônica	WEG
Energia elétrica	Energisa
Farmacêuticas e ciências da vida	Eurofarma
Infraestrutura	Sabesp
Materiais de construção	Dexco
Mineração, metalurgia e siderurgia	Vale
Papel e celulose	Suzano
Petróleo, gás e petroquímica	Shell Brasil
Química	Indorama Ventures
Seguros e planos de saúde	SulAmérica
Serviços	Serasa S.A.
Serviços financeiros	B3
Serviços médicos	Einstein
Tecnologia da informação	Microsoft
Telecomunicações	Claro Brasil
Transportes e logística	Localiza&Co.

10 primeiras empresas do ranking geral

Posição	Empresa	Posição	Empresa
1º	Einstein	6º	CNH
2º	Suzano	7º	Claro Brasil
3º	Dexco	8º	WEG
4º	Energisa	9º	Microsoft
5º	Grupo Boticário	10º	Embraer

Fonte: Strategy&

Raio X da pesquisa

25 setores da economia representados

309 empresas inscritas

273 empresas elegíveis

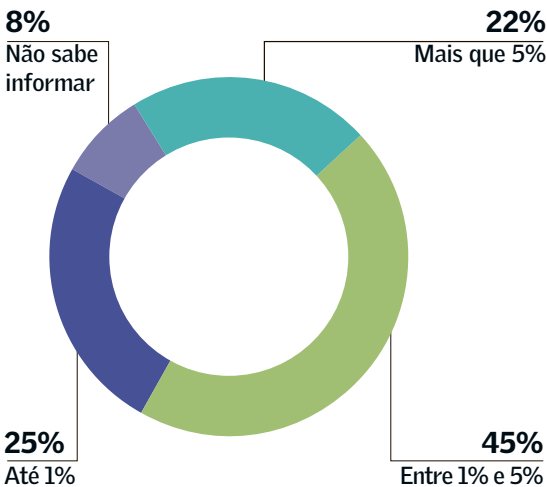
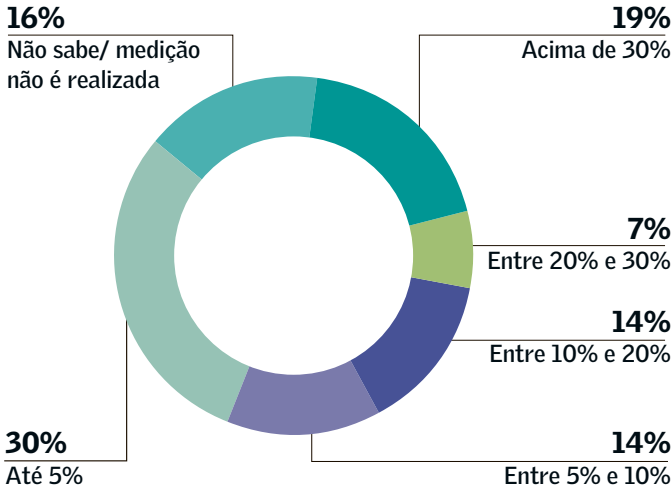
770 cases avaliados

265 propriedades intelectuais confirmadas

R$ 85 bilhões investidos em inovação

R$ 15 bilhões de aumento nos investimentos em relação a 2023

43,4% das patentes publicadas são do setor de petróleo e gás

Porcentagem da receita líquida direcionada a inovação
% das empresas elegíveis participantes

Receita gerada por inovações*
% das empresas elegíveis participantes

*Qual o percentual da receita líquida do último ano que foi obtido por meio de inovações realizadas pela empresa no Brasil nos últimos três anos

Gestão Companhias que se destacam no ranking de 25 setores da economia vão além dos processos internos para ganhar participação no ecossistema inovador

Desenvolver ideias é um processo que demanda diálogo e parcerias

De São Paulo

Tornar a inovação um fator concreto no negócio requer iniciativas dentro e além dos muros da empresa. Ao lado do desenvolvimento de uma cultura voltada para novas ideias, um amplo portfólio e parcerias e trocas de conhecimento são estratégicos.

"Temos um meio próprio de desenvolver inovações, envolvendo nossos mais de 12 mil trabalhadores no processo e utilizando a inovação aberta em praticamente 100% dos desenvolvimentos", diz o CEO da São Martinho, Fabio Venturelli. Líder na categoria agronegócios do anuário **Valor Inovação Brasil**, feito em parceria com a Strategy&, a companhia tem parceria com startups, universidades e empresas de todos os portes.

As ideias inovadoras podem surgir de todos os lados. "Queremos ouvir e entender nossos consumidores, ter uma mentalidade de escuta ativa. Foi assim que consolidamos novas plataformas como o Zé Delivery, com 5 milhões de usuários únicos por mês, e o BEES, aplicativo que facilita o atendimento a clientes de diversas marcas, e que mudaram nossa conexão com o ecossistema e abriram novas frentes de negócio para a Ambev", diz Jean Jereissati, CEO da cervejaria, líder em alimentos.

Para a Cogna, primeira colocada em educação, ter a cultura de inovação disseminada e recorrer a parcerias é parte do dia a dia. "Eu diria que quase 100% dos setores da economia não conseguem mais dar conta de evoluir seu business fazendo tudo dentro de casa, com mudanças tão grandes e tão rápidas", analisa Renate Giometti, head do Cogna Labs.

Paula Violante, diretora de engenharia e inovação da Sabesp, que acaba de ser privatizada, diz que a companhia de saneamento adota o conceito de inovação aberta, baseado em "múltiplas parcerias e compartilhamento de conhecimento para construção de soluções inovadoras". Com bons resultados, o leque de parceiros vai de universidades, agências de fomento e startups até empresas de saneamento globais.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Evento de premiação do Valor chega ao décimo ano mostrando que as empresas mais inovadoras jogam em muitas frentes

Os consistentes aportes da Eurofarma, líder entre farmacêuticas, para desenvolvimento de inovação interna foram reforçados recentemente por um fundo corporativo de investimento: ao todo, serão investidos até US$ 100 milhões em biotechs que tenham projetos em fase inicial de descoberta e desenvolvimento de medicamentos, diz Martha Penna, vice-presidente de inovação da empresa.

Dona do maior ecossistema de big data da América Latina, a Serasa conta com diversas estruturas internas dedicadas à inovação e aposta também em parcerias, que têm papel importante, sendo concretizadas por meio de investimentos em corporate venture capital (CVC) e operações de fusões e aquisições. A Serasa destina à inovação 5% da receita líquida e tem 390 colaboradores envolvidos com a agenda.

Com cerca de 700 colaboradores no Brasil, a Shell, líder na categoria petróleo, tem 33 especialistas atuando exclusivamente em P&D. Adicionalmente, conta com ampla rede de parceiros, ao apoiar 1,4 mil pesquisadores, mais de 20 universidades e institutos e 30 empresas e startups.

Vencedora pelo segundo ano consecutivo em transportes, a Localiza&Co se apoia em três focos — cliente, negócio, e equipes — e atrela a inovação a mudanças culturais. A ideia é criar um ambiente propício para experimentação e testes, diz André Petenussi, CTO da companhia.

> As ideias inovadoras podem surgir de todos os lados, inclusive dos fornecedores

Em linha semelhante, a junção da tecnologia com o trabalho dos colaboradores é uma das receitas do Mercado Livre . "Olhamos para inovação e tecnologia como pilares estratégicos para o funcionamento do ecossistema de negócio", afirma Fernando Yunes, vice-presidente sênior de commerce e líder do Mercado Livre Brasil.

No setor financeiro, a inteligência artificial generativa avança. Em 2024 e 2025, a equipe de inovação da SulAmérica, vencedora em seguros, tem na pauta projetos que envolvem IAGen para aprimorar a jornada de clientes e parceiros comerciais. "O app de saúde tem mais de 1 milhão de usuários ativos, que realizam diversos tipos de atendimentos. Mais de 50% das demandas já são resolvidas sem contato humano", conta Fernando Morad, diretor de inovação e canais digitais da SulAmérica.

Com mais de 250 casos de uso, o Itaú segue trilha parecida. "Muitos dos casos de uso da IAGen são para eficiência operacional, como no processamento de documentos na área jurídica, que já atinge um volume de mais de 70 mil por mês", conta Carlos Eduardo, diretor de tecnologia do Itaú Unibanco.

Também na mineração a IA tem se colocado como importante aliada. A inteligência e a integração de dados por meio de programas como o Integrated Quality Management (IQM), que amplia os conhecimentos geológicos e otimiza trabalhos em campo, resultaram no ano passado em ganhos superiores a R$ 1,75 bilhão para a Vale, primeira colocada no setor.

"A inovação é motivada pela necessidade de enfrentar desafios crescentes, como custos elevados, escassez de mão de obra e demandas por práticas mais sustentáveis", aponta Guilherme Pinto, diretor de planejamento empresarial, estratégia e inovação da Andrade Gutierrez, líder do ranking em construção e engenharia . Um programa de inovação aberta que a conecta a soluções inovadoras do mercado permitiu à companhia lançar este ano a Vetor AG Ventures, dedicada ao desenvolvimento e aceleração de startups de infraestrutura, engenharia e construção.

A Indorama Ventures, do setor químico, desenvolveu uma ferramenta automatizada que captura informações sobre experimentos globais e internos da própria empresa e as carrega para um único ambiente, onde seus pesquisadores podem buscar informações relativas a processos anteriores.

"Inovação é criar e melhorar as soluções que a gente disponibiliza para o mercado, alinhada aos valores de proximidade com o cliente, resiliência operacional e capacidade de entrega", define Gilson Finkelsztain, presidente da B3, companhia de infraestrutura do mercado financeiro, que lidera em serviços financeiros. "Aqui é um parque de diversões para tecnologia e desenvolvimento de produtos."

A premiação das empresas mais inovadoras ocorreu no Boulevard JK, espaço da Bisutti, nesta segunda-feira.

Embraer tem recorde de premiações no anuário

De São Paulo

Nos dez anos de existência da pesquisa **Valor Inovação Brasil**, a Embraer foi a empresa que conquistou mais prêmios entre as participantes: 18 na soma do ranking geral e de sua categoria, bens de capital. Desde que começou a integrar o estudo, em 2016, a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo acumulou nove vitórias consecutivas em seu setor. No ranking geral, esteve entre as dez mais inovadoras nove vezes, cinco delas como a primeira colocada. Não à toa, é citada como a mais inovadora do país por 17% das demais participantes da pesquisa neste ano.

"O fortalecimento contínuo da cultura interna tem sido um dos diferenciais da Embraer para manter o espírito de inovação, que viabiliza nosso plano de crescimento", afirma o vice-presidente de estratégia, digital e inovação, Dimas Tomelin. A empresa aposta na criação de um ambiente de trabalho mais diverso, inclusivo e colaborativo e que atua de forma integrada, explica o executivo. Para ele, é isso o que permite a troca de conhecimento e tecnologia entre as diferentes unidades de negócio da companhia.

As ações de fomento à cultura da inovação estão atreladas a um planejamento estratégico claro e consistente, que proporciona foco para as discussões sobre tendências e investimento, relata Tomelin. "A Embraer é resultado de uma visão de futuro muito bem executada, direcionando estrategicamente as pesquisas de mercado e formação de pessoas conforme as necessidades de prontidão tecnológica e planejamento", afirma o vice-presidente de estratégia, digital e inovação.

Inovação está na origem da empresa que nasceu a partir de uma iniciativa de pesquisadores ligados ao antigo CTA, hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), e ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP), em 1969.

Companhias analisadas investiram R$ 85 bilhões

De São Paulo

Em sua décima edição, o anuário **Valor Inovação Brasil** contou com 309 empresas inscritas, sendo 273 elegíveis para a pesquisa. Cerca de 770 cases foram analisados, entre eles, cases já em execução e outros ainda em prova de conceito. Os projetos apresentados geraram ativos de propriedade intelectual, como patentes, demonstrando a orientação para gerar valor a partir do conhecimento. O grupo de empresas analisadas aplicou R$ 85 bilhões em inovações.

A amostra foi dividida em 25 setores: agronegócio; alimentos, bebidas e ingredientes; automotivo e veículos de grande porte; bancos; bens de capital; comércio; cosméticos, higiene e limpeza; construção e engenharia; educação; eletroeletrônica; energia elétrica; infraestrutura; farmacêuticas e ciências da vida; materiais de construção; mineração, metalurgia e siderurgia; papel e celulose; petróleo, gás e petroquímica; química; seguros e planos de saúde; serviços; serviços financeiros; serviços médicos; tecnologia da informação; telecomunicações; e transportes e logística.

A metodologia do anuário reúne critérios capazes de medir o investimento constante das empresas em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação — acompanhando o desempenho e a disciplina dessas organizações. Como resultado, o ranking lista um seleto conjunto que investe em inovação em longo prazo, tratando o tema como pilar estratégico. A pesquisa não é influenciada pela força das marcas ou dominada por empresas de tecnologia da informação. Isso acontece porque a metodologia foi construída com base em questões sobre processos de inovação e que englobam desde aportes em ciência até iniciativas de transformação digital, avaliadas de forma sistêmica e dentro de cada setor.

O objetivo do anuário é medir a capacidade de inovação, avaliando competências como criatividade, capacidade para gerar conhecimento e a aplicação estratégica das novas tecnologias. O questionário permite que empresas dos mais diferentes setores participem, trazendo qualidade e diversidade para a amostra.

As participantes são avaliadas em quatro dimensões: planejamento da empresa no processo de inovação; execução e práticas adotadas; os resultados atingidos; e o reconhecimento obtido a partir de citações e pedidos de patentes publicados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) durante o ano base da pesquisa. As ações em rede, relacionadas à forma como as empresas conectam diferentes negócios aos projetos de inovação, também são consideradas na avaliação.

Para participar, as empresas precisam demonstrar o desenvolvimento no país das inovações e ter, no mínimo, 5% de capital privado. Exceções foram feitas a empresas públicas que demonstraram operar em mercados competitivos e ter independência financeira e de governança. A receita líquida mínima (R$ 500 milhões) é o principal fator de corte.

A participação está condicionada à inscrição voluntária — em meio eletrônico — e à resposta de um questionário formado por questões de única e múltipla escolha. As empresas também respondem a questões abertas, nas quais os motivadores, as estratégias e projetos de inovação — assim como o impacto observado ou esperado — são detalhados, permitindo análise mais precisa. Também é possível submeter documentos e materiais anexos, a fim de detalhar os projetos e as respostas assinaladas pela empresa. Este ano, o questionário equivale a 90% da nota. O complemento para os 100% vem de uma nota de citações — em que a companhia foi lembrada como inovadora por outras participantes — e dos pedidos de patentes publicados (7%) pelo Inpi.

Setores que mais priorizam ser inovador

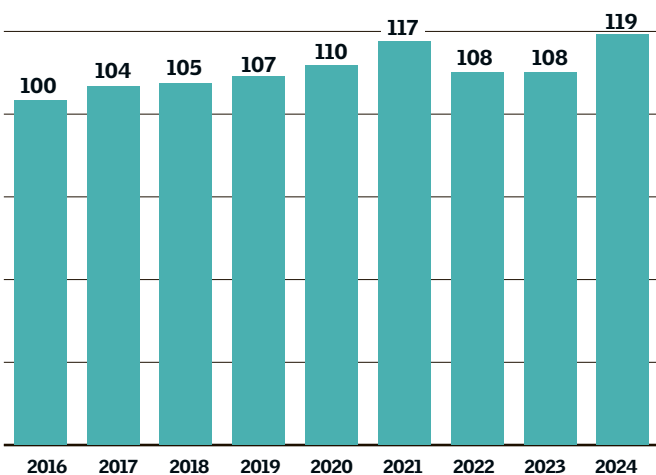
Em %

Setor	%
Farmacêuticas e ciências da vida	47%
Bens de capital	40%
Agronegócio	39%
Química	38%
Energia elétrica	36%

Ferramentas mais utilizadas

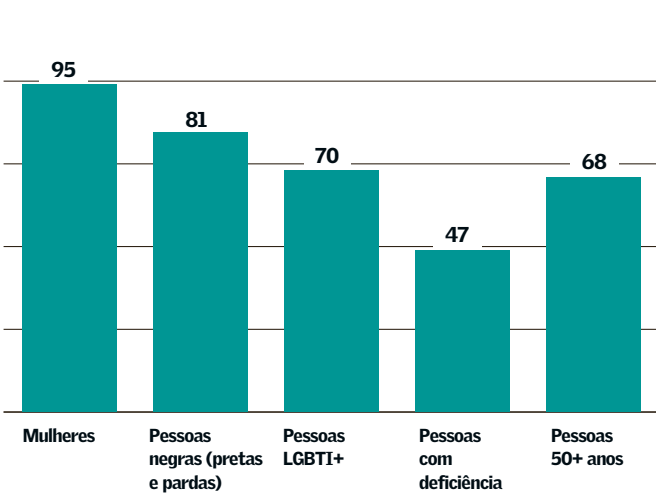
% das empresas elegíveis participantes

Ferramenta	%
Big data/analytics	92%
IA	88%
Machine learning	82%
Internet das coisas	61%
Realidade virtual/aumentada	49%
Blockchain	27%
Computação quântica	4%
Outras	51%

Nota final média das empresas em base 100

Diversidade dos times

Quem está representado nas equipes na área de inovação (% das empresas elegíveis participantes)

Fonte: Strategy&.

INÊS 249

A eleição que desafia a medicina da ideologia

Maria Cristina Fernandes

Vinte e cinco anos no poder e contando. É este recorde de fazer inveja ao chavismo que o atual comando do Conselho Federal de Medicina pode ampliar na eleição que acontece nestas terça e quarta feiras. Não se trata de uma disputa classista. É uma autarquia federal, sustentada por contribuição obrigatória para o registro profissional de cerca de 600 mil médicos no Brasil. Sua atuação normatiza os princípios que regem a atividade e tem o poder de cassar o registro de médicos que os atropelem. O que está em jogo é a credibilidade da medicina no país e a vulnerabilidade da população a uma atividade essencial que costeia o alambrado da ciência para abraçar a ideologia.

Não se trata de percepção exagerada sobre o poder de estruturas herdeiras do corporativismo varguista. A extrema-direita tem se valido da ocupação de todas elas para se enraizar no cotidiano da população sob o beneplácito de médicos, engenheiros ou advogados para quem política é assunto de políticos. Alienam-se sobre decisões que afetam sua vida e daqueles a quem servem — ou deveriam servir.

Foram os representantes do CFM que respaldaram a recomendação da cloroquina pelo Ministério da Saúde e não endossaram a obrigatoriedade da vacina. Passada a tragédia dos 700 mil mortos, dobraram a aposta. No dia 27 de julho de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi à sede da entidade em Brasília, exaltou o tratamento precoce e a "autonomia" médica em prescrevê-lo, além de vangloriar-se por estar vivo a despeito de não ter tomado vacina. "Muito nos honra vossa presença em nossa sede", reagiu José Hiran Gallo, no CFM desde 1999, e candidato à reeleição por Rondônia, único Estado da disputa com uma única chapa.

O CFM ainda limitou o uso do canabidiol à epilepsia sob a alegação de que falta comprovação científica para outros usos. A Organização Mundial de Saúde reconhece eficácia em dor crônica, doença de Parkinson, esclerose múltipla e redução dos efeitos colaterais da quimioterapia. E, finalmente, o conselho soltou resolução, em abril deste ano, que veta o aborto, inclusive nos três casos permitidos pela lei (estupro, risco de vida da mãe e anencefalia), para gestações acima de 22 semanas. Suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, a resolução inspirou projeto de lei que acabou retirado de pauta pelo risco de prisão de crianças e adolescentes.

Essas diretrizes não comandaram apenas o Conselho Federal de Medicina como também suas 27 regionais. A primeira reação ao conjunto desta obra veio no ano passado quando, na eleição para os conselhos regionais, o do Distrito Federal elegeu uma chapa de oposição, a única da federação.

Além das crendices, o apego ao bolso também ajuda a explicar a longevidade de seus mandatos. A contribuição dos médicos (R$ 816 por ano), além dos valores pagos pelos consultórios (cerca de R$ 1 mil) e estabelecimentos de saúde, garantem uma receita anual de R$ 286 milhões. Graças aos jetons pelas reuniões e às diárias por viagens, há conselheiros com renda de até R$ 60 mil. Tudo isso sem precisar tocar num estetoscópio.

Valem-se, ainda, da atuação no conselho para justificar faltas. Um ex-presidente do CFM foi acusado pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul de receber indevidamente R$ 72 mil como pagamento por 873 plantões não realizados em hospitais da rede municipal de Campo Grande. Atual tesoureiro da entidade, é candidato à reeleição no Estado.

É natural, portanto, que a disputa esteja encarniçada. Até a Polícia Federal foi chamada. Uma das quatro chapas que disputam em São Paulo enviou um "santinho" para o SMS dos filiados com a mensagem "vote na única chapa que não faz o L" tendo como pano de fundo o logotipo do conselho. Como, para votar, é preciso atualizar o cadastro com e-mail e celular no CFM, boletins de ocorrência registraram violação de sigilo.

Num outro santinho, o mesmo candidato vale-se de três cabos eleitorais, Luciano Hang, o "véio da Havan", o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e o ex-ministro da Saúde da gestão Jair Bolsonaro Marcelo Queiroga. "Não me acusem de ser de direita, isso é propaganda gratuita", diz o pretendente ao conselho no vídeo-santinho. A confiança no extremismo deste colégio eleitoral é tamanha que, no Rio, uma chapa tomou o vereador Carlos Bolsonaro (PL) como cabo eleitoral e outra, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Um total de 73 chapas disputam 27 vagas no Conselho — outras duas são indicadas pelas associações médicas. O presidente sai das alianças formadas entre esses 29 titulares. As contas mais realistas dão conta de que apenas quatro Estados têm chances reais de eleger um nome não alinhado ao bolsonarismo (SP, BA, PE e DF).

Um dos candidatos do campo não bolsonarista diz que, se eleito, vai preferir atuar nas comissões a disputar cargo na diretoria. Entre as pautas que os une está a limitação na abertura de faculdades de medicina, hoje cerca de 400, sem hospitais-escola. O resultado é que as vagas de residência só atendem a um terço dos formandos.

Nem na ditadura, o CFM esteve tão ideologizado, dizem os integrantes mais longevos deste colégio eleitoral. A estratégia dos candidatos mais realistas é a busca de consensos, ainda que periféricos, para comer o extremismo pelas beiradas até que seja possível devolver a regulamentação da medicina para o que sugerem as evidências.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Poderes Marcos Pereira, Antonio Brito e Elmar Nascimento pretendem manter candidaturas, apesar de apelos para que formem chapa única

Candidatos resistem a acordo proposto por Lira para eleição

Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), desembarcou em Brasília na noite de segunda-feira com a difícil missão de convencer os três candidatos do seu grupo político a chegarem num nome de consenso para a sua sucessão em 2025. O deputado quer fazer esse acordo já em agosto para selar o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas Elmar Nascimento (União-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antonio Brito (PSD-BA) não pretendem, pelo menos por enquanto, abrir mão de suas candidaturas.

Em conversas com interlocutores, reuniões fechadas e em discursos públicos, os três mantêm as campanhas ativas e listam motivos para não desistirem, como apoio de partidos, do governo ou da oposição, além de "pontos fracos" dos seus adversários. Aliados deles também acreditam que não haverá acordo antes das eleições municipais. "Nenhum deles tem nada a ganhar por retirar a candidatura agora, há cinco meses da eleição, sem que esteja claro o favoritismo de alguém", disse o presidente de um partido.

O PT, que conta com 68 deputados, também não planeja decidir tão cedo quem apoiará. O partido, segundo o líder na Câmara, Odair Cunha (MG), criará um comitê de negociação para conversar com Lira e com os candidatos. "Aprendi na política que prazo é para ser usado", disse. A sigla também quer evitar que a disputa interfira na votação de projetos prioritários para o governo no segundo semestre. Os três candidatos são influentes em partidos da base governista.

Lira trabalha para que os partidos da sua base de sustentação lancem um único candidato em 1º de fevereiro, o que manteria sua influência após o fim do mandato e auxiliaria na eleição dele para o Senado em 2026. A estratégia é a mesma usada ao se reeleger: tentar desestimular divergências dentro do Centrão para juntar numa única chapa o governo (PT) e a oposição (PL).

> "Tenho a vontade de agora, em agosto, arrumar essa situação"
> *Arthur Lira*

Em entrevista ao **Valor** há três semanas, Lira afirmou que agosto é o mês adequado para firmar o acordo. "O que eu tenho a vontade de fazer é agora, em agosto, a gente arrumar essa situação na Câmara para que não fiquem três ou quatro candidatos do mesmo bloco, do mesmo grupo, disputando entre si uma coisa que pode ser insana para qualquer um ou para a Casa", declarou.

Aliados afirmam que a antecipação visa aproveitar que ele ainda está forte no cargo, com controle da distribuição das emendas de comissão e da pauta de votações até dezembro, o que poderia evitar "surpresas" do governo Lula. Lira já tem a promessa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de que apoiará o candidato que escolher. O apontado como seu favorito é Elmar Nascimento, que viajou sábado para Barra de São Miguel (AL) para estar ao lado do presidente da Câmara no aniversário da cidade comandada pelo pai de Lira.

Nascimento é quem se movimentou mais ostensivamente para articular apoios a sua candidatura. Já recebeu adesão do PDT e de parte do PSB e tem viajado de jatinho pelo país para se reunir com governadores e líderes políticos. Nas eleições municipais, fez alianças com o PT da Bahia e se aproximou do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tentar desfazer o que seria sua principal desvantagem: ser mal-visto dentro do governo Lula (PT).

Brito, por outro lado, é considerado o favorito do Palácio do Planalto para fazer uma gestão com menos conflitos com o governo. Diante da fama de "petista", que poderia lhe custar votos na oposição e no Centrão, o baiano reuniu-se com Bolsonaro em julho e lembrou que liderou o PSD como base de apoio da direita por dois anos, quando acompanhou o governo bolsonarista em 87% das votações. O ex-presidente entregou-lhe a "medalha de imbrochável", dada a aliados, e com a qual Brito pretende rebater a acusação de que faria do Legislativo "linha auxiliar" do PT.

Lira, contudo, tem defendido um perfil mais "independente" para presidir a Câmara. Marcos Pereira procura atuar nesse campo, com acenos ao governo Lula e a Bolsonaro, mas garante que não desistirá se não for escolhido pelo presidente da Câmara. Em nota ao jornal "O Globo", ele negou existir um acordo com Nascimento para retirar a candidatura. "Vou até o dia 1º de fevereiro como candidato e acho que vou ganhar. Se eu perder, tenho um partido para sentar nas mesas de negociações", afirmou.

WENDERSON ARAUJO/VALOR — 16/7/2024

Lira: objetivo do atual presidente da Câmara é ter apenas um candidato a sua sucessão, de forma a manter influência

Diante do impasse e da resistência ao acordo proposto por ele para unir o grupo, aliados de Lira se dividem e não sabem qual será o caminho que ele seguirá. Alguns defendem que evite se indispor com os três, não opte por um nome e deixe que se enfrentem. Outros sugerem retomar a busca por alguém de fora desse trio, como Hugo Motta (Republicanos-PB) ou doutor Luizinho Teixeira (PP-RJ). E outro grupo acredita que, se não houver consenso, ele trabalhará para unir a maior rede de apoio em torno de Nascimento e vencer a eleição. Alternativas que, obviamente, têm seus próprios empecilhos.

Lula convoca reunião ministerial para quinta-feira

Andrea Jubé
De Brasília

Próximo ao início da campanha eleitoral e mais de uma semana após o pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião com o colegiado de ministros para esta quinta-feira (8). A expectativa é que a conduta dos ministros nas eleições municipais, o cenário econômico e, até mesmo, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial sejam temas do encontro.

Esta será a segunda reunião ministerial do ano, que ocorrerá em um cenário de cautela fiscal, tensão nos mercados e discreta recuperação da popularidade de Lula. Como de praxe, as exposições dos ministros da Casa Civil, Rui Costa (atualizando dados do Plano de Aceleração do Crescimento), da Fazenda, Fernando Haddad, e de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, devem abrir a reunião. Mas o **Valor** apurou que, desta vez, o presidente concederá a palavra a todos os ministros, com tempo limitado, a fim de que apresentem ações de suas pastas.

Na reunião anterior, apenas Rui Costa, Haddad e Padilha tiveram a palavra. O primeiro encontro foi realizado em 18 de março, numa conjuntura adversa de queda da avaliação do governo, quando o presidente fez um apelo para que os ministros viajassem mais e intensificassem a defesa do governo em entrevistas e nas agendas pelo país.

De acordo com fontes do Palácio do Planalto, um dos temas principais do encontro desta semana devem ser as recomendações do presidente aos ministros em relação aos palanques regionais. Ele não tem como impedir a divisão da base governista nas capitais ou em milhares de municípios, mas orientará os auxiliares a praticarem "pactos de não agressão" nos embates entre candidatos do mesmo campo político.

A propaganda eleitoral será liberada a partir de 16 de agosto, e o horário eleitoral gratuito em rádio e tevê começará no dia 30. O exemplo mais emblemático da fragmentação da base lulista é São Paulo, onde o presidente apoia a candidatura à Prefeitura do deputado Guilherme Boulos (Psol), que tem Marta Suplicy, do PT, como companheira de chapa; e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin, defende o nome da deputada Tabata Amaral, do PSB.

Ainda na capital paulista, o principal adversário de Boulos é o prefeito que busca a reeleição, Ricardo Nunes, do MDB, que tem três ministérios na Esplanada. Lula já avocou como prioridade a vitória de Boulos em São Paulo, e delegou os ataques a emedebista ao aliado do Psol.

Ainda na reunião, Lula também deverá instar os auxiliares a seguirem as normas da cartilha de condutas vedadas aos agentes públicos nas eleições, editada pela Advocacia-Geral da União (AGU). As principais orientações serão para que os ministros marquem compromissos de campanha fora do horário de expediente ou nos fins de semana, e não utilizem voos da Força Aérea Brasileira (FAB) para se deslocarem para agendas eleitorais.

Lula subirá em palanques escolhidos a dedo e, até o momento, só confirmou participações em futuros comícios de Boulos, segundo fontes do Psol. Nessas situações, o presidente tentará conciliar uma agenda de governo na sexta-feira na capital paulista, onde pernoitará para, no dia seguinte, participar de um evento eleitoral. Ele já recorreu a esse expediente na sexta-feira (2), em Fortaleza (CE), e quando participou da convenção que homologou a candidatura de Boulos.

Por fim, auxiliares presidenciais acreditam que Lula exortará os ministros a conhecerem e apoiarem o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028, encomendado por ele e apresentado no dia 30, na abertura da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. O documento prevê R$ 23 bilhões de investimentos no quadriênio, a maioria pública, e pelo menos R$ 1,06 bilhão da iniciativa privada.

Eleições Prefeito rebate ‘especulações’ de que, se reeleito, entrega o cargo em 2026

Paes promete não deixar prefeitura para tentar governo do RJ

STEPHANIE RODRIGUES/G1

Eduardo Paes durante sabatina ao g1: prefeito e candidato à reeleição disse que "suposições" acontecem devido à "ausência de quadros no Rio de Janeiro"

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), comprometeu-se a ficar no cargo até o fim do mandato, em 2028, caso seja reeleito. A promessa foi feita em sabatina do portal g1, após o chefe do Executivo carioca ser questionado sobre a possibilidade de, numa eventual reeleição, ele deixar a prefeitura em 2026 para concorrer ao governo do Estado.

Com pesquisas de intenção de voto indicando o favoritismo de Paes para um quarto mandato, as chances de o prefeito se lançar ao Palácio Guanabara aumentaram nos últimos meses e abriram uma disputa entre aliados e partidos de sua base para ocupar a vice em sua chapa. Em entrevista na segunda-feira (5), Paes preferiu tratar o caso como mera "especulação".

"Em 2012, quando fui candidato à reeleição, falavam que eu iria sair em 2014. Depois, em 2020, quando ganhei a eleição, o que mais ouvi é que iria sair para ser governador", disse Paes, fazendo referência às vezes em que já foi ventilado que seria candidato ao Executivo fluminense.

"Eu adoro ser prefeito do Rio. Tenho a honra de ter tido a confiança da população da cidade por três vezes. Se tiver a honra de ter pela quarta vez, permanecerei no meu mandato. Essa é a minha obrigação e para isso que estou me colocando", disse, e acrescentou: "Eu me comprometo com o eleitor da minha cidade em ficar até o fim do mandato se for reeleito."

Na quinta-feira (1º), Paes escolheu como vice o deputado estadual e ex-secretário municipal Eduardo Cavaliere. O parlamentar de 29 anos virou o favorito depois de o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) — amigo de longa data e principal aliado de Paes na política — abrir mão da indicação quando veio à tona o caso de um vídeo íntimo que o envolvia.

A escolha de Cavaliere pôs fim à novela marcada por pressões do PT pela vaga. O partido cobiçava o posto justamente pela possibilidade de o prefeito, se reeleito, decidir se lançar ao Executivo estadual. Se isso ocorrer, ele deverá deixar o cargo seis meses antes da eleição de 2026, deixando o comando da prefeitura nas mãos de seu vice.

Ao g1, o prefeito disse que tais suposições, se concorrerá ou não ao Estado, se dão pela "ausência de quadros no Rio": "As especulações sempre surgiram. Acho que nós temos um problema no Rio de Janeiro grave, especialmente em nível estadual. Acho que as coisas vão muito mal no Estado e vão muito mal naquilo que é a principal tarefa do Estado, que é a segurança pública, e acho que nós temos sim uma ausência de quadros nessa missão [concorrer a governador]. Por isso que sempre especulam o meu nome."

Paes disputou o governo do Estado em 2018, mas foi derrotado por Wilson Witzel. O governador eleito naquele ano, contudo, foi retirado do cargo dois anos depois por suspeitas de desvios na pandemia. A avaliação é de que a derrota no pleito se deu por uma onda de votos na direita radical, capitaneada por Jair Bolsonaro (PL), então candidato que seria eleito ao Planalto naquele ano. Witzel foi o candidato que melhor soube aproveitar o movimento, o que o fez sair vitorioso da votação.

No entorno de Paes, há interlocutores que defendem que o prefeito, que nunca escondeu seu desejo de ser governador, aguarde para ver a conjuntura política em 2026 para, então, decidir se vai se lançar candidato ou não.

Questionado sobre a pouca experiência de Cavaliere na política, saiu em defesa de seu candidato a vice: "O deputado Eduardo Cavaliere foi meu secretário de Meio Ambiente com muita competência. [Ele] foi meu secretário de Casa Civil, que é uma espécie de primeiro-ministro. É um jovem com muita experiência."

O prefeito também defendeu Pedro Paulo. A saída do deputado federal da disputa pela vice deu-se após sua vida privada tornar-se pauta novamente. Em 2016, o mesmo já tinha ocorrido quando vieram à tona as acusações de que havia agredido a ex-mulher. O caso foi arquivado pela Justiça, mas foi suficiente para causar um estrago na imagem do deputado e lhe custar as eleição municipal de 2016, quando disputou a prefeitura.

"Pedro Paulo é um dos quadros políticos mais qualificados do Brasil. Ele tomou uma decisão de proteger sua família para a gente não ter que ficar na eleição discutindo isso [a vida íntima das pessoas]", disse.

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/05/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-eduardo-paes-para-o-g1.ghtml

REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Armelau: deputada estadual se diz 'defensora da família e dos cidadãos de bem'

Ramagem escolhe Índia Armelau para compor chapa

Do Rio

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) escolheu a deputada estadual Índia Armelau (PL) como companheira de chapa na eleição à Prefeitura do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada na segunda-feira (5), último dia para os partidos definirem seus candidatos no pleito.

Armelau está em seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e se posiciona como "defensora da família e dos cidadãos de bem". Em suas redes sociais, a parlamentar costuma intercalar postagens contra a chamada "ideologia de gênero", apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e vídeos de exercício físico. Armelau é praticante de crossfit e é dona de uma academia.

"Muito orgulho de anunciar nossa Índia Armelau como candidata a vice-prefeita da nossa cidade do Rio de Janeiro. Uma mulher de energia e determinação. Cumpre nossos valores, respeito à vida, à família", disse Ramagem, em vídeo publicado nas redes.

Sem citar o prefeito e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), o bolsonarista aproveitou o anúncio para alfinetar o adversário: "Todo mundo sabe que o Rio de Janeiro precisa de seriedade, e não de jeitinho e malandragem com a gestão da cidade. Cada vez mais pessoas de bem, corajosas e de valor estão do nosso lado."

Armelau, por sua vez, citou Bolsonaro ao agradecer o convite: "Cheguei para compor esse time. Missão dada é missão cumprida. Jair Messias Bolsonaro falou, o PL falou, então acabou. Acabou a paz."

O PL tentava uma composição com outros partidos para formar uma chapa mista com Ramagem. O partido, no entanto, precisou seguir com uma solução caseira após receber negativas do Republicanos e do MDB.

Segundo fontes que participaram das conversas para a escolha da vice, Armelau foi escolhida por ser considerada alguém com mais apelo entre os eleitores da cidade. A outra opção à mesa para vice de Ramagem era a deputada federal Chris Tonietto (PL), que tinha o apoio da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Na eleição de 2022, Armelau foi mais votada no Rio do que Tonietto. Naquele ano, a deputada estadual recebeu 32 mil votos, enquanto a federal teve 23 mil.

Até a semana passada, a deputada estadual Tia Ju (Republicanos) era tida como uma escolha certa por aliados de Ramagem. No entanto, a parlamentar declinou do convite para vice devido a pressões de correligionários ligados à Igreja Universal que defendem o apoio à reeleição de Eduardo Paes.

O PL também tentou a ex-deputada estadual Rosane Félix (MBD). Ela, porém, recusou o convite para se candidatar à Câmara Municipal do Rio.

Ramagem foi o último postulante da eleição ao Executivo carioca a indicar seu vice. Além do bolsonarista, outros dois candidatos optaram por chapas puras: Paes, que indicou na quinta-feira (1º) o deputado estadual Eduardo Cavaliere, e o deputado federal Tarcísio Motta (Psol), que escolheu a deputada estadual Renata Souza.

Ontem, o União Brasil oficializou a candidatura do deputado estadual Rodrigo Amorim. No evento, ele se colocou como segunda alternativa bolsonarista na corrida e disse que o polo da direita está unido: "O campo da centro-direita, hoje representado por mim e pelo Ramagem, está absolutamente unido justamente para contrapor uma estratégia do atual prefeito de nos colocar no que ele chama e classifica de extrema-direita." *(CZ)*

Tabata anuncia vice do PSB e critica traição de Datena

Cristiane Agostine e Lucas Ferraz
De São Paulo

Candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo, a deputada federal Tabata Amaral (PSB) anunciou nessa segunda-feira (5) a professora e empresária Lúcia França, do mesmo partido, como sua vice. Ex-primeira-dama de São Paulo, Lúcia é casada com o ministro e ex-governador Márcio França (Empreendedorismo), fiador da candidatura da parlamentar.

Tabata fez o anúncio da vice, com composição puro-sangue do PSB, ao participar da sabatina do g1, quando comentou sobre o acordo desfeito com o PSDB e o apresentador José Luiz Datena (PSDB), agora adversários. Inicialmente no PSB e sondado como possível vice de Tabata no início do ano, Datena foi incentivado pela própria deputada a se filiar ao PSDB. Depois desse movimento, em junho, o apresentador e o partido anunciaram a candidatura própria.

"Você ser correto, ter palavra e ser honesto nunca é uma opção ruim. Jamais vou me arrepender de ter feito a minha parte. Se as outras pessoas não se comportaram bem, eu não tenho culpa. Traições são comuns, aprendi em Brasília. As pessoas dão a palavra e ela é jogada ao vento", afirmou.

Filiada ao PSB desde a década de 1980, Lúcia França foi vice na chapa derrotada de Fernando Haddad (PT), atual ministro da Fazenda, na disputa pelo governo paulista em 2022.

Tabata não conseguiu atrair o apoio dos tucanos para sua candidatura e sentiu-se traída. "O PSDB vive uma superconfusão, a gente viu na convenção, e nem sabe se Datena será candidato. Os maiores nomes do PSDB, que foram importantes para essa cidade, estão no meu projeto", completou.

Na sabatina, a deputada federal do PSB também criticou em diferentes momentos o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), que ela definiu como uma "pessoa medíocre" para administrar a cidade.

Tabata lembrou o fato de o prefeito estar sendo investigado pela Polícia Federal por suposta participação na máfia das creches, suspeito de receber dinheiro em sua conta sem origem justificada, e pela "conivência" dele com as empresas de ônibus que prestam serviço municipal e são investigadas pela suspeita de lavar dinheiro da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

REPRODUÇÃO VÍDEO G1

Tabata Amaral sobre o prefeito Ricardo Nunes: "Uma pessoa medíocre"

No fim de junho, a denominada Operação Fim da Linha, do Ministério Público de São Paulo, prendeu dirigentes das empresas Transwolff e UPBus por suspeita de envolvimento com o PCC.

"É a primeira vez na cidade que a gente tem uma operação que dá nome aos bois. Que diz que uma parcela do transporte público está lavando dinheiro do crime. Esperava do prefeito uma postura que, com o nome, gente presa, esperava que ele tivesse coragem de rescindir esses contratos. E o que ele fez? Foi lá na UPBus gravar um vídeo elogiando a empresa. Tentou a fórceps entregar um novo serviço para essa empresa investigada, a Transwolff, que é a operação do hidroviário da represa Billings. Isso eu não farei. Não vou ser conivente com o crime", afirmou.

Tabata também fez críticas ao processo de privatização da Sabesp e lembrou do poder de veto que a prefeitura poderia ter no processo. A candidata vinculou o apoio dado pelo prefeito à venda da empresa a uma negociação eleitoral com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos). "A Sabesp não teria sido privatizada desse jeito se o prefeito tivesse se imposto. Inclusive, sem o aval da prefeitura, não teria acontecido. [Ele não se impôs] porque ele queria o apoio do Tarcísio [na eleição]. Se ajoelhou, não pediu nada em troca, baixou a cabeça e disse amém. É o que ele faz para tudo", disse, em ataques ao prefeito.

Ao falar de propostas, Tabata prometeu alfabetizar 100% das crianças, defendeu as escolas em tempo integral e afirmou que não pretende implementar escolas cívico-militares.

Na pesquisa mais recente do Datafolha, divulgada no início do mês passado, Tabata registrou 7%. Na liderança estavam o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes, com 24%, e o deputado Guilherme Boulos (Psol), com 23%. Datena tinha 11% e Marina Helena (Novo), 5%.

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/05/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-tabata-amaral-para-o-assunto.ghtml

INÊS 249

Judiciário Discussões na primeira audiência de conciliação no Supremo tiveram poucos avanços

Governo não deve abrir mão de derrubada do marco temporal das terras indígenas

Flávia Maia
De Brasília

Se depender da União, a conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) não deve avançar em relação ao consenso sobre a validade do marco temporal para a demarcação das terras indígenas. A informação dos bastidores é que o governo Lula (PT) não vai abrir mão da derrubada do marco. Porém, estará na mesa disposto a discutir temas adjacentes ao central, como por exemplo, valores e formas de indenização das terras a não indígenas, exploração econômica e a retomada de terras.

A primeira audiência de conciliação ocorreu na segunda-feira (5) e ficou pré-definido que a próxima reunião será no dia 28 de agosto. As discussões avançaram pouco no primeiro encontro e ainda há dúvidas se os representantes indígenas prosseguirão nas próximas audiências — o grupo coloca como condicionante a suspensão da lei que instituiu o marco temporal, que continua válida. A análise dos indígenas é que estão em desvantagem na negociação.

Tanto a União quanto os representantes dos povos indígenas veem com preocupação a negociação de direitos "indisponíveis", ou seja, que não se pode abrir mão, e os direitos indígenas podem se encaixar nessa categoria.

O presidente Lula vetou trechos da Lei 14.701/2023 aprovada pelo Congresso Nacional em resposta à decisão do STF que derrubou a tese do marco temporal. A nova lei criou o marco e fixou o ano de 1988 — data da promulgação da Constituição — como baliza de ocupação da terra por indígenas passível de demarcação. Porém, os vetos foram derrubados.

A Advocacia-Geral da União (AGU) manifestou nos autos preocupação sobre a negociação de direitos indígenas e já adiantou que só pode conciliar sobre aspectos patrimoniais e sobre direitos disponíveis. Neste escopo, a União pode, por exemplo, chegar a um acordo sobre as indenizações de terras ocupadas de boa-fé por não indígenas, mas consideradas terras tradicionais. Uma das propostas que pode de surgir é a de a União indenizar não somente as benfeitorias — como construções —, mas também a terra nua com valor de mercado.

Outro tópico que pode ser negociado é a possibilidade da exploração de atividades econômicas em terras indígenas e os seus limites, caso haja interesse dos povos. O futuro das retomadas — terras tradicionais ocupadas por não indígenas também pode aparecer nas negociações. Há um pedido para que os não indígenas não sejam desapossados antes da formalização da demarcação.

A resistência de entidades que representam os povos indígenas a entrarem na negociação, no entanto, persiste. O fato de a lei do marco temporal continuar em vigor, mesmo após o pedido de suspensão cautelar da norma, é visto pelos representantes indígenas como uma situação de desigualdade negocial. As entidades entendem que entram na negociação em desvantagem e que não têm paridade de forças dos outros agentes envolvidos, como os representantes do Congresso e da agricultura empresarial.

"Nosso posicionamento é que é fundamental a suspensão para a gente continuar no processo. É uma condição que a gente colocou sim, para a gente ter minimamente um pé de igualdade", afirmou Kleber Karipuna, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas (Apib).

Na abertura dos trabalhos, o ministro Gilmar Mendes, relator das novas ações sobre o tema, foi enfático em defender a conciliação. Segundo ele, a conciliação não é um espaço de negócios, mas sim, uma mesa de debates. "Não há verdadeira pacificação social sem diálogo", afirmou.

Na visão de Mendes, a conciliação é um momento de reorganização dos debates e defendeu que audiência é uma "oportunidade de pacificação histórica que deve ser aproveitada por todos". Para o ministro, é preciso chegar a um consenso para evitar que o STF decida algo e, na sequência, o Congresso promulgue uma nova lei sobre o tema e mantenha esse ciclo. "Inação não é mais uma opção, a crise não se resolverá sozinha", afirmou o ministro.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, também defendeu o método consensual para "harmonizar diferentes visões". O ministro pediu que as partes tivessem boa vontade durante a audiência. "Ninguém deve negociar achando que tem vitória garantida", disse.

A previsão é que o processo conciliatório seja finalizado em 18 de dezembro de 2024.

Ver também página A2

GUSTAVO MORENO/STF

Conciliação no STF: indígenas colocam como condicionante a suspensão da lei que instituiu o marco temporal para continuar a participar de audiências

CNJ afasta desembargador que fez declarações misóginas

Isadora Peron
De Brasília

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou, por unanimidade, o afastamento do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Luis Cesar de Paula Espíndola, que fez declarações misóginas e preconceituosas durante uma sessão que discutia um caso de assédio envolvendo uma criança de 12 anos e um professor.

O julgamento aconteceu no plenário virtual, em uma sessão que terminou na sexta-feira. Os conselheiros referendaram a decisão tomada em julho pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão.

Espíndola foi afastado depois de votar contra a concessão de medida protetiva para a criança, e afirmar que hoje "as mulheres estão loucas atrás de homens".

Em resposta a uma desembargadora que pediu a palavra para falar sobre a relevância do assédio e do valor da palavra da vítima, o magistrado pediu a palavra e afirmou que a fala da colega era um discurso feminista e desatualizado e que se a ela saísse na rua ia perceber que "quem está assediando, quem está correndo atrás de homens, são as mulheres". "As mulheres estão loucas atrás dos homens porque são muito poucos", disse.

Ele prosseguiu: "É só sair à noite, eu não saio muito à noite, mas eu conheço, tenho funcionárias, tenho, sabe, contato com o mundo. Nossa, a mulherada está louca atrás de homem e louca para levar um elogio, uma piscada, uma cantada educada, porque elas é que estão cantando, elas que estão assediando, porque não tem homem."

O julgamento tratava do caso de um o professor que havia pedido o telefone da aluna de 12 anos de idade e que mandava mensagens no horário da aula, elogiando-a e pedindo que não contasse a ninguém. Segundo depoimento, a menina não falou para a mãe o que estava acontecendo, mas dizia não querer mais ir à aula. Como não podia faltar, ia para a escola e ficava no banheiro.

Também foi referendado o afastamento dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho. A decisão do corregedor está relacionada à investigação dos vínculos mantidos entre os magistrados com o advogado Roberto Zampieri, vítima de homicídio em dezembro do ano passado, em frente ao seu escritório, em Cuiabá.

Segundo o Ministério Público, o crime pode ter relação com decisões proferidas pela Justiça de Mato Grosso. A investigação aponta indícios de que os magistrados mantinham amizade íntima com Zampieri e teriam recebido vantagens financeiras indevidas e presentes de elevado valor para julgarem recursos de acordo com os interesses com o advogado.

América do Sul Em encontro com o líder, Gabriel Boric, um crítico aberto de Nicolás Maduro, Lula pediu transparência na Venezuela

No Chile, Lula faz crítica genérica ao autoritarismo na região

Murillo Camarotto
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a tratar do processo eleitoral na Venezuela durante o primeiro dia de sua visita ao Chile, ontem. Ao lado do presidente chileno, Gabriel Boric, o brasileiro defendeu a transparência na divulgação dos resultados do pleito e, em seguida, fez críticas genéricas ao autoritarismo na América do Sul.

"O respeito pela soberania popular é o que nos move a defender a transparência nos resultados", disse Lula sobre a nota conjunta emitida por Brasil, México e Colômbia, que pediram ao regime de Nicolás Maduro que divulgue as atas das urnas. "O compromisso com a paz é o que nos leva a conclamar as partes ao diálogo."

Logo em seguida, Lula mencionou as experiências de Brasil e Chile com ditaduras militares para criticar o autoritarismo na América do Sul. "Sabemos que a arbitrariedade é inimiga do bem-estar e a democracia não se sustenta sem um Estado que garanta direitos", afirmou o brasileiro, que aproveitou para criticar o antecessor.

"Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma versão tacanha da combinação entre autoritarismo político e neoliberalismo econômico", disse Lula sobre o período do mandato de Jair Bolsonaro, apoiador declarado da ditadura militar no país.

Boric também mencionou a Venezuela, mas só para destacar que o tema esteve presente na reunião bilateral com Lula. Diferentemente do brasileiro, ele é um crítico contundente de Maduro, que na semana passada expulsou diplomatas chilenos de seu país.

No seu discurso, Lula também destacou a necessidade de maior união na região, marcada por fraturas políticas entre governos de direita e de esquerda. "Não podemos ficar uns de costas para os outros na América Latina", disse ao ressaltar o potencial econômico.

Ao longo do dia de compromissos na capital chilena, Lula recebeu um telefonema do presidente da França, Emmanuel Macron. Ele parabenizou a atuação de Brasil, Colômbia e México como interlocutores na crise política envolvendo a reeleição de Nicolás Maduro.

"Macron elogiou a posição de Brasil, Colômbia e México emitida em nota conjunta na última quinta-feira [1/8], e a posição do país de estímulo ao diálogo entre o governo e a oposição venezuelana", diz nota do Itamaraty. O presidente brasileiro teria reiterado seu compromisso com uma solução pacífica para a crise.

Na Venezuela, Edmundo González proclamou-se ontem como o novo presidente eleito da Venezuela. "Nós vencemos esta eleição sem qualquer discussão. (...) Agora, cabe a todos nós fazer respeitar a voz do povo. Procede-se, de imediato, à proclamação de Edmundo González Urrutia como presidente eleito da República", diz o comunicado assinado por González e María Corina Machado.

Porém, a autoproclamação de González tem um caráter simbólico, pois pela legislação venezuelana essa atribuição é do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), autoridade eleitoral do país.

Os líderes da oposição também publicaram carta pedindo que as forças de segurança "apoiem o povo" e respeitem os resultados da eleição. Horas depois, o procurador-geral venezuelano, Tarek Saab, anunciou que seu gabinete vai abrir uma investigação criminal contra Corina e Edmundo. Saab disse que a investigação vai apurar eventual ação de "incitar policiais e militares a desobedecer a lei".

Em Washington, o porta-voz do Departamento de Estado americano disse que os EUA estão em contato próximo com o Brasil, o México e a Colômbia sobre um caminho a seguir para a Venezuela após a contestada eleição. Na semana passada, o governo americano reconheceu candidato da oposição, Edmundo González, como o presidente eleito da Venezuela.

Pouco antes, trinta ex-presidentes de direita dos países da região — incluindo os colombianos Álvaro Uribe e Iván Duque, os paraguaios Juan Carlos Wasmosy e Federico Franco e os mexicanos Vicente Fox e Felipe Calderón — e o ex-premiê espanhol José María Aznar publicaram uma carta aberta a Lula exortando-o a reconhecer González como presidente eleito da Venezuela, informou a GloboNews. "O que está acontecendo é um escândalo", diz a carta, que pede a Lula que se comprometa com a "escolha do povo venezuelano".

O Brasil assumiu oficialmente ontem a guarda das instalações diplomáticas de Argentina e Peru em Caracas. Por tempo indeterminado, os edifícios das missões desses dois países serão administrados pela chancelaria brasileira, que também ficará responsável pelos arquivos e documentos. Os diplomatas de Argentina e Peru foram expulsos por Maduro, junto com os de outros cinco países que questionaram o resultado das eleições. *(Com agências internacionais)*

CRISTOBAL OLIVARES/BLOOMBERG

O presidente Lula é recebido pelo presidente chileno, Gabriel Boric, no Palácio La Moneda, na capital Santiago

Irã volta a ameaçar Israel, mas sinaliza que não quer uma guerra aberta

Agências internacionais

O Oriente Médio se preparava ontem para outra rodada de violência, com o governo iraniano reiterando que tinha o "direito" de punir Israel pelo assassinato do líder do Hamas Ismail Haniyeh em seu território. O Ministério das Relações Exteriores do Irã, porém, indicou que o país não busca uma guerra total contra Israel.

Ontem, os EUA enviaram reforços ao Mar Mediterrâneo para ajudar a defender seu aliado e diminuir o risco de um confronto mais amplo na região. No domingo, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, alertou os aliados do G7 que o Irã poderia atacar Israel dentro de 24 a 48 horas, segundo fontes diplomáticas.

Os EUA e seus aliados intensificaram ontem os esforços para evitar uma guerra regional mais ampla. Blinken conversou com autoridades do Catar e do Egito — países que lideraram as negociações para um cessar-fogo entre Israel e os militantes do Hamas —, segundo o Departamento de Estado.

"É um momento crítico", disse Blinken ontem em Washington. "Estamos envolvidos em uma diplomacia intensa — praticamente 24 horas por dia — com uma mensagem muito simples: todas as partes devem se abster de escalada, todas as partes devem tomar medidas para aliviar as tensões."

Em Israel, alguns supermercados ficaram sem água engarrafada no fim de semana, ressaltando a tensão criada pelos assassinatos do líder do Hamas e do comandante do Hezbollah. Em Beirute, capital do Líbano, os moradores sentiram suas casas tremerem com aviões de guerra quebrando a barreira do som — uma demonstração comum de intimidação da força aérea israelense.

A paciência de alguns israelenses está se esgotando após dias de espera pelas represálias prometidas pelo Irã — em resposta aos assassinatos seletivos cometidos supostamente por Israel — de líderes importantes do Hamas e do Hezbollah na semana passada. No Parlamento israelense, a Knesset, alguns deputados estão pedindo uma ação preventiva.

"Está abaixo da nossa dignidade ficarmos sentados nos preocupando com um ataque em vez de tomar a iniciativa", disse Yuli Edelstein, chefe da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Knesset e membro do partido conservador Likud, do premiê Benjamin Netanyahu. "Sabemos como fazer isso, e deveríamos estar fazendo."

Haniyeh, principal líder político do Hamas, estava no Irã para a posse do novo presidente do país persa, Masoud Pezeshkian. Israel não confirmou nem desmentiu o assassinato, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas.

O Irã apoia o Hamas, que está em guerra com Israel em Gaza, e também o grupo libanês Hezbollah, cujo comandante militar sênior Fuad Shukr foi morto em um ataque israelense, em Beirute, dois dias antes da morte de Haniyeh. A autoria do assassinato no Líbano foi assumida por Israel — que acusou Shukr de ter liderado um ataque que matou 12 crianças e adolescentes israelenses em um campo de futebol nas Colinas de Golan, no dia 27.

O aumento das ameaças entre Irã e Israel causou fortes alterações no preço internacional do petróleo — a cotação do barril chegou a subir até 3%, antes de retornar aos patamares normais no fim da semana. E tem afetado particularmente a economia israelense. O shekel caiu pelo sexto dia para 3,83 por dólar em Tel Aviv, nível mais baixo desde novembro.

Enquanto países do Ocidente, sobretudo os EUA, buscam acalmar os ânimos para evitar a escalada que espalhe o conflito por toda a região, um assessor graduado do presidente russo, Vladimir Putin, chegou a Teerã ontem para conversas com líderes iranianos, incluindo o presidente e altos funcionários de segurança iranianos.

Sergei Shoigu, secretário do Conselho de Segurança da Rússia, foi mostrado pela emissor de TV russa Zvezda se reunindo com o contra-almirante Ali Akbar Ahmadian, um comandante do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, que atua sob ordens do Conselho Supremo da Revolução Islâmica.

> "Está abaixo de nossa dignidade ficarmos esperando um ataque"
> *Yuli Edelstein*

Embora Putin ainda não tenha comentado publicamente sobre a recente escalada de tensões no Oriente Médio, funcionários de alto escalão russos disseram que aqueles por trás do assassinato de Haniyeh estavam tentando destruir qualquer esperança de paz no Oriente Médio e atrair os EUA para uma ação militar.

Washington declarou que não tinha nenhuma expectativa de que a Rússia desempenhasse um papel no sentido de reduzir as tensões no Oriente Médio. "Não os vimos desempenhar um processo de conversas produtivas neste conflito desde 7 de outubro [quando o Hamas lançou o ataque que matou 1,2 mil pessoas em Israel, dando início à guerra contra o Hamas na Faixa de Gaza]. Eles têm, na maior parte, estado ausentes. Certamente não os vimos fazer nada para forçar qualquer parte a tomar medidas de desescalada", disse o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Matthew Miller, em seu briefing diário.

Maduro intensifica repressão na Venezuela

Vivian Sequera e Mircely Guanipa
Reuters, de Caracas

As forças de segurança da Venezuela estão mirando aqueles que consideram que cometeram crimes durante os recentes protestos contra as disputadas eleições, em uma operação informalmente chamada de "toc-toc", segundo grupos de defesa venezuelana.

Três grupos de defesa disseram à Reuters que as forças de segurança trabalham intensamente para capturar manifestantes, incluindo menores, que, segundo eles, não têm advogados e, em alguns casos, foram acusados de terrorismo.

O presidente Nicolás Maduro e outras autoridades elogiaram a operação "toc-toc" como forma de atingir aqueles que estariam por trás da violência nos protestos, que eles descreveram como "criminosos fascistas".

"Operação toc-toc é o nome dado por certos porta-vozes do governo, informalmente, à escalada da repressão", disse Gonzalo Himiob, vice-presidente do grupo de defesa jurídica Foro Penal. A operação se chama toc-toc "porque é a batida na porta que você ouve nas primeiras horas da manhã."

A autoridade eleitoral da Venezuela, que a oposição diz favorecer os socialistas no poder, proclamou Maduro o vencedor na votação de 28 de julho, dizendo que ele foi reeleito com cerca de 51% dos votos, derrotando o candidato da oposição Edmundo González.

A oposição diz que a sua própria contagem mostra que González recebeu 67% dos votos, vencendo por uma margem de quase 4 milhões de votos e ganhando mais que o dobro do apoio de Maduro, resultado em linha com pesquisas de boca de urna independentes.

Isso desencadeou protestos em todo o país exigindo a renúncia de Maduro e o reconhecimento da vitória de González. Também houve manifestações menores em apoio a Maduro.

No sábado, o presidente disse a apoiadores que cerca de 2.000 pessoas foram presas nos protestos. A Human Rights Watch, com sede nos EUA, informou que ao menos 20 pessoas foram mortas. O Foro Penal disse ontem que confirmava a prisão de 1.010 pessoas.

Distúrbios anti-imigração expõem desafio britânico

Análise

Financial Times

Nos últimos dias, o Reino Unido testemunhou os piores distúrbios sociais em mais de dez anos. O país deveria estar desfrutando dos benefícios da estabilidade política resultante da grande maioria conquistada pelo Partido Trabalhista, de "sir" Keir Starmer, nas eleições gerais de 4 de julho. Em vez disso, o novo governo agora se depara com casos de vandalismo e violência em cidades e vilarejos pelo país.

Os manifestantes, muitos inspirados por grupos de extrema direita, atacaram policiais e cercaram mesquitas. No fim de semana, uma multidão invadiu até um hotel que abrigava solicitantes de asilo. Na noite de domingo, o número de prisões havia chegado a 420.

Os tumultos são um lembrete de que ressentimentos latentes, ainda que nutridos por uma minoria, podem rapidamente entrar em metástase e transbordar em violência. Os episódios foram desencadeados pelo terrível assassinato de três jovens na cidade de Southport, no noroeste do Reino Unido, no dia 29. Informações falsas de que o culpado era um solicitante de asilo muçulmano circularam pelas redes sociais, o que remexeu preconceitos anti-imigrantes e anti-islâmicos que estavam latentes.

O suspeito não era nem migrante nem muçulmano. Os fatos, contudo, eram irrelevantes para os manifestantes, muitos dos quais queriam exercer sua própria justiça popular ou simplesmente aproveitar o caos para saquear.

A secretária do Interior do Reino Unido, Yvette Cooper, descreveu os criminosos como uma "minoria brutal". De fato, muitos dos distúrbios foram confrontados por manifestantes contrários, e comunidades de várias religiões e origens se uniram para ajudar a limpar as ruas. O comportamento agressivo vem de uma minoria marginal.

Os britânicos têm uma das atitudes mais positivas em relação à imigração na Europa, de acordo com pesquisas. O país também tem mais sucesso em incluir imigrantes na sociedade do que outros países avançados, apesar do que a extrema direita pensa.

Ainda assim, os distúrbios representam um grande teste para Starmer. Primeiro, a lei e a ordem precisam ser rapidamente restauradas. Isso significa incrementar a presença policial e assegurar que a justiça para os culpados seja rápida. Após uma reunião emergencial ontem para decidir como reagir, o premiê disse que a polícia teria acesso a um "exército permanente de oficiais especializados".

Os tumultos, porém, também são um lembrete de que o sistema de justiça penal do Reino Unido precisa de investimento de longo prazo; os policiais são poucos para a área de atuação, os tribunais estão sobrecarregados e as prisões estão perto do limite máximo. O sistema tem de estar pronto para eclosões como esta e para atuar como um fator crível de dissuasão.

Em segundo lugar, as autoridades precisam trabalhar com as empresas de plataformas on-line para ajudar a prevenir a disseminação de informações falsas e convocações à violência. Boatos sobre o agressor de Southport se disseminaram pela rede X, antes de sua verdadeira identidade ser revelada. Textos promovendo protestos também foram compartilhados no TikTok e no Telegram. As plataformas têm de ser muito mais eficazes na identificação e remoção de conteúdo mal-intencionado.

Por fim, o governo precisa desaquecer o debate sobre a imigração no país. O sentimento contra os imigrantes foi exacerbado recentemente, inclusive por nomes do governo anterior do Partido Conservador. Em 27 de julho, foi realizada a maior reunião de extrema direita em Londres em anos, que juntou até 30 mil participantes. A eleição também viu Nigel Farage e seu partido de extrema direita ganharem um punhado de assentos.

Convencer as pessoas de que a imigração é boa para o país como um todo, no entanto, exige mais do que citar alguns dados econômicos. Áreas carentes precisam de oportunidades econômicas e melhor acesso a serviços públicos. Muitos dos distúrbios ocorreram em cidades do norte, como Liverpool, Manchester, Hull e Stoke, deixadas para trás pela prosperidade no sudeste do Reino Unido. Se o crescimento não for bem distribuído, narrativas que demonizam os estrangeiros continuarão a encontrar terreno fértil.

Uma vez que a violência seja contida e os culpados, punidos, os esforços para combater as raízes dos motivos que alimentam o medo da imigração — assim como os canais que o amplificam — precisam ser intensificados.

Leia mais sobre os protestos na pág. B4

Curtas

Taxa para carros chineses

Países da União Europeia (UE) devem apoiar novas tarifas contra veículos elétricos da China em reunião marcada para novembro, disse ontem o comissário europeu para o comércio Valdis Dombrovskis. A UE deve impor a taxa de 37,6% acertada no começo deste ano.

Inflação menor na OCDE

A inflação nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu para 5,6% em junho, menor nível desde outubro de 2021. O núcleo da inflação caiu em 24 dos 38 países do grupo.

Cai governo de Bangladesh

A premiê de Bangladesh, Sheik Hasina, renunciou ontem ao cargo e fugiu para a Índia após manifestantes invadirem sua residência. O país foi abalado nos últimos dias por grandes protestos e atos de violência. Uma junta militar assumiu o comando do país.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Indústria e emprego animam previsões para o PIB do ano

O desempenho recente da indústria em junho e do emprego no trimestre encerrado neste mês deram novos sinais positivos que impulsionam as previsões para o Produto Interno Bruto (PIB). A reação da produção gaúcha foi mais rápida do que se esperava, e o mercado de trabalho vive seu melhor momento em dez anos.

A produção industrial cresceu 4,1% em relação a maio, segundo o IBGE. Foi o melhor resultado da série desde julho de 2020 e mais do que compensou o declínio acumulado nos dois meses anteriores. Somente em maio a produção industrial recuou 1,5% pelo dado revisado. Na comparação com junho de 2023, a alta foi de 3,2%.

A indústria passou assim a acumular crescimento de 2,6% neste ano. Com esses resultados, o setor industrial está 14,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 e 2,8% acima do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020; e ainda iguala-se ao nível de 15 anos atrás, em maio de 2009.

Muito do bom desempenho de junho se deve à retomada da produção no Rio Grande do Sul. Após o choque inicial causado pelas enchentes, houve recuperação da produção de fumo, de químicos e na metalurgia, que cresceram 19,8%, 6,5% e 5%, respectivamente. A produção de derivados de petróleo e biocombustíveis também contribuiu, após a suspensão das paradas técnicas em algumas das refinarias da Petrobras.

As quatro grandes categorias do setor industrial — bens de capital, intermediários, com peso de 55% na indústria, duráveis, semi e não duráveis — tiveram alta na atividade. Puxado pelos automóveis, os bens de consumo duráveis ficaram na dianteira, com expansão de 4,4%.

A recuperação do mercado de trabalho, por seu lado, ganhou mais fôlego. Segundo o Caged divulgado pelo Ministério do Trabalho, o mercado registrou abertura líquida de 201.705 vagas com carteira assinada em junho, disseminada pelos cinco setores da economia, mas em maior quantidade em serviços e comércio.

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE também surpreenderam — a taxa de desemprego caiu para 6,9% no segundo trimestre, 1 ponto abaixo dos 7,9% dos primeiros três meses do ano, e pouco mais do que isso em comparação com os 8% do mesmo período de 2023. É o menor patamar de desemprego em um segundo trimestre desde 2014, quando também foi de 6,9%.

O número de trabalhadores ocupados cresceu 1,6% no trimestre, para 101,8 milhões de pessoas, novo recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Também foram recorde a quantidade de trabalhadores com carteira assinado no setor privado (38,4 milhões) e a de informais (39,3 milhões). O crescimento dos formais, com melhor remuneração, contribuiu para a expansão da massa de rendimento dos trabalhadores para o patamar histórico de R$ 322,6 bilhões. Além disso, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), calculado pelo FGV Ibre, subiu 2,2 pontos em julho, maior nível desde setembro de 2022, sinalizando que o mercado de trabalho seguirá aquecido, mesmo que com menor intensidade.

A combinação desses indicadores positivos desencadeou uma onda de revisão de projeções para o PIB do segundo trimestre e do ano todo. As estimativas para o segundo trimestre, que oscilavam de 0,2% a 0,5%, agora atingiram até 1% na análise do C6 Bank e da Pezco. Para o ano fechado, o G5 Partners projeta 2,3% com viés de alta e o C6 Bank e o grupo Laatus falam em 2,5%. O Boletim Focus desta semana aponta 2,2%. O mercado aproxima-se assim dos números do governo — o Ministério da Fazenda projeta alta de 2,5%, e o Banco Central (BC), de 2,3%.

As revisões otimistas para a economia também foram captadas pelo Índice de Confiança Empresarial (ICE) calculado pelo FGV Ibre, que subiu 1,3 ponto entre junho e julho, para 97,6 pontos, maior alta desde novembro de 2023, e o melhor patamar desde setembro de 2022. O bom humor está disseminado por comércio, serviços, construção e indústria. É notável a boa fase da construção, animada com a retomada do programa Minha Casa Minha Vida. Comércio e serviços retomam a confiança com a melhora do emprego e do rendimento dos trabalhadores.

O horizonte não é todo azul e sem nuvens. A escalada do dólar já se reflete no Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE, que mede a inflação na "porta de fábrica", sem impostos e fretes. O IPP subiu 1,28% em junho, em comparação com 0,36% em maio, a mais forte alta em dois anos, e a maior taxa desde maio de 2022. A valorização do real eleva o custo de insumos importados. Há também produtos cujos preços se alinham ao dólar por conta da penetração no mercado internacional, como petróleo, minério de ferro e óleo bruto de soja.

Além disso, o outro lado da moeda do aquecimento da atividade, aumento do emprego e da renda é tornar mais lenta a queda da inflação. O BC já interrompeu o processo de redução dos juros e a sinalização apontada no comunicado de sua última reunião indica inflação desancorada e pressão do dólar. Os juros ainda estão altos e devem frear a economia. Mais importante do que nunca ter uma situação fiscal saudável que permita a queda dos juros.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Fazer uma apuração como se deve requer método, disciplina e tempo. Por **Marcelo Barbosa**

Fraudes, boas práticas e lições

A legislação e a regulação do mercado de capitais são impulsionadas por crises e escândalos. Casos nos Estados Unidos ilustram bem essa constatação. A crise de 1929 foi respondida com a criação da Securities Exchange Commission e a edição de legislação federal que passou a disciplinar as operações no mercado de capitais e instaurou regime com foco na transparência de informações e no registro de operações de mercado. Os casos Enron, WorldCom e outros foram seguidos pela lei Sarbanes-Oxley. E a crise dos ativos subprime, pela lei Dodd-Frank.

Passada uma crise, cabe às autoridades identificar suas causas, para em seguida avaliar respostas legislativas e regulatórias adequadas. No contexto normativo, os aprendizados costumam resultar em alterações de regras, no mais das vezes para restringir determinadas práticas ou aumentar a transparência das informações relevantes, com o objetivo de reduzir a probabilidade de recorrência dos fatores que geraram a crise. E é importante que seja assim, para que a confiabilidade do mercado seja restaurada.

Quando se trata do mercado de capitais, porém, muitas vezes as respostas não se limitarão a uma revisão de normas, devendo haver reflexões pelos diversos participantes do mercado. Assim, caberá a companhias, auditores, gestores, administradores fiduciários, infraestruturas de mercado, entidades associativas e outros avaliar providências em seus respectivos âmbitos.

Os participantes do mercado poderão reexaminar suas políticas para avaliar a necessidade e a conveniência de aprimoramentos e de ações de treinamento de pessoal, por exemplo. Muitas das medidas daí decorrentes acabam formando aquilo que se chama de boas práticas. Outros poderão fazer uso do conhecido expediente de transformação de crise em oportunidade, e transmitir ao público a mensagem de que não foram afetados pela crise, ou que um escândalo como aquele não poderia ter ocorrido em sua organização. Haverá também aqueles que, após estudo e reflexão, decidirão não fazer nada – o que pode ser o melhor, embora possa transmitir uma indesejada imagem de complacência.

Na maioria dos casos, essas respostas, na esfera privada ou na pública, são indicativas de um ambiente de mercado que reage aos fenômenos que o afetam, buscando sua própria preservação e crescimento. Representam o que podemos chamar de lições, no melhor sentido da palavra.

Nem todas as reações às crises que afetam o mercado de capitais, no entanto, são resultado de mínima reflexão. Na realidade — e isso vale para a maior parte das manifestações feitas ainda "na fumaça do tiro" —, muito do que se lê e ouve são opiniões superficiais, que procuram, acima de tudo, impressionar o público com prejulgamentos sobre as pessoas relacionadas ao caso e sobre as autoridades. As primeiras são rapidamente apontadas como responsáveis diretas pelas crises, enquanto as últimas são severamente criticadas por sua suposta complacência.

Opiniões irrefletidas tendem a ser equivocadas, tanto mais quando o tema da opinião é complexo. Mas os tribunais da internet são incompatíveis com o devido processo, já que não há tempo para ponderação nas redes sociais. O exemplo das fraudes em empresas é eloquente.

DIVULGAÇÃO

Como se sabe, a manipulação e o falseamento de informações que costumam ser empregados na realização de fraudes são concebidos com a preocupação de não serem perceptíveis, justamente para que a conduta ilícita produza seu resultado sem chamar atenção. E são muitos os casos em que os responsáveis conseguem fazer com que a fraude passe despercebida por longo tempo.

Não deve surpreender, portanto, que as companhias invistam tanto em aparatos de prevenção e detecção de fraudes, tais como canais de denúncias, sistemas de verificação de documentos e de identidades de pessoas e ferramentas de inteligência artificial. Afinal, um esquema fraudulento é concebido para funcionar à margem dos controles, e por vezes envolve agentes responsáveis pelos próprios controles, o que dificulta sobremaneira sua detecção.

A despeito da crescente sofisticação dos mecanismos utilizados em fraudes empresariais, não faltará quem, após a primeira notícia de uma fraude, rapidamente se ponha a condenar publicamente diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais, membros de comitês de auditoria e quem mais tiver ligação com a empresa vítima da fraude. No bojo dessas condenações prematuras sobram "constatações" sobre ineficácia dos controles, negligência da administração, possível conivência, entre outros.

É certo que a adoção das boas práticas, não apenas no papel como — perdoem a redundância — na prática, mitiga o risco de ocorrência de fraudes, mas não é garantia. As companhias abertas adotam, em maior ou menor grau, uma série de medidas para a detecção de fraudes e outros ilícitos. Instituem políticas, treinam suas equipes e implantam sistemas modernos. Assim é porque não há política, treinamento ou sistema que impeça a presença de pessoas suscetíveis a agir com intenção de fraudar e com capacidade para tal. Quando essas pessoas atuam em conjunto, de forma organizada, no seio de uma organização, conhecendo os mecanismos de detecção de fraudes e concebendo meios para burlá-los, a possibilidade de haver a fraude aumenta.

Embora possa soar como um vaticínio demasiado amargo, o dever das companhias e das autoridades é continuar atuando de forma a reduzir o espaço para o cometimento de fraudes, aumentando a percepção de que (a) tais condutas serão identificadas imediatamente ou em prazo curto, e que (b) a consequência será grave a ponto de servir como dissuasão efetiva. É uma missão constante, que se renova a cada dia.

Curiosamente, aqueles que se apressam a lançar condenações generalizadas costumam dizer que sua larga experiência profissional os autoriza a fazer conclusões tão taxativas. Ora, se há algo que a experiência ensina para uma situação como essas é que, antes de tudo, cabe uma cuidadosa apuração dos fatos, para que seja possível identificar os responsáveis.

No entanto, fazer uma apuração como se deve é algo que requer método, disciplina e tempo. É compreensível que o tempo envolvido em uma apuração de responsabilidades frustre as expectativas do público e, em especial, das partes prejudicadas. Se é verdade que as expectativas frequentemente são irrealistas, certamente haverá casos em que a frustração terá sua dose de razão.

O que certamente não contribui para a melhoria da integridade nas empresas são os julgamentos prematuros e irrefletidos. Seu resultado é formar uma cultura de desconfiança — diferente de ceticismo — em relação à administração das companhias. Nada de positivo surge nesse cenário.

Não é difícil encontrar, logo nos primeiros dias após um caso mais rumoroso vir à tona, manifestações peremptórias sobre o que realmente teria ocorrido, quem teriam sido os responsáveis e que medidas teriam evitado as fraudes. Passado algum tempo — e feita apuração séria dos fatos — é possível se entender com maior clareza o que de fato ocorreu, quem foram os responsáveis e que medidas, legislativas ou dentro das organizações, podem ajudar a mitigar o risco de repetição daquele caso.

No entanto, apurar, refletir e opinar com fundamentos certamente não geram a mesma repercussão que apontar culpados imediatamente ou ensinar ao público como se evita fraudes como aquela (qualquer que seja).

Marcelo Barbosa, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, é membro do Board of Trustees do International Valuation Standards Committee.

INÊS 249

Opinião

Trombadas cambiais

Luiz Gonzaga Belluzzo

Nas últimas semanas, as preocupações dos brasileiros se concentraram nas oscilações da taxa de câmbio. Nos píncaros da escalada para cima do Rei Dólar, o súdito Real ajoelhou mais uma vez e reconheceu que aceitaria outras reverências diante do Senhor da Moeda.

Os movimentos de capitais dos países credores para os devedores são e sempre foram procíclicos, para desgosto dos que acreditam em Papai Noel ou em modelos mais tolos do que inúteis. Nas economias emergentes, de moeda não conversível — isto é, com demanda nula por parte de agentes de terceiros países — a liquidez se expande na fase de ingresso de capitais e sofre violentas contrações quando o movimento se inverte, não raro subitamente.

O recente estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS) — The Transmission of Unconventional Monetary Policy to Emerging Markets — demonstra que as condições monetárias nos países desenvolvidos — particularmente nos Estados Unidos, o gestor da moeda reserva — determinam o volume de capitais que buscam os mercados emergentes.

O controle da liquidez em moeda forte é, portanto, crucial para a sempre precária combinação entre estabilidade e crescimento nas economias de moeda não-conversível. Os países periféricos mais bem-sucedidos, como a China, preferiram manter controles seletivos e pragmáticos. Nessas condições, cuidaram de acumular reservas elevadas em moeda forte como seguro contra choques cambiais que possam afetar negativamente a curva de juro. A "esterilização" dos efeitos monetários domésticos causados pela expansão das reservas foi efetivada a taxas de juros muito baixas.

Os bons "fundamentos" fiscais (sobretudo a dinâmica da dívida pública interna) podem ajudar a política monetária mas, sem reservas alentadas, não há como eliminar o risco de liquidez em moeda forte embutido na formação das taxas de juros domésticas.

Diante das características do atual sistema monetário-financeiro internacional e de seus frequentes episódios de instabilidade, não é sensato nem recomendável descuidar da acumulação de reservas cambiais. A reiteração de argumentos que apontam o risco fiscal como determinante das agruras cambiais teima em desconsiderar o caráter dominante dos fluxos de capitais em um ambiente global de liberalização financeira .

Peço licença ao leitor para esgrimir considerações já exaradas no livro "O Tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo".

As instituições multilaterais de Bretton Woods — o Banco Mundial e o FMI — nasceram com poderes de regulação inferiores aos desejados inicialmente por Keynes e Dexter White, respectivamente representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos nas negociações do acordo, que se desenvolveram basicamente entre 1942 e 1944.

Harry Dexter White pertenceu à chamada ala esquerda dos New Dealers e foi por isso investigado duramente, depois da guerra, pelo Comitê de atividades antiamericanas do Congresso. Seu plano inicial previa a constituição de um verdadeiro Banco Internacional e de um Fundo de Estabilização. Juntos, o Banco e o Fundo deteriam uma capacidade ampliada de provimento de liquidez ao comércio entre os países membros e seriam mais flexíveis na determinação das condições de ajustamento dos déficits do balanço de pagamentos.

Isso assustou o establishment americano. O senhores dos mercados entendiam que esses poderes das instituições multilaterais limitariam seriamente o poder americano. Esses temores vinham edulcorados com um argumento "técnico" que arguia a tendência "inflacionária" desses mecanismos de liquidez e de ajustamento.

Keynes propôs a International Clearing Union, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. A International Clearing Union emitiria uma moeda bancária, o bancor, ao qual estariam referidas as moedas nacionais. Os déficits e superávits dos países corresponderiam a reduções e aumentos das contas dos bancos centrais (em bancor) junto à International Clearing Union. Uma peculiaridade do Plano Keynes era a distribuição mais equitativa do ônus do ajustamento dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos entre deficitários e superavitários. Isso significava, na verdade, dentro das condicionalidades estabelecidas, facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os países superavitários.

Os países periféricos mais bem-sucedidos, como a China, preferiram manter controles seletivos e pragmáticos

O Plano visava a, sobretudo, eliminar o papel perturbador exercido pelo ouro — ou por qualquer divisa-chave — como último ativo de reserva do sistema. Tratava-se não só de contornar o inconveniente de submeter o dinheiro universal às políticas econômicas do país emissor, mas também de evitar que a moeda internacional assumisse a função de um perigoso agente da "fuga para a liquidez". Essa dimensão essencial do Plano Keynes é frequentemente obscurecida pela opinião dominante que sublinha com maior ênfase o desempenho fiscal dos países ditos "emergentes".

No plano Keynes não haveria lugar para a livre movimentação de capitais em busca de arbitragem ou de ganhos especulativos: "Nenhum país pode permitir a fuga de capitais, seja por razões políticas, seja para evadir o fisco ou mesmo por conta de antecipações dos proprietários de riqueza".

A referência às antecipações indica que Keynes implicitamente reconhecia a diferença de qualidade entre os títulos de riqueza denominados nas moedas nacionais e os carimbados com o selo da moeda universal: são substitutos imperfeitos. Diante da hierarquia de moedas – a moeda reserva é mais "líquida" do que as moedas nacionais –, o teorema da paridade descoberta das taxas de juros não funciona. Com mobilidade de capitais, os mercados financeiros prosseguem sem sustos na "arbitragem" entre juros internos e externos, sem convergência das taxas de juro, descontados os diferenciais de inflação esperada. No volume 2 de A Treatise on Money, Keynes nos afirma que, com livre movimentação de capitais, "a taxa de juro de um país é fixada por fatores externos e é improvável que o investimento doméstico alcance o nível de equilíbrio", ou seja, um valor compatível com o melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis.

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor emérito do Instituto de Economia da Unicamp e da Universidade Federal de Goiás. Escreve mensalmente às terças-feiras.

Velocidade e ferocidade da correção do mercado de Tóquio chamam a atenção. Por **Leo Lewis**

Por que é tão fácil vender Japão

Há apenas alguns meses, os pregões de Tóquio estavam em modo de celebração — ao ponto de convidarem jornalistas para seus santuários para assistir aos números em suas telas gigantes ultrapassando o recorde histórico de 1989. O Japão estava de volta, ou assim parecia.

Mas, apesar de todos os sinais de uma recuperação sustentável do Japão pela primeira vez, talvez desta vez não tenha sido tão diferente, afinal.

Vinte minutos depois da abertura do mercado nesta segunda-feira — quando o índice Topix já havia caído 7% no dia e o iene ainda subia em relação ao dólar —, um chefe de negociação fez o melhor que pôde para explicar a situação. "O mercado de Tóquio está se movimentando como fez na crise financeira global, sem uma crise financeira real para pôr a culpa. Mas já vimos esse tipo de coisa antes. O Japão é o mercado onde o mundo dos investimentos vem para punir o risco", afirmou ele.

A velocidade e ferocidade da correção do mercado japonês são impressionantes e poderão agora redefinir completamente as perspectivas sobre um mercado que recentemente vem experimentando um renascimento. Uma combinação dolorosa de fatores — os temores de uma recessão nos Estados Unidos, o risco de um corte atabalhoado das taxas de juros nos EUA pelo Federal Reserve e uma geopolítica profundamente perturbadora — está afetando o apetite pelo risco dos investidores globais. Fatores específicos no Japão, notadamente a valorização de 12% do iene em relação ao dólar nas últimas semanas, estão provocando uma reavaliação rápida das perspectivas de lucros de muitas empresas japonesas.

Na sexta-feira, o índice Nikkei 225 sofreu sua maior queda em pontos em um único dia desde o crash de outubro de 1987, apenas para superar esse recorde sombrio nesta segunda-feira, ultrapassando o colapso da "Segunda-feira Negra". O índice Topix, mais amplo, já caiu bem mais de 20% deste o recorde histórico atingido em julho. Tendo sido um dos índices mundiais de melhor desempenho até poucas semanas atrás, ele agora acumula uma desvalorização de 5% no ano.

Fundos globais reduziram exposição à China e se empenham em reduzir mais os riscos voltando-se para o Japão. É mais fácil vender ações japonesas em meio a uma crise do que em qualquer outro mercado asiático, e ainda mais porque os ganhos do ano foram muito bons

Nada disso deveria acontecer, porque desta vez foi diferente. Os grandes fundos estrangeiros, em parte buscando uma alternativa à China, estavam reenergizados com as perspectivas no Japão. A Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, aumentou repetidamente suas participações nas cinco maiores corretoras de valores do Japão, no que muitos consideraram como uma licença ampla para reavaliar as joias escondidas do mercado japonês. A outrora dócil Bolsa de Valores de Tóquio parecia estar impondo rigor para que as empresas utilizassem seu capital de forma mais eficiente. Um programa de investimentos expandido e subsidiado pelo governo parecia bem elaborado para atrair uma nova geração de investidores domésticos para o mercado de ações japonês.

No entanto, como as últimas semanas dolorosamente lembraram a todos, os ralis japoneses são sempre vulneráveis a reversões por causa da amplitude, liquidez e natureza do próprio mercado de ações. Isso é particularmente verdadeiro agora que tantos fundos globais reduziram a exposição à China e estão se concentrando em reduzir mais os riscos, voltando-se para o Japão. É mais fácil vender ações japonesas em meio a uma crise, do que em qualquer outro mercado asiático, e está sendo excepcionalmente atraente realizar lucros com ele agora porque os ganhos deste ano foram muito bons.

O mercado japonês, em razão da ampla variedade de tipos de indústrias e exposições a diferentes temas, é frequentemente descrito pelos investidores como uma "opção de compra sobre os negócios globais". O mundo geralmente compra Japão quando as condições parecem otimistas e quando há muitos grandes temas aos quais as empresas japonesas estão fortemente expostas — como os semicondutores e a Inteligência Artificial (IA).

Combinado com alguns temas internos japoneses solidamente apresentados como "desta vez é diferente", como o fim da deflação, a perspectiva de uma grande consolidação interna e um enorme boom turístico, as ações vinham subindo em todos os setores.

À medida que o mercado for descobrindo como e onde se estabelecer no longo prazo depois desta derrocada, a questão fundamental será o quanto disso é culpa do pequeno, mas fundamental, aumento da taxa de juro pelo Banco do Japão na semana passada. O Japão já estava em uma posição forte para "normalizar", após décadas de uma política ultraflexível? E mais: esse caos do mercado agora forçará o banco central a retornar ao mercado de ações como um comprador de apoio? Os investidores internos, que tradicionalmente compram em baixas lideradas por ações estrangeiras, parecem estar respondendo a essas perguntas ao decididamente não intervir.

O problema é que o mercado japonês oferece aos investidores globais uma ampla variedade de expressar uma gama muito ampla de preocupações, sejam elas globais ou específicas do Japão. Infelizmente para o Japão, a situação atual fornece simultaneamente razões globais para a redução de risco e razões internas: uma combinação que não ocorria há muito tempo.

Isso, segundo afirmam alguns operadores, poderá parar agora. Com o Topix perdendo todos os ganhos acumulados no ano, a realização de lucros pode ter alcançado um limite natural. O que está mais claro é que o Japão agora tem uma tarefa excepcionalmente difícil de convencer a todos que não estamos vendo apenas mais uma repetição dos espasmos históricos de venda de ativos japoneses e que desta vez é realmente diferente. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Leo Lewis é editor de Negócios na Ásia do Financial Times.

Frase do dia

"Isto acabará por ser mais uma aberração técnica no mercado do que algo que se transforme numa recessão".

Do economista Edward Yardeni, sobre a queda das bolsas

Cartas de Leitores

Orçamento secreto

Depois que o Supremo Tribunal Federal ordenou em 2022 o fim do orçamento secreto, os congressistas sem respeito algum a nossa Constituição e não deram a mínima para essa decisão da Corte. Mas, em boa hora o ministro do Supremo, Flavio Dino, que presidiu audiência de conciliação buscando um consenso para o fim desta mazela que envergonha a Nação, não satisfeito com os argumentos dos parlamentares, já que é indefensável a utilização de verbas secretas, encurrala o Congresso, ao tomar uma decisão oportuna de que é imperioso seu uso de forma límpida e transparente.

Uma delas é que o deputado ou senador não poderá enviar recursos para Estados, em que não foi eleito. Será que vão respeitar? De qualquer forma o povo brasileiro, indignado, sabe que orçamento secreto se configura como a maior das indecências políticas vistas na nossa história. Que, para orgia de 81 senadores e 513 deputados, foram avalizadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas, que, um acovardado Lula, nada fez para dar um fim a essa mazela, mesmo porque também o seu PT, se lambuza nesta excrecência de uso de recursos públicos.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Diplomacia

Faz tempo que a sensata diplomacia brasileira, devido a Lula 1, 2 e 3, deixou a neutralidade. Abraça de corpo e alma países com regimes autoritários e trata com desdém os democráticos. Para Lula 3 a Ucrânia foi também responsável pela agressão russa e a crítica ao fraudulento processo eleitoral de Nicolás Maduro é "narrativa".

Pelo exposto, o que está ruim, só tende a piorar.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

•

O que o Executivo Federal e o PT parecem não se importar ou entender é que anuir de qualquer forma com o claramente corrupto processo eleitoral venezuelano só retroalimenta as narrativas de irregularidades no nosso processo eleitoral.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Sabesp

A privatização da Sabesp é o teste do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Como disse o governador, a água vai chegar mais longe, assim como o esgoto para todos, mais rápido e mais barato. Dificilmente um chefe de governo promete e cumpre. Tarcísio merece nossa crença de que suas promessas não serão em vão e caso suas previsões se confirmem, nenhum cidadão terá do que reclamar. Realmente, é um descaso, a maior cidade da América Latina ter moradores sem água e esgoto. Tomara que a Sabesp esteja no caminho certo.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Ambiente Vice-presidente da S&P Global afirma que desafio brasileiro no G20 e na COP30 será reunir países com pensamentos diferentes como Estados Unidos e China

'Brasil tem credibilidade para falar sobre transição energética', diz Pascual

Kariny Leal
Do Rio

LÉO PINHEIRO/VALOR

Pascual, ex-embaixador dos Estados Unidos: o mundo continuará precisando de petróleo, e o Brasil é importante produtor com baixa intensidade de carbono

Ex-embaixador dos Estados Unidos na Ucrânia e no México, o diplomata Carlos Pascual afirma que o Brasil tem capacidade de juntar países com ideias diferentes para avançar na transição energética. O país, diz, tem a oportunidade, como líder do G20, em 2024, e sede da COP30, em 2025, de colocar à mesa China, Estados Unidos e Europa para encaminhar as questões que precisam de consenso sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa. "O Brasil tem a capacidade de falar com todos os atores", diz Pascual, que é vice-presidente de energia e relações internacionais da S&P Global.

Pascual foi cuidadoso ao falar sobre a potencial exploração da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial: "Essa é uma decisão interna brasileira e haverá debate intenso para chegar a uma conclusão", disse o executivo, que está no Rio para participar do Fórum de Energia da consultoria, marcado para esta terça-feira (6). Ao avaliar o cenário geopolítico global, o especialista prevê que a guerra entre Rússia e Ucrânia deve se estender por mais tempo por dificuldades de um consenso diplomático. O conflito e os desafios no Oriente Médio devem acentuar a volatilidade nos preços do petróleo. Na América do Sul, ele reconheceu ser difícil prever como a situação da Venezuela pode mudar. "Há uma percepção comum de que essas eleições [venezuelanas] foram roubadas", disse Pascual. Ele prevê que o barril do petróleo no mercado internacional continue na faixa entre US$ 75 e US$ 90 este ano. A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Depois de dois anos, qual é o momento da guerra entre Rússia e Ucrânia agora?*

Carlos Pascual: Continuaremos a ver um impasse entre Ucrânia e Rússia pelo próximo ano. A Ucrânia passou por um período difícil quando os Estados Unidos chegaram a um impasse político interno e não conseguiram fornecer assistência militar. Como resultado, a Ucrânia não tinha mísseis suficientes para defesa. Isso tornou a Ucrânia vulnerável ao bombardeio russo de infraestrutura, em especial no setor de energia. Cerca de 85% da geração térmica na Ucrânia foi eliminada e o núcleo principal da geração está vindo da energia nuclear. Mas desde que houve um acordo nos Estados Unidos para retomar a assistência militar, a Ucrânia começou a ver um maior fluxo para defesa antimísseis. A artilharia americana está começando a chegar. Alguns pequenos avanços que a Rússia fez foram interrompidos. Ambos estão descobrindo que não têm capacidade suficiente em equipamentos ou em pessoal para uma vitória esmagadora. A expectativa é que pelo menos até a primavera [no hemisfério norte] veremos uma continuação do impasse de agora.

Valor: *Que efeito a eleição americana pode ter sobre a guerra?*

Pascual: Kamala Harris e Donald Trump têm visões muito diferentes sobre o que acontecerá no apoio americano à Ucrânia. Trump disse que seu objetivo é condicionar a assistência militar à Ucrânia vir para a mesa de negociações. Mesmo isso é mais complicado do que as pessoas pensam porque para o presidente Zelensky [Volodymyr Zelensky, da Ucrânia] negociar e ceder território precisa ter algo em troca. Isso significa segurança econômica e política. Mas para essas duas coisas, ele precisa que a Ucrânia seja um membro da União Europeia e membro da Otan [Aliança do Atlântico Norte]. É difícil ter um acordo diplomático.

Valor: *O diesel russo tem aumentado a participação nas importações brasileiras. Esse cenário continuará acontecendo?*

Pascual: A questão crítica a curto prazo é o que acontece na guerra, até que ponto a Ucrânia continua a mirar refinarias na Rússia. Isso tem acontecido em resposta à decisão da Rússia de mirar mais a infraestrutura civil na Ucrânia. Os ataques [ucranianos] podem impactar a capacidade da Rússia de suprimento interno. O que vimos em algumas circunstâncias é que a Rússia reteve exportações de diesel por preocupações com o fornecimento doméstico. Eu não ficaria surpreso se víssemos daqui a alguns meses restrições às exportações russas de diesel.

Valor: *Quais outros eventos geopolíticos afetam a indústria de petróleo no mundo?*

Pascual: O fator mais crítico a ser observado é a demanda na China. A situação de segurança no Oriente Médio também é importante, como afeta potencialmente os fluxos do Estreito de Ormuz ou se há mais sanções ao Irã que afetem os fluxos que saem de lá. A partir disso, veremos respostas da OPEP+ e dos Estados Unidos. Esses desenvolvimentos serão fluidos nos próximos meses. Depois veremos o que acontece uma vez passada a eleição nos EUA.

Valor: *E a China?*

Pascual: A China tem sido o principal impulsionador da demanda nos últimos anos. Vimos uma desaceleração na economia chinesa que persistiu ao longo do tempo. Como resultado, há uma tremenda pressão na China para aumentar as exportações, o que está causando tensão com países na Europa e nos Estados Unidos por vender a preços muito baixos. Como resultado, estamos vendo uma reavaliação das estratégias de produção de energia. A Opep+ havia anunciado que retomaria o aumento da produção a partir de outubro. Podemos ver uma revisão disso ou, mesmo se aumentar, pode ser uma elevação a níveis mais baixos.

Valor: *E o Oriente Médio?*

Pascual: Há a ameaça de uma guerra entre Israel e Gaza, com ataques de milícias, apoiadas pelo Irã contra Israel. As respostas a isso podem se transformar em uma guerra regional em grande escala. Existem também os ataques do Hezbollah que se intensificaram a partir do território libanês contra Israel. Existem ainda os ataques do Iêmen contra Israel e as respostas de Israel se intensificando. Tudo isso se juntando de uma forma que podemos ver respostas muito maiores, incluindo tremenda incerteza sobre o que vai acontecer no Irã. Isso causou picos nos preços do petróleo que ocorreram nos últimos dias por causa da incerteza. Contrabalançando existe o fato de que a maior parte do petróleo que passa pelo Estreito de Ormuz, que vem do Irã em particular, está indo para a China. Para o Irã, há incentivo de garantir passagem segura até mesmo do petróleo que sai da Arábia Saudita. A China é o principal cliente. Isso pode dar alguma estabilidade aos mercados de petróleo, mas é uma estabilidade contra um ambiente de incerteza.

Valor: *Veremos mais volatilidade sobre o petróleo?*

> "Há uma percepção comum de que eleições na Venezuela foram roubadas"

Pascual: Ainda veremos o petróleo na faixa entre US$ 75 e US$ 90 o barril. Mas nessa faixa podemos ver uma série de picos para cima e para baixo, dependendo da situação política, nos desenvolvimentos domésticos na China e como os produtores estão respondendo aos sinais dos preços.

Valor: *Como a situação na Venezuela pode afetar a região?*

Pascual: É difícil ver como a situação na Venezuela mudará. Há uma percepção comum de que essas eleições foram roubadas e que o presidente Maduro [Nicolás Maduro] não ganhou. Os Estados Unidos reconheceram Edmundo González como o vencedor. A maioria dos países latino-americanos exigiu que houvesse transparência nos resultados das urnas e que fossem tornados públicos. A Venezuela não atendeu. Um dos desafios será: a oposição pode manter sua unidade para apresentar alternativa contra Maduro?

Valor: *Falando sobre transição energética, como o senhor enxerga esse tema atualmente?*

Pascual: Podemos definir metas para reduzir emissões, mas não temos o caminho. Não temos tecnologias comercialmente viáveis para abater 30% a 35% das emissões que precisam ser reduzidas. Isso resultou em diferentes impulsos pelo mundo. Na Europa, há mais pressão para ir mais rápido, porque a percepção tem sido de que estamos atrás da meta e temos que ir mais rápido. Em outras partes do mundo, isso criou preocupações porque se você não sabe como atingir essas metas precisa investir mais e planejar a necessidade de petróleo por um período de tempo mais longo.

Valor: *Como o Brasil se posiciona na transição energética?*

Pascual: No ano que vem, quando o Brasil liderar a COP30, uma das responsabilidades será seguir o exemplo do Azerbaijão e entregar uma renovação das contribuições para que os países aumentem as ambições de redução de emissões. Se houver incerteza sobre o compromisso dos Estados Unidos, isso afetará os compromissos chineses e de outros países em desenvolvimento, que estão buscando novos mecanismos de financiamento para atender às necessidades de maior acesso à energia. Um dos desafios que eles [os países em desenvolvimento] enfrentam é que os mecanismos de financiamento ainda são incertos.

Valor: *Quais os volumes de financiamento estimados para fazer a transição energética?*

Pascual: Os níveis estimados estão entre US$ 4 trilhões por ano, se olharmos apenas para o financiamento climático e bem mais de US$ 9 trilhões por ano se somar a transição energética. Não houve nenhum compromisso internacional sobre como atingir isso. Mas sabemos que é necessário que os Estados Unidos, a China e a Europa participem desse processo para conseguir mudanças nas instituições financeiras internacionais. Algumas questões serão abordadas na COP29 no Azerbaijão, outras vão recair sobre o Brasil na COP30. Haverá desafios significativos que dependerão da capacidade do Brasil de reunir os Estados Unidos, a China e os europeus com os países em desenvolvimento em alguma forma de estratégia viável, que até agora tem sido ilusória.

Valor: *O senhor acredita que o Brasil tem essa habilidade?*

Pascual: O Brasil tem a capacidade de falar com todos os atores. É importante que o país faça parte do G20 e tenha a presidência do grupo neste ano. O Brasil está em posição de falar com credibilidade por ter matriz energética limpa, na combinação de hidrelétrica, eólica e solar. Mas precisará de países que têm visões diferentes de mundo, como os Estados Unidos e a China.

Valor: *Há contradição entre o Brasil liderar a COP30 e querer explorar a Margem Equatorial, especialmente a Foz do Amazonas?*

Pascual: Acredito que há argumentos que apontam para o fato de que a Margem Equatorial é distante da costa, está desconectada da região amazônica e que há garantias ambientais adequadas para seguir adiante. Essa é uma decisão interna brasileira e haverá debate intenso para chegar a uma conclusão. O que posso dizer com certeza é que o mundo continuará precisando de petróleo por um período significativo de tempo. E o Brasil é um importante produtor de petróleo, com baixa intensidade de carbono.

Valor: *Como a discussão sobre a Foz do Amazonas tem sido acompanhada no exterior?*

Pascual: Há algumas partes do mundo, em especial na Europa, que não são a favor do desenvolvimento da Margem Equatorial. Há outras que reconhecem o direito do Brasil de desenvolver seus recursos desde que medidas adequadas sejam tomadas. Aprendi que estrangeiros tomarem posição sobre a política brasileira não é boa ideia.

Valor: *Como enxerga a relação do Brasil com os países vizinhos?*

Pascual: Este é um momento interessante para a América do Sul. No petróleo, a Guiana tem sido uma das desenvolvedoras mais rápidas e bem-sucedidas dos recursos no mundo e até 2030 pode chegar a produzir 1,7 milhão de barris por dia. O Brasil, mesmo sem a Margem Equatorial, entre agora e 2030, ainda tem uma trajetória para aumentos significativos na produção. A Argentina tem um tremendo potencial em desenvolvimentos em Vacamuerta que apenas começou a ser desenvolvida. No gás natural, houve uma descoberta recente [da Petrobras] na Colômbia. O Brasil tem o próprio potencial de gás que está entrando em operação e discussões sobre distribuir ou reinjetar nos poços.

Finanças
Com risco de recessão nos Estados Unidos, ata do Copom já nasce velha
C2

INÊS 349

Agronegócio
Pilla, da Farmtech, e Arruda, da Bayer, lançam programa para financiar insumos B7

Jogos
Cresce peso da aposta esportiva no orçamento doméstico e afeta consumo B3

Esportes
Primeira ginasta brasileira em Olimpíadas comemora feito de Rebeca B6

Travelex Bank
ABRA SUA CONTA NO BANCO QUE MAIS CRESCE EM CÂMBIO NO BRASIL.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Empresas

Concessão Expectativa no mercado é que as cinco licitações já marcadas atraiam ao menos uma oferta

Leilões de rodovias devem gerar aportes de R$ 32 bi

Taís Hirata
De São Paulo

O setor de concessões rodoviárias terá uma sequência de grandes leilões neste segundo semestre. Já estão previstas ao menos cinco licitações do governo federal e de São Paulo, que poderão somar R$ 32,3 bilhões em investimentos. Além destes, há outros oito projetos que ainda podem sair em 2024, fora as repactuações de concessões, segundo o Ministério de Transportes.

Para o mercado, a principal dúvida é quanto à capacidade de atrair investidores, em um cenário de juros altos e de operadores já comprometidos com obras em contratos existentes. Porém, a percepção de governos e analistas ouvidos pelo **Valor** é que ao menos para os leilões já agendados deverá haver propostas.

Até mesmo a concessão da BR-381, a “Rodovia da Morte” em Minas Gerais, deverá atrair interesse. Após reformulações no projeto, que mitigaram riscos geológicos e de desapropriação e ampliaram a taxa de retorno, a expectativa é que o leilão atraia ao menos um grupo.

“Foram quatro tentativas de licitar. Agora vai”, afirma Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário. Segundo ela, há um número grande de companhias analisando, sendo ao menos três com perfil de construção, além de operadores tradicionais. Um dos grupos é o J. Malucelli, segundo fonte. Procurada, a empresa diz que está usando sua “estrutura e experiência” como construtora e operadora “nos estudos dos programas divulgados pelo governo.”

Para Esse, o interesse do mercado como um todo cresceu. “Vejo maior participação. Isso ficou claro no último leilão da BR-040, que teve quatro interessados. Temos visto muitos grupos estudando.”

Para Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos de São Paulo, o porte dos contratos ajuda na atração de interessados. “Entendo a preocupação [de falta de proponentes], mas o tamanho dos projetos diminuiu. Há dois anos havia leilões de R$ 15 bilhões, como a Dutra. Agora são de R$ 7 bilhões, R$ 8 bilhões”, diz.

Os dois leilões do governo paulista previstos para este ano, do lote Sorocabana e da Nova Raposo, são apontados como destaques dessa leva de licitações. Os projetos são fruto da concessão da ViaOeste, da CCR, que chegará ao fim. Eles são considerados atrativos dado que o fluxo das vias é conhecido e já há cobrança de pedágio.

Segundo Benini, a Sorocabana é um lote “clássico”, que tende a atrair operadores tradicionais. Já a Nova Raposo inclui obras urbanas, o que demandará desapropriações complexas, e tende a atrair grupos de construção.

Hoje, a Sorocabana é estudada por CCR, Pátria, Ecorodovias, EPR e Via Appia (da Starboard). A Nova Raposo tem sido avaliada por grupos como Acciona, CDL (Consladel), Via Appia e um consórcio da CCR com construtoras.

2
das cinco licitações ocorrerão em SP

A Via Appia afirma que está estudando os projetos, mas ainda não tomou decisão, segundo o presidente, Brendon Ramos. Os dois blocos têm desafios, mas também sinergiais com concessões que a empresa já opera, diz ele. Procurada, a CCR disse que “o pipeline de leilões é bastante vasto, e a companhia tem feito avaliações aprofundadas”. A EPR afirmou que “tem como disciplina avaliar as oportunidades”. A Ecorodovias disse que segue analisando os projetos “de forma seletiva, em busca de oportunidades que tenham taxa de retorno atrativa”. Pátria e CDL não se manifestaram.

O governo paulista tem outros projetos em curso, que devem ficar para 2025. No primeiro semestre deve sair uma concessão do lote Paranapanema (Raposo Tavares entre Itapetininga e Ourinhos), com investimentos entre R$ 2,5 bilhões e R$ 4 bilhões. Na segunda metade do ano devem ser licitados os blocos Mogiana e Circuito das Águas, que serão fruto da concessão da Renovias, que chegará ao fim. Tal como na ViaOeste, o Estado deverá dividir a concessão em duas e incorporar novos trechos a cada lote.

Neste ano, o governo federal já tem outros leilões marcados, da Rota dos Cristais (BR-040 entre Minas Gerais e Goiás) e da BR-262 em Minas. Eles são considerados desafiadores, mas há interesse.

“O melhor trecho da BR-040 já foi licitado e ficou com a EPR. Os outros dois lotes da estrada são mais complicados. Mas a EPR tende a ser uma proponente”, avalia Massami Uyeda Junior, sócio do Arap, Nishi & Uyeda.

Marco Aurélio de Barcelos, presidente da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), diz que houve avanço nos projetos federais, com aumento nas taxas de retorno e maior compartilhamento de riscos nos projetos desafiadores. “O governo fez o dever de casa para incrementar a atratividade. A TIR [taxa interna de retorno] está mais atrativa, a modelagem tem solucionado riscos.”

Com o avanço dos projetos, a percepção geral no mercado é de que, aos poucos, novos atores entram no setor. “Somos procurados por empresas de fora do país com interesse em entender o ambiente de concessões. Há uma movimentação”, diz Barcelos.

Para Rodrigo Campos, sócio do Vernalha Pereira, deverá haver ofertas por todos os leilões agendados. “Não vamos ter mais muitos licitantes, são muitos projetos, com perfis diferentes. Mas acredito que vai ter interesse em todos, mesmo na BR-381.”

Letícia Queiroz, sócia do Queiroz Maluf Advogados, também observa interesse pelo setor, mas aponta que há desafios, principalmente de financiamento e na contratação de engenharia. Além disso, ela aponta que os leilões deverão concorrer com as renegociações de concessões problemáticas. “A carteira deve coincidir com a leva dos contratos sendo repactuados e que vão gerar novos investimentos também. É um calendário ousado, com muito leilão, mas vejo o mercado se movimentando.”

Ver mais na página B2

55 anos

PRONTOS PARA O FUTURO

Há 55 anos desenvolvemos as aeronaves mais amadas do mercado, com um portfólio líder para aviação comercial, executiva e de defesa.

A cada 10 segundos, uma de nossas aeronaves decola em todo o mundo. Somos consistentemente reconhecidos por nossa excelência em engenharia, compromisso com a inovação e a busca pela sustentabilidade.

Temos uma visão clara do caminho a seguir, inspirada no nosso legado e estamos prontos para o futuro.

embraer.com

EMBRAER

INÊS 249

Negociação Contratos da CCR, Ecorodovias e Arteris rediscutidos no TCU devem ser ofertados ao mercado; projetos somam R$ 23 bi de obras

Concessões de rodovias repactuadas devem ter 'leilão' até novembro

Taís Hirata
De São Paulo

O Ministério dos Transportes prevê realizar entre outubro e novembro deste ano um processo competitivo na B3 para ofertar ao mercado as três concessões rodoviárias que estão prestes a passar por repactuação: a MSVias, da CCR, que administra a BR-163 no Mato Grosso do Sul; A Eco101, da Ecorodovias, responsável pela BR-101 no Espírito Santo; e a Arteris Fluminense, que opera a BR-101 no Rio de Janeiro.

Os três contratos são os primeiros do setor de rodovias a chegar a um acordo entre governo e empresas, no âmbito da SecexConsenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos) do TCU (Tribunal de Contas da União). Uma cláusula dos acordos, porém, prevê que o novo contrato repactuado terá que ser oferecido a eventuais outros interessados, em uma espécie de licitação do mercado secundário.

"É como se o projeto fosse para leilão com envelope já aberto. Nesse formato temos o controlador da concessão dizendo o que o ativo precisa, e não o estruturador. É uma realidade distinta, e o mercado está bastante disponível para isso, acho que vamos ter uma surpresa boa na B3", afirma Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário.

3
contratos já chegaram ao acordo

Calendário de licitações
Mercado de concessões rodoviárias terá série de leilões

Projeto	Poder concedente	Data do leilão prevista	Investimento projetado, em R$ bi
BR-381/MG	Federal	29/08	5,5
BR-040/GO/MG	Federal	26/09	6,4
Rota Sorocabana	São Paulo	30/10	8,7
BR-262/MG	Federal	31/10	4,4
Nova Raposo	São Paulo	29/11	7,3

Outros projetos federais que ainda podem ser oferecidos ao mercado neste ano

Repactuação da MSVias, da CCR*
Repactuação da Eco101, da Ecorodovias*
Repactuação da Arteris Fluminense*
Rota do Sertaneja (BR-060 entre GO e MG) e lote menor da BR-060 (lotes oriundos da atual Concebra)
Lote 3 do Paraná
Lote 6 do Paraná
Rota Verde (BR-060/452 em Goiás)
BR-364, de Vilhena a Porto Velho (RO)
BR-040 de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro

Fontes: Ministério dos Transportes, Secretaria de Parcerias em Investimentos de São Paulo. *Projetos repactuados serão ofertados ao mercado na B3

O processo deverá seguir regras parecidas com as de um leilão, em que os proponentes terão que oferecer garantias e terão verificações. A diferença, diz ela, é que a concessionária atual apresenta a primeira proposta e, depois, há possibilidade de concorrência por lances em viva-voz.

Caso não haja interessados, a atual controladora segue na concessão. Se algum outro grupo sair vencedor, ele terá que pagar as indenizações devidas ao antigo acionista e já assume o contrato.

Segundo pessoas envolvidas no processo, inicialmente houve dúvidas sobre a viabilidade jurídica de se fazer a concorrência dos ativos repactuados, mas a percepção de todos os envolvidos é que o processo é essencial para evitar um "risco moral" de se beneficiar um grupo econômico específico com a renegociação.

O caso mais avançado é o da Eco101, que deverá ser pautado pelo relator nas próximas semanas. Os projetos de MSVias e Fluminense também estão próximos desse estágio. Pelos prazos previstos, após o acordo, os termos são enviados ao Ministério Público do TCU, que tem 15 dias para a análise, e depois o relator tem mais 15 dias para pautar no plenário. Eventual pedido de vistas tem prazo máximo de sete dias.

"A principal vantagem do acordo é ter obra imediata, quando comparado com novo leilão. E há uma possibilidade de modernizar os contratos antigos. Além disso, se o novo concessionário não cumprir as obrigações, a saída é imediata, o que também é uma inovação. No processo normal, a concessionária sai mediante caducidade, mas na repactuação o grupo acorda em saída imediata se não cumprir", diz Esse.

Segundo ela, nos três primeiros anos haverá um acompanhamento rígido das obras por meio de verificador independente.

Procurada, a CCR disse que "entende que o processo que envolve a concessão segue o seu calendário normal, dentro das expectativas". A Ecorodovias não quis comentar.

Além das três concessões já com consenso, governo está em negociação com a ViaBahia

A Arteris afirmou que "entende como positiva a oportunidade de repactuação dos contratos de concessões rodoviárias federais e aguarda a finalização dos trâmites do processo" e que "acredita que a política pública tem o potencial de promover investimentos no curto prazo".

Além das três concessões já com consenso, o governo está em negociação intensa com a ViaBahia, que também faz parte da primeira leva de acordos rodoviários em discussão na SecexConsenso.

As conversas haviam sido suspensas após um decreto da AGU (Advocacia Geral da União), em julho, que exigia a participação do órgão em qualquer mesa de negociação entre setor privado e governo a respeito de renegociações, o que na prática travava os acordos da SecexConsenso. Porém, o trecho foi revogado na última semana, e as interlocuções já foram retomadas.

"A suspensão da negociação foi um processo natural de entendimento do decreto, acho que isso está bem sanado agora, já retomamos com força total a comissão com a Via Bahia, que é uma rota bastante importante de ligação entre Nordeste e Sudeste do país", afirma a secretária.

Para além dos projetos rodoviários, a SecexConsenso já chegou a acordos no caso do aeroporto de Guarulhos, da Telefônica e de uma negociação com o BNDES sobre um aporte no fundo de pensão dos funcionários do banco, que no passado foi condenado pelo TCU. Os três casos também estão próximos de serem pautados pelos relatores do tribunal, segundo fonte.

GESIVAL NOGUEIRA KEREC/VALOR

Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário: negociação com concessão ViaBahia já foi retomada

Campo de Marte tende a crescer como opção a Congonhas

Aviação executiva

Cristian Favaro
De São Paulo

O segmento de aviação de negócios aposta em uma aceleração das operações no aeroporto Campo de Marte, na capital paulista, já em 2025, como forma de compensar a menor presença em Congonhas. O principal aeroporto do país tem feito pressão para reduzir a presença dos jatos executivos, com a nova concessionária, Aena, preparando terreno para as obras de aumento de capacidade.

"A disposição da Aena é de manter a aviação geral em Congonhas. E ela continuará, talvez em um nível mais elitizado e menos diverso do que a gente tem hoje", disse o presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), Flávio Pires. A fala foi feita durante coletiva antes do início da feira Labace, que vai do dia 6 ao dia 8, em Congonhas.

Em janeiro de 2025, o número de slots (horários de pouso e decolagem) da aviação geral será reduzido de oito para quatro por hora no principal aeroporto do país, dentro do plano de ajustes para obras no terminal.

Pires lembrou que desde o ano passado o setor já vinha perdendo espaço, com a Azul aumentando sua operação e abocanhando parte dos slots no terminal. Ainda em 2023, o setor também foi comprometido com uma mudança nas regras de aeronaves — apenas modelos acima de 14,5 metros de envergadura podem operar . "Com essa restrição, cerca de 30% da frota que operava em Congonhas foi atingida", afirmou.

A aviação geral tem uma briga histórica por espaço em Congonhas com a aviação comercial. O lado comercial diz que uma pista com uma utilização elevada não pode priorizar um avião privado com 8 passageiros em detrimento de um voo com 180 pessoas.

"Aviação privada será talvez mais elitizada em Congonhas" *Flávio Pires*

O setor da aviação geral entendeu que vai ter de buscar outro espaço para crescer. Com isso, a própria área de evento da feira Labace vai ser transferida para o Campo de Marte no ano que vem. O terminal recebeu, em 2023, cerca de 60 mil pousos e decolagens e foca sobretudo na operação de helicópteros.

A PAX, subsidiária da XP Investimentos, é a concessionária do Campo de Marte (além de Jacarepaguá, no Rio). Em nota, disse que as obras no terminal vão capacitar o sistema de pistas para operação por aproximação não-precisão, sem restrição, noturna e diurna, de aeronaves de até 24 metros de envergadura. "Neste momento, a PAX Aeroportos está finalizando os projetos e licenciamento ambiental para o início das obras", informou.

A previsão é de que as obras sejam concluídas até o início de 2026, mas há uma estimativa da Abag de já registrar crescimento de voos da aviação executiva por lá no ano que vem.

Procurada, a Aena disse entender que há espaço para manter a aviação geral em operação no Aeroporto de Congonhas. Os quatro slots retirados da aviação geral vão ser usados durante as obras do terminal como horários reserva. Após a conclusão, estes slots vão ser alocados permanentemente na operação comercial.

10,2 mil
é a frota de jatos de negócios no Brasil

A frota da aviação de negócios do Brasil subiu 6% em junho deste ano na comparação com 2023, para 10.285 unidades, segundo dados compilados pela Abag. Uma das principais sustentações é a demanda do agronegócio. A falta de peças na indústria, entretanto, tem feito o prazo de entrega de aviões superar os dois anos, contra nove meses em 2019.

Ser diferente é ser de verdade

Gestão

Rony Meisler

Vivemos em um mundo digital, que valoriza a aprovação rápida, em vez da sabedoria e da introspecção. Nesse cenário, a opinião se tornou polarizada, ignorando as alternativas que existem entre os extremos. Quem não adota uma posição polarizada é frequentemente visto como "em cima do muro".

Grupos sociais concordam entre si, apenas pelo fato de fazerem parte do mesmo grupo e não por terem refletido sobre o assunto. Então a percepção se tornou mais importante do que os fatos, e a retórica prevalece sobre a história.

Isso também se reflete nas marcas e nos negócios, que muitas vezes se perdem em meio a essa nova dinâmica.

No livro "O Jogo Infinito", Simon Sinek explica que jogos finitos têm jogadores conhecidos e objetivos claros, como no futebol. Tem hora pra acabar. Já os jogos infinitos têm jogadores conhecidos e desconhecidos, sem regras fixas ou linha de chegada. Exemplos de jogos infinitos são o casamento, a família e a educação.

A maioria das empresas se vê jogando um jogo finito, focando em resultados trimestrais e anuais. No entanto, algumas poucas empresas, movidas por um propósito maior, entendem que o jogo nos negócios é infinito. Ele nunca acaba. Então, dentro de um espectro de tempo maior, elas se concentram em melhorar a vida das pessoas, a reboque de seus negócios, e competem com elas mesmas, ao invés de com outras empresas.

A Nike, por exemplo, já cansou de nos provar que é uma empresa infinita. Entende a importância de, às vezes, sacrificar resultados de curto prazo, para inovar e alcançar grandes resultados no futuro. Mesmo quando a opinião pública prevê sua queda, a Nike continua a inovar, como fez agora com o lançamento do filme "Winning isn't for everyone", antes dos jogos olímpicos.

No filme, a Nike aborda a realidade que o mundo polarizado teme: a verdade.

Usando imagens de atletas como, Vini Junior, Lebron James e Serena Williams, a Nike narra um manifesto nos contando o que deveria ser o óbvio: Atletas de alta performance são obsessivos, irracionais e egoístas quando estão competindo. A frase "Am I a Bad Person?" ("Eu sou uma má pessoa?") é repetida o tempo todo, nos fazendo refletir se deveríamos julgá-los como má pessoa por isso, num mundo onde a cada vez mais, a postura politicamente correta, é cobrada até mesmo em contextos onde não é cabida. É preciso muita coragem para dizer o óbvio para o mundo, que cada vez menos pensa para decidir.

A Nike, que já lançou inúmeras campanhas apenas fazendo o que considerava correto, como a do atleta Colin Kaepernick, continua a falar a verdade, sem direcionamento político específico.

Ao questionar se atletas competitivos são más pessoas, a Nike nos faz refletir sobre nossa própria realidade, julgamentos e sobre a superficialidade das generalizações contemporâneas, por pura pressão social.

A reação ao filme foi enorme, com opiniões polarizadas obviamente, mas a Nike sabe que marcas infinitas são medidas pelo impacto a longo prazo e não pelo imediatismo. Ela entende que a autenticidade não existe com unanimidade concomitante e que os diferentes são aqueles que são de verdade.

Eu vejo a vida melhor no futuro e vejo isso por cima do muro.

Justdoit.

Rony Meisler é CEO do Grupo Reserva
Instagram: @rony

Varejo Apesar de recorde em emprego e renda maior, classes C e D não recuperam todo poder de compra perdido, e gasto com apostas faz parte da explicação desse cenário

‘Bets’ movimentam R$ 130 bi e podem ter impacto na dinâmica do consumo

Adriana Mattos
De São Paulo

O aumento dos gastos da população nas apostas esportivas on-line pode ter afetado o processo de recuperação do consumo no país.

Consumidores têm gastado mais dinheiro nas “bets” e chegam a usar recursos da poupança nesses aplicativos, o que pressiona o orçamento das classes mais baixas, e afeta uma recuperação mais homogênea e acelerada do varejo.

A constatação é de executivos da Strategy&, consultoria estratégica da PwC, que investigaram a razão pela qual, apesar da melhora dos indicadores de emprego e renda, as classes C e D não têm recuperado o seu poder de compra de forma relevante.

Trata-se de uma indústria que movimentou no país entre R$ 60 bilhões e R$ 100 bilhões em 2023, e para 2024, a projeção é alcançar até R$ 130 bilhões, segundo o estudo da companhia. Equivale, por exemplo, a tudo que a plataforma Mercado Livre, a maior empresa digital da América Latina, deve movimentar em vendas no país em 2024, segundo apurou o **Valor**.

Em apenas três anos, de 2021 a 2023, foram alocados quase R$ 60 bilhões no mercado de apostas esportivas on-line (veja quadro acima), e ao mesmo tempo, em metade desse período, a massa de rendimento mensal domiciliar encolheu (incluindo os programas de renda).

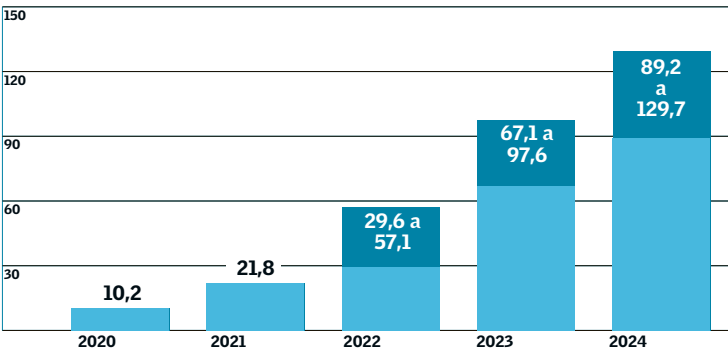
Esse descompasso reforça a percepção dos especialistas de que os recursos para esses gastos tiveram que ser desviados de outras partes do orçamento dos consumidores. “O que não faz sentido é termos o mais alto nível de emprego com carteira assinada desde 2012, com renda subindo de forma mais ampla [desde 2022], mas não vermos uma retomada forte e consolidada do consumo e da demanda”, diz Gerson Charchat, sócio da PwC.

Uma das hipóteses levantadas pelos consultores está nesse volume de apostas e no risco de endividamento com elas, que estaria “abaixo do radar” do mercado.

Pelos dados do IBGE, a taxa de desemprego no país caiu de 8% para 6,9% no trimestre encerrado em junho, o menor patamar da série no período. Ao mesmo tempo, nos últimos 12 meses, o volume vendido no varejo restrito avançou 3,4%, mas puxado basicamente pelo segmento de farmácias (9,5%), e com queda em varejo de moda, móveis, artigos de uso pessoal e doméstico. Material de construção e atacado alimentar estão estáveis em relação ao ano passado.

No período, além de farmácias, cresceram supermercados, eletroeletrônicos e informática.

Potenciais efeitos do rápido avanço das apostas incluem menores gastos, especialmente, em despesas discricionárias, como lazer, vestuário, higiene e beleza, na visão de Charchat. Ainda há impacto com maiores dívidas em cartões de crédito, usados nas plataformas.

Mas essas mudanças em hábitos podem aumentar o interesse em outras atividades, como em ingressos esportivos ou assinaturas para assistir os jogos.

“Começamos a pesquisar a questão por uma demanda de varejistas meses atrás, que nos chamaram a atenção para esse cenário da força das ‘bets’, inclusive em segmentos que antes não sentiam esse impacto, como moda”, diz Luciana Medeiros, sócia da PwC.

A consultoria fez o estudo com base em informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, de dados do Banco Central e de consultorias internacionais.

Dados publicados pelo BC, na balança de pagamentos, mostram que, de janeiro a junho foram US$ 5,3 bilhões, ou R$ 28 bilhões (dólar médio do período), remetidos por brasileiros para fora. O montante, em dólar, é 30,5% acima de 2023. O segundo semestre é, historicamente, mais forte em apostas do que o primeiro, o que ajuda a elevar as projeções do ano.

Segundo os consultores, as apostas representaram 1,38% do orçamento familiar das classes D e E em 2023, e em 2018, eram 0,27% — ou seja, isso quintuplicou em cinco anos, com expansão forte após a pandemia.

Já no orçamento médio familiar, incluindo todas as classes, elas representavam 0,73% em 2023, frente a 0,22% em 2028, portanto, ainda uma alta expressiva, de 3,5 vezes em cinco anos, mas abaixo do verificado nas classes D e E. “É algo que pesa mais para aqueles com renda mais baixa porque eles não têm um orçamento flexível. Se perdem dinheiro ou gastam mais nas ‘bets’, ficam numa situação difícil para fechar as contas, e cortam ou reveem gastos”, diz Mauro Toledo, diretor da Strategy&.

O executivo lembra que a maioria dos apostadores são homens e jovens, logo, são chefes de família com autonomia sobre os gastos, apesar do crescimento no número de lares liderados por mulheres.

Ainda pelo estudo, o montante separado para tentar a sorte nas “bets” representou 4,9% dos gastos com alimentação de uma família no ano passado. A projeção da Strategy& para 2024, é que isso represente 5,5%.

Para se chegar a esses números, o braço de estratégia da PwC considerou projeções de expansão dessa indústria, e comparou-as com a pesquisa de orçamento familiar.

Segundo o levantamento, que inclui pesquisas com consumidores, a proporção dos brasileiros que dizem ter dinheiro sobrando no fim do mês caiu para de 45% para 37% entre 2022 e 2023. Os que enfrentam dificuldades para pagar suas contas, apesar da melhora de renda pelos indicadores, subiram de 16% para 21%.

Outra pesquisa, do Instituto Locomotiva, publicado em janeiro pelo **Valor**, mostra que 51% dos brasileiros têm utilizado recursos que iriam para a poupança nas apostas.

Empresários do varejo têm acompanhado o tema com preocupação, e começou a ser discutido, em reuniões do setor, de maneira informal, a possibilidade de tomar alguma medida frente a esse cenário, como apoio a campanhas educacionais de planejamento financeiro para a população, diz uma fonte a par da discussão.

A lei que regulamentou a operação das empresas de apostas neste ano, válida para 2025, definiu restrições no horário, canais e formato das campanhas publicitárias, sendo obrigatória a inclusão de avisos de desestímulo às apostas.

O tamanho do mercado de apostas
Projeções de valores movimentados, em R$ bilhões*

Fonte: Strategy&, da PwC * A partir de 2022, inclui intervalos de projeções de consultorias

Curtas

Preço de imóveis acelera

O preço de venda de imóveis residenciais avançou 0,76% no Brasil em julho, segundo o índice FipeZap, que acompanha anúncios em 56 cidades. É uma aceleração ante a alta de 0,61% em junho, e a maior variação no indicador desde janeiro de 2014 (0,77%). A maior alta foi observada em Joinville (SC), de 3,16%. Em São Paulo, foi de 0,60%. A variação no indicador foi de 4,34% no ano, até julho, no país. São José dos Campos (SP) teve a maior alta, de 10,5%. Em São Paulo, foi de 3,77%. Já nos últimos 12 meses, o aumento no preço de venda de imóveis residenciais foi de 6,53% no país, sendo de 5,68% em São Paulo e de 14,49% em Goiânia, cidade com a maior alta no período. Em todas as comparações a variação supera a inflação (IPCA) e o IGP-M. O preço médio de venda de um imóvel residencial no país, em julho, foi de R$ 9.082 por metro quadrado. As quatro cidades mais caras ficam em Santa Catarina. Em primeiro está Balneário Camboriú (R$ 13.379), seguida por Itapema (R$ 13.166), Itajaí (R$ 11.438) e Florianópolis (R$ 11.426). Em São Paulo, o preço médio foi de R$ 11.077.

Petrobras na Colômbia

A Petrobras confirmou a descoberta de gás natural na Bacia de Guajira, na Colômbia, após a perfuração de mais um poço exploratório em suas operações no chamado bloco Tayrona. A companhia lembra que já tinha descoberto gás em 2022, com a perfuração do poço Uchuva-1. Agora, com o poço Uchuva-2, a presença de gás foi confirmada e agrega informações para o desenvolvimento do bloco. O poço está sendo executado em cinco fases e o intervalo portador de gás foi constatado na fase 4 da perfuração, por meio de perfis elétricos, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório.

“Somos uma empresa guiada pelo compromisso de promover qualidade de vida. Para nós, uma forma muito assertiva de levar mais bem-estar para as pessoas é escolhendo os parceiros certos.
A EMS tem uma longa história de apoio ao Hospital Pequeno Príncipe. Pela seriedade da instituição e por uma atuação de excelência que tem muita sinergia com a nossa, focada em ampliar o acesso à saúde.
Nosso elo já propiciou muitos atendimentos que salvaram vidas e tornaram mais felizes centenas de famílias. E esse cuidado com o ser humano segue nos orgulhando e unindo.”

Josemara Tsuruoka, gerente de Marketing Institucional da EMS.

O **incentivo fiscal** permite que **empresas e cidadãos** destinem **parte do seu Imposto de Renda** a **projetos relevantes**, possibilitando que eles participem ativamente do processo de **transformação** e **melhoria** da **sociedade**.

No **Pequeno Príncipe** – maior hospital pediátrico do Brasil e instituição filantrópica com 60% dos seus atendimentos voltados a pacientes do SUS –, os investimentos sociais colaboram para a manutenção de **atendimentos em saúde** com **excelência técnico-científica e humanização**, beneficiando milhares de crianças e adolescentes de todo o país.

Investimentos como o feito pela **EMS** – líder do mercado farmacêutico no Brasil – são essenciais para a ação de promover um **impacto positivo** nos indicadores de saúde. Apoiadora do Hospital Pequeno Príncipe há nove anos, a empresa tem contribuído para o desenvolvimento de **pesquisas científicas** voltadas à **saúde infantojuvenil**, para a promoção de **diagnósticos mais precisos** e **tratamentos mais efetivos,** e para a **formação continuada** de **profissionais de saúde**.

Se a sua empresa é tributada pelo lucro real e está recolhendo imposto, entre em contato conosco e faça como a EMS: ajude a transformar e salvar a vida de milhares de crianças e adolescentes de todo o país.

(41) 2108-3874 | doeifpj@hpp.org.br | doepequenoprincipe.org.br

INÊS 249

Alimentos Negociação envolve empresa originada da Kellog e acordo pode ser um dos maiores do ano

Mars planeja adquirir dona da Pringles por US$ 22 bi

James Fontanella-Khan, Maria Heeter e Gregory Meyer
Financial Times, de Nova York

A Mars, o conglomerado de alimentos e doces e também de produtos e serviços para animais de estimação, está em negociações para comprar a Kellanova, fabricante das batatas Pringles e dos biscoitos Pop-Tarts, segundo fontes familiarizadas com o assunto, no que pode ser uma das maiores aquisições deste ano.

A Kellanova, cujas ações são negociadas em bolsa em Nova York e tinha uma capitalização de mercado de US$ 22 bilhões na sexta-feira (2), foi criada em 2023, quando a Kellogg se desmembrou e concentrou em outra empresa seus cereais matinais e salgadinhos. Na manhã de segunda-feira (5), suas ações eram negociadas com alta de cerca de 15%, a US$ 72,11 cada.

A Kellanova é dona de marcas de salgadinhos como Pringles, Cheez-Its e Rice Krispies Treats. A Mars, de propriedade familiar, é uma das maiores empresas de capital fechado dos Estados Unidos, com vendas anuais que passam dos US$ 50 bilhões e mais de 150 mil funcionários.

A negociação sobre uma possível aquisição se dá em um momento em que os consumidores têm cortado gastos, depois de vários anos de inflação que deixaram os preços de muitos produtos básicos acima dos níveis anteriores à pandemia de covid-19.

Já há algum tempo a Mars passou a buscar aquisições para impulsionar seu crescimento, o que incluiu a compra do VCA, um grupo de 800 hospitais para animais de estimação, por US$ 9,1 bilhões, em 2017. A empresa pagou US$ 23 bilhões pela fabricante de chicletes e salgadinhos Wm Wrigley Jr. em 2008. E no início deste ano, adquiriu a Hotel Chocolat, fabricante de chocolates de luxo do Reino Unido, por 534 milhões de libras.

"Aquisição pode marcar o início de um novo ciclo de M&As no setor" *Robert Moskow*

A compra da Kellanova também pode marcar uma das maiores transações do setor de alimentos em muitos anos. Até o momento não existem informações concretas sobre qual seria seu preço. As notícias sobre a possível aquisição foram reveladas primeiro pela Reuters.

A Kellanova não quis comentar o assunto. A Mars não respondeu a pedidos de comentários.

Até este momento, a Kellanova parece estar resistindo à desaceleração dos gastos do consumidor nos EUA. Na semana passada, o grupo aumentou suas previsões de vendas para o ano todo, depois que seus últimos resultados superaram as expectativas. Antes da alta desta segunda-feira, o preço de suas ações já subira cerca de 15% este ano.

Robert Moskow, analista da TD Cowen, disse que uma oferta pela Kellanova "poderia marcar o início de outro ciclo de consolidação no segmento de alimentos industrializados", em uma repetição da rodada de negócios vista entre 1999 e 2001, quando a General Mills comprou a Pillsbury e a Kraft comprou a Nabisco.

"Em momentos como este, quando o crescimento desacelera, os balanços estão relativamente limpos e os valores dos ativos caem, os líderes do mercado de alimentos tendem a analisar com mais atenção as grandes combinações para impulsionar sinergias de custos", salientou Moskow, da TD Cowen.

Fusões e aquisições começaram a se recuperar no mundo todo e chegaram a somar US$ 1,5 trilhão no primeiro semestre de 2024. No geral, o valor das transações deu um salto de cerca de 20%, impelido por um ligeiro aumento nas transações superiores a US$ 10 bilhões. ***(Colaborou Madeleine Speed, de Londres)***

Google perde processo antitruste nos EUA

Tecnologia
Agências internacionais

Um juiz federal decidiu nesta segunda-feira que o Google monopolizou ilegalmente o mercado de buscas na internet e com isso deu ao governo uma vitória épica em seu primeiro grande processo antitruste contra uma gigante da área de tecnologia em mais de duas décadas. O juiz Amit Mehta disse, em Washington, que os US$ 26 bilhões que a empresa da Alphabet pagou para tornar seu mecanismo de buscas a opção padrão em celulares e navegadores da internet impediram concretamente qualquer outro concorrente de ter êxito nesse mercado.

"Os acordos de distribuição do Google impedem o acesso a uma parte substancial do mercado geral de serviços de busca e prejudicam as oportunidades de concorrência dos rivais", escreveu Mehta em sua sentença de 286 páginas, informou a Bloomberg.

Segundo o juiz, ao monopolizar a distribuição em celulares e navegadores, o Google conseguiu aumentar sistematicamente os preços da publicidade on-line. "As provas apresentadas no julgamento estabeleceram categoricamente que o poder de monopólio do Google, mantido pelos acordos de distribuição exclusiva, permitiu que o Google aumentasse os preços dos anúncios de texto sem nenhuma restrição competitiva significativa."

As autoridades antitruste alegaram que o Google manteve um monopólio ilegal sobre as buscas na internet e a publicidade ligada a elas. Segundo o governo, o Google pagou bilhões à Apple, à Samsung e a outras empresas ao longo de décadas para garantir um espaço preferencial em celulares e navegadores da internet. Essa posição permitiu que o Google se consolidasse como o mecanismo de buscas mais usado no mundo, lhe garantindo receitas anuais de mais de US$ 300 bilhões, em grande parte resultantes dos anúncios ligados às buscas.

"Poder de monopólio permitiu aumento sistemático de preços dos anúncios" *Juiz Amit Mehta*

Mehta concluiu que o Google não tem o monopólio no mercado geral de publicidade em buscas e salientou que rivais como Amazon.com, Walmart e outros varejistas começaram a mostrar publicidade ligada a buscas em seus sites. Mas o juiz disse que o Google tem, sim, um monopólio sobre os anúncios de texto em buscas, aqueles que aparecem no topo de uma página de resultados da busca para tentar atrair usuários.

RICHARD DREW/FILE/AP

Em despacho de 286 páginas, juiz Amit Mehta diz que Alphabet pagou US$ 26 bi para garantir monopólio ao Google

A decisão de Mehta se concentra exclusivamente na responsabilidade jurídica do Google, nove meses depois que o Departamento de Justiça e um grupo de Estados promoveram um julgamento de 10 semanas em um tribunal federal.

O juiz planeja realizar um julgamento separado, em uma data a ser marcada, para definir as reparações. O Departamento de Justiça não informou que mudanças pedirá, mas já mostrou provas de que iniciativas de agências reguladoras europeias para exigir que o Google ofereça aos usuários a opção de escolher entre vários mecanismos de busca levaram poucos deles a mudar. O Departamento poderia exigir que a Alphabet separe seus negócios de buscas de outros produtos, como Android ou Chrome, o que marcaria o maior desmembramento forçado de uma empresa nos EUA desde que a AT&T foi desmantelada, em 1984.

As autoridades antitruste também abriram outra ação contra o Google, em que o acusam de monopolizar a tecnologia usada para comprar, vender e veicular publicidade gráfica on-line. Nesse processo, que deve ir a julgamento no tribunal federal da Virgínia em setembro, o governo busca obrigar o Google a se desfazer de alguns de seus produtos de tecnologia de publicidade.

Rede social nutre mentiras no Reino Unido, diz governo

Cristina Criddle, Stephanie Stacey e Lucy Fisher
Financial Times, de Londres

O governo do Reino Unido vem pressionando as companhias donas de redes sociais a assumirem a responsabilidade por amplificar a "desinformação e encorajar a violência", depois que tumultos eclodiram em cidades de toda a Inglaterra.

Yvette Cooper, secretária do Interior, disse nesta segunda-feira (5) que as plataformas de redes sociais "potencializaram" esse tipo de conteúdo e acrescentou que o governo vai discutir a questão com as empresas de tecnologia.

Os tumultos eclodiram há uma semana, depois do assassinato de três meninas em Southport, uma cidade ao Norte de Liverpool. A violência e os distúrbios de extrema-direita, inicialmente desencadeados em resposta ao ataque com faca contra alunas de uma aula de dança, se espalharam por cidades de todo o país e levaram a mais de 420 prisões.

"As empresas de redes sociais também precisam assumir alguma responsabilidade por isso", disse Cooper à "BBC Radio 5" nesta segunda-feira, observando que a polícia também vai perseguir a "criminalidade on-line". "As redes sociais potencializaram algumas das desinformações e encorajamento da violência", disse ela, acrescentando que o governo discutirá a questão com as gigantes de tecnologia.

Logo após os assassinatos em Southport em 29 de julho, postagens virais em plataformas de redes sociais proliferaram com a informação falsa sobre o nome e a identidade do agressor — incluindo alegações de que ele chegara recentemente ao Reino Unido como um migrante que atravessou o Canal da Mancha em um pequeno bote e que ele era muçulmano.

Axel Rudakubana, 17, foi citado na quinta-feira no Tribunal da Coroa de Liverpool, sob três acusações de assassinato e dez acusações de tentativa de assassinato. Ele não é muçulmano nem migrante e nasceu em Cardiff, de pais que emigraram de Ruanda.

Cooper disse nesta segunda-feira que agora é preciso "uma discussão de longo prazo sobre a estrutura legal mais ampla" para enfrentar a desinformação on-line.

A Lei da Segurança On-line, que foi sancionada em 2023 após anos de negociações e ainda está sendo implementada, foi elaborada para proteger os usuários de serviços on-line, incluindo as plataformas de redes sociais.

Ela criou amplos poderes para a Ofcom, autoridade reguladora da mídia britânica, para policiar as gigantes tecnológicas por desrespeitar as regras e inclui a imposição de multas pesadas e responsabilização criminal para executivos seniores nas violações mais graves.

CHRIS J. RATCLIFFE/BLOOMBERG

Para Yvette Cooper, as 'big techs' têm responsabilidade na crise violenta de Southport

No entanto, a lei cobre apenas a desinformação se o conteúdo for deliberadamente falso e distribuído com a intenção de causar "danos psicológicos e físicos não triviais a um público provável".

Mas outras cláusulas da legislação abrangente podem cobrir algum conteúdo de rede social relacionado aos tumultos. De acordo com a lei, é uma infração encorajar, promover ou fornecer instruções para violência, ou incitar o ódio contra pessoas ou uma determinada raça ou religião. Meta, TikTok e X foram procuradas para comentar.

Marc Owen Jones, professor associado da Universidade Hamad bin Khalifa, do Catar, rastreou 27 milhões de impressões de postagens no X no dia seguinte ao ataque que declaravam, ou especulavam, que o agressor era um muçulmano, migrante, refugiado ou estrangeiro.

Pesquisadores disseram que algoritmos de recomendação ajudaram a amplificar a desinformação. O centro de estudos Institute for Strategic Dialogue constatou que usuários que buscaram a palavra "Southport" no TikTok ainda estavam recebendo um nome falso como sugestão de busca horas depois de a polícia de Merseyside afirmar que estava incorreto.

Enquanto isso no X, o nome falso foi exibido nas barras laterais dos usuários como um tópico "Tendências no Reino Unido".

O ativista de extrema-direita e cofundador da English Defence League, Stephen Yaxley-Lennon, conhecido como Tommy Robinson, postou comentários contínuos e vídeos dos tumultos no X. Ele afirmou repetidas vezes que a violência em cidades como Middlesbrough e Bolton foi causada por "multidões de muçulmanos" e não por agitadores da extrema-direita.

Robinson, que foi banido do Twitter em 2018 por violar suas políticas sobre conduta odiosa, teve permissão para retornar à plataforma em novembro, depois que Elon Musk comprou a companhia e a rebatizou de X.

Em novembro de 2022, um mês após a venda do Twitter ser concluída, Musk disse que concederia uma "anistia geral" às contas que haviam sido anteriormente suspensas, mas "não infringiram a lei ou se envolveram em casos flagrantes de spam". Ele demitiu a equipe de moderação de conteúdo.

Olivia Brown, professora associada de futuros digitais da Universidade de Bath, diz que a reintegração de indivíduos como Robinson, juntamente com uma moderação menos rigorosa, "levou a uma disseminação sem precedentes de desinformação e retórica do ódio".

Nesta segunda-feira, Sir Keir Starmer, o primeiro-ministro do Reino Unido, rebateu uma afirmação de Musk de que uma "guerra civil é inevitável" no Reino Unido. "Não há justificativas para comentários como esse", disse o porta-voz oficial de Starmer.

Organizadores da extrema-direita também vêm recorrendo a plataformas fechadas conhecidas por terem menos moderação, como o Telegram.

Alguns relatos ligam a desinformação viral à Rússia, com muitas acusações se concentrando no site Channel3 Now. Uma conta do YouTube ligada ao site postou vídeos com títulos em russo sobre manifestações por mais de uma década. Recentemente, seu conteúdo passou a oferecer vídeos em inglês. Seu atual dono e localização não são conhecidos.

O site publicou uma reportagem falsa sobre os assassinatos de Southport mais ou menos no mesmo momento em que afirmações falsas sobre o nome do agressor começaram a circular nas redes sociais. A desinformação foi repetida pela rede RT, apoiada pelo Estado russo. As duas redes pediram desculpas desde então.

Comentaristas de extrema-direita endossando a violência racista em grupos fechados de mensagens monitorados pelo Institute for Strategic Dialogue, pareciam incluir principalmente pessoas do Reino Unido, Europa ocidental e Estados Unidos.

Embora alguns comentaristas tenham usado uma sintaxe não inglesa, sugerindo que eles podem ser russos, o centro de estudo disse que muitas das pessoas que disseminam desinformação e amplificam os apelos à violência parecem estar afiliadas aos remanescentes da English Defence League ou a grupos nacionalistas brancos dos EUA. ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Ver mais sobre o assunto à página A15

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Jg Millares Comércio de Frutas Eireli -** CNPJ: 09.578.724/0001-91 - Endereço: Chácara Conceição, 680, Barracão, Zona Rural, Engenheiro Coelho/sp - Requerente: Serra do Japi Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Requerido: **Polo Clima Instalação e Manutenção de Ar Condicionados Ltda., Nome Fantasia Polo Clima Engenharia -** CNPJ: 01.493.280/0001-80 - Endereço: Quadra Qno, 13, Cjto. P, Lote 13, Loja 02, Ceilândia Norte - Requerente: Polo Clima Instalação e Manutenção de Ar Condicionados Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Qualimeat Alimentos Ltda. -** CNPJ: 29.763.142/0001-92 - Endereço: Av. Dom Lúcio, 520, Sala 05, Centro - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial Prévia - Vara/Comarca: 3a Vara de Botucatu/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Klar Construtora Ltda. Ou Krome Construtora Ltda. -** CNPJ: 04.064.728/0001-38 - Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Sala 111, Bairro Itaim Bibi Ou Rua Humberto I, 220, 7º Andar, Cjto. 71, Bairro Vila Mariana - Administrador Judicial: Wfsp Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Fábio Souza Pinto - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Peixes da Amazônia S/A -** CNPJ: 13.757.987/0001-35 - Endereço: Rodovia Br 364/ac, S/nº, Km 93, Zona Rural - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Fabio Dantas de Souza - Vara/Comarca: Vara Cível de Senador Guiomard/AC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Quality Foods Cozinha Industrial Eireli ME -** CNPJ: 13.515.974/0001-50 - Endereço: Rua Rio Araguaia, 112, Galpão 213, Emaus, Parque Industrial, Parnamirim/rn - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda.,pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 22a Vara de Natal/RN - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Prestadora de Serviços Três Irmãos Ltda. -** CNPJ: 07.273.085/0001-20 - Requerente: Prestadora de Serviços Três Irmãos Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Attua Comercial Agrícola Ltda. -** CNPJ: 30.750.526/0001-50 - Endereço: Av. Perimetral Sudeste, 10871, Bairro Centro Sul, Sorriso/mt - Administrador Judicial: Zapaz de Jure Spe Ltda., Representada Pelo Dr. Luiz Alexandre Cristaldo - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Transpick Transportes Ltda. Epp -** CNPJ: 02.047.755/0001-77 - Endereço: Rua Intendente Koelzer, 120, Sala 03, Centro, Vera Cruz/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pela Dra. Gabriele Chimelo Pereira Ronconi e Pelo Dr. Conrado Dalligna - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Pelotas/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Vemiles Indústria e Comércio Ltda. Me, Nome Fantasia Vmiles -** CNPJ: 01.551.042/0001-83 - Endereço: Rua Marques de Herval, 2280, Bairro São Jorge, São Miguel do Oeste/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Olimpíada Ao som de "Baile de Favela", atleta desbanca Simone Biles, que ficou em segundo lugar, e Jordan Chiles, que garantiu o bronze

Rebeca Andrade é a maior medalhista olímpica do Brasil

Natália Flach e Luana Dandara
De São Paulo

A ginasta Rebeca Andrade conquistou o lugar mais alto do pódio nesta segunda-feira (5) com sua apresentação no solo e se tornou a maior medalhista olímpica do Brasil. Com suas acrobacias ao som de "Baile de Favela", a paulista desbancou no tablado as americanas Simone Biles, que ficou em segundo lugar, e Jordan Chiles, que garantiu a medalha de bronze após revisão da nota. Com isso, a brasileira também fez história ao integrar o primeiro pódio da modalidade formado totalmente por mulheres negras em uma Olimpíada. O mesmo ocorreu no mundial de 2023.

Ontem, a brasileira também competiu na trave, mas ficou fora da disputa pelas primeiras colocações.

Com a conquista do ouro, Rebeca garantiu quatro medalhas em Paris — ela já havia ganhado uma de bronze por equipes e duas de prata, sendo uma no individual geral e outra no salto. Assim, aos 25 anos, ela se tornou a primeira esportista a conquistar quatro medalhas em uma mesma edição, superando os três pódios de Isaquias Queiroz na canoagem dos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016. Outro feito da ginasta é ter acumulado seis medalhas em duas Olimpíadas — em Tóquio-2020 ela conquistou ouro no salto e prata no individual geral. Com isso, ela superou os velejadores Robert Scheidt e Torben Grael, campeões olímpicos brasileiros com cinco pódios.

"E hoje ela veio, a única que faltava. A medalha de ouro! Quem me protege não dorme. Gratidão eterna a Francisco [Porath Neto, seu técnico], toda nossa equipe, minha família, toda a torcida e logo mais poderei agradecer aos outros que contribuíram/contribuem para o meu sucesso", escreveu a atleta no seu perfil do Instagram, após a vitória.

Ontem, na Arena Bercy, a esportista teve pontuação 14.166, com dificuldade 5.900 e execução 8.266. Biles partiu de uma dificuldade bem maior, 6.900, mas teve uma execução problemática, que lhe rendeu 7.833 e penalização de 0.6, com um total de 14.133.

As premiações em Paris devem render cerca de R$ 830 mil para Andrade. O cálculo foi feito a partir dos valores por medalha divulgados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Para se ter uma ideia, o ouro em provas individuais garante R$ 350 mil. A cifra é mais alta do que seu salário: a atleta olímpica do Flamengo recebe cerca de R$ 20 mil ao mês. Também ganha R$ 17 mil da Bolsa Atleta, programa do governo federal para apoiar financeiramente esportistas de alto desempenho.

A vitória de Andrade — que começou a trajetória no esporte aos 4 anos de idade, na sua cidade-natal Guarulhos (SP) e mudou-se para Curitiba aos 9 para treinar — repercutiu na mídia internacional. Para "The New York Times", a brasileira é a única que pode desafiar Biles.

Andrade também faz sucesso nas redes sociais e conseguiu fechar contratos com grandes marcas. Ela figura em quarto lugar na lista de atletas brasileiros com o maior número de patrocínios, somando, ao todo, 12 marcas: Volvo, Panasonic, Adidas, Medley, Nivea, Parmalat, Riachuelo, Vult, Invisalign, Docile, Hemmer e Sankhya. Para o setor publicitário, a atleta deve faturar de R$ 600 mil a R$ 1 milhão por ano com patrocínio.

Atualmente, a ginasta estrela campanhas como a da Vult, marca do Grupo Boticário, sobre a mudança de embalagem do pó compacto da marca. A ação, com o slogan 'de campeão para campeã', foi criada pela agência AlmapBBDO. Começou a ser divulgada no fim de fevereiro em TV e redes sociais. Segundo a Vult, patrocinadora da atleta desde 2021, o vídeo já foi visto 1,4 milhão de vezes.

"O e-commerce da Vult teve aumento considerável nas vendas do pó compacto nas últimas semanas. [...] Com esse apoio [à atleta], também queremos dar mais visibilidade e reconhecimento às mulheres no esporte, evidenciando sua jornada, talento e beleza, dentro e fora das quadras", diz a diretora de Branding e Comunicação do Grupo Boticário, Marcela De Masi.

Na semana passada, a Parmalat Whey Fit estreou campanha, criada pela BETC Havas. O filme traz a mãe da atleta, Rosa Santos, com uma narração sobre a trajetória de Andrade, desde a infância até a preparação para os Jogos Olímpicos de Paris.

De olho no destaque da ginasta na competição, a Medley relançou no período olímpico uma campanha de 2023 em que Andrade fala sobre saúde mental. O filme mostra a preparação e superação da campeã, ao som de "Baile de Favela".

Em fevereiro, a empresa de gestão de negócios Sankhya também entrou para o time de patrocinadores de Andrade. Com veiculação na TV e mídia externa (out-of-home), o comercial, criado pela agência F&MD, continua no ar.

"Identificamos uma sinergia forte entre a Sankhya e atletas de alto rendimento", diz o diretor de marketing da Sankhya, Rodrigo Ribeiro.

Nas redes sociais, a ginasta também faz sucesso e soma fãs. Somente nos últimos sete dias, ela ganhou mais de 5 milhões de novos seguidores, chegando, nesta segunda-feira (5), aos atuais 9,1 milhões. Com isso, ela se tornou a segunda brasileira mais seguida no Instagram entre as atletas da Olimpíada de Paris, atrás apenas do surfista Gabriel Medina, com 13,6 milhões de seguidores.

"Rebeca Andrade vem capitalizando comercialmente desde a excelente performance na Olimpíada de Tóquio, com vários patrocínios e milhões de novos seguidores. Receber a 'coroa' de Simone Biles proporcionará ainda mais força ao que já estava ocorrendo", disse o especialista em marketing esportivo, Fábio Wolff, sócio-diretor da Wolff Sports.

FRANCISCO SECO/AP

"E hoje ela veio, a única que faltava. A medalha de ouro!", comemorou Rebeca Andrade no seu perfil do Instagram

Maiores medalhistas olímpicos do Brasil
Atualizado em 5/08/2024 às 18h55

Posição	Modalidade	Atleta	Ouro	Prata	Bronze	Total
1º	Ginástica Artística	Rebeca Andrade	2	3	1	6
2º	Vela	Robert Scheidt	2	2	1	5
3º	Vela	Torben Grael	2	1	2	5
4º	Vôlei	Serginho	2	2	0	4
5º	Canoagem	Isaquias Queiroz	1	2	1	4
6º	Natação	Gustavo Borges	0	2	2	4
7º - Empate	Vela	Marcelo Ferreira	2	0	1	3
8º - Empate	Vôlei	Bruninho	1	2	0	3
9º - Empate	Vôlei	Dante Amaral	1	2	0	3
10º - Empate	Vôlei	Giba	1	2	0	3
11º - Empate	Vôlei	Rodrigão	1	2	0	3
12º - Empate	Vôlei de praia	Ricardo	1	1	1	3
13º - Empate	Vôlei de praia	Emanuel	1	1	1	3
14º - Empate	Natação	Cesar Cielo	1	0	2	3
15º - Empate	Vôlei	Fofão	1	0	2	3
16º - Empate	Hipismo	Rodrigo Pessoa	1	0	2	3

Fonte: Comitê Olímpico do Brasil (COB)

GREGORY BULL/AP

Tatiana Weston-Webb ficou atrás da americana Caroline Marks, que levou o ouro

No surfe, Tati Weston-Webb leva prata; Medina, o bronze

Valor
De São Paulo

A brasileira Tatiana Weston-Webb conquistou a medalha de prata na noite desta segunda-feira (5), na decisão do surfe feminino na Olimpíada de Paris, realizado em Teahupoo, no Taiti. Mais cedo, o tricampeão mundial de surfe Gabriel Medina, 30, ganhou a medalha de bronze.

Weston-Webb foi vencida pela americana Caroline Marks, atual campeã mundial, que levou a medalha de ouro, em dia de mar parado com poucas oportunidades para as duas surfistas realizarem suas manobras — após mais de metade da bateria, ambas somavam menos de um ponto.

Apesar de não ter vencido, Weston-Webb, nascida em Porto Alegre, fez uma performance histórica, passando a uma final olímpica, depois de ficar em nono lugar em Tóquio-2021. Com a atual vitória, a brasileira vai ganhar R$ 210 mil como bônus concedido pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Medina, paulista de São Sebastião, superou por 15.54 a 12.43 o peruano Alonso Correa, 26, o que lhe garantiu o terceiro lugar.

Um dos favoritos ao ouro, Medina perdeu na semifinal, em um mar que quase não ofereceu ondas, para o australiano Jack Robinson, por 12.33 a 6,33. Na disputa, Medina conseguiu surfar uma única vez.

A conquista dá ao Brasil seu segundo pódio para os homens no surfe, esporte inserido no programa olímpico em Tóquio-2020.

Desde a temporada de 2014, quando conquistou seu primeiro título mundial, Medina ficou entre os quatro melhores em todas as edições, sendo campeão em 2014 e 2018, vice em 2015, 2017, 2019 e 2023 e terceiro colocado em 2016 e 2024.

Acompanhe cobertura completa em www.valor.com.br

Pioneira, Cláudia Magalhães comemora pódios

Rafael Rosas
Do Rio

A medalha de ouro de Rebeca Andrade na final do solo nos Jogos Olímpicos de Paris simbolizou o ponto alto de uma campanha que rendeu o primeiro pódio por equipes para a ginástica artística brasileira. Essa caminhada começou 44 anos antes, em 1980, em Moscou, quando Cláudia Magalhães se tornou a primeira ginasta do país a participar de uma Olimpíada.

Os tempos eram outros, com uma supremacia das atletas do Leste Europeu. Em Moscou, as 21 medalhas ganhas por mulheres na ginástica foram divididas por apenas três países: União Soviética, Alemanha Oriental e Romênia. Magalhães terminou na 30ª posição entre 36 ginastas.

Ela acompanhou de longe a campanha de 2024 da equipe brasileira de ginástica. Magalhães mora há mais de três décadas nos Estados Unidos. Foram 32 anos em Nova Jersey. A mudança para o Texas aconteceu na pandemia. "Fico superemocionada de assistir e acompanhar. De longe, porque não moro no Brasil há muitos anos. Não vejo de perto a evolução, o sofrimento delas, o que funciona e o que não funciona", diz Magalhães, que falou com o **Valor** pelo telefone. Ela esteve no país natal pela última vez em 2016, quando carregou a tocha olímpica antes dos Jogos do Rio.

Magalhães acredita que o tempo entre a estreia feminina do Brasil e o primeiro pódio do país em uma Olimpíada "demorou muito" por problemas de investimento no esporte: "[O sucesso do Brasil] É mesmo [fruto] da dedicação e amor dos atletas, profissionais, alunos e pais", disse Magalhães.

A primeira medalha feminina veio somente em Tóquio, com a própria Rebeca Andrade, ouro no salto e prata no individual geral. Em campeonatos mundiais, Daniele Hypólito foi prata no solo em 2001 e Daiane dos Santos foi a primeira brasileira campeã mundial, também no solo, em 2003.

REPRODUÇÃO

"Choro muito de ver as meninas. Até a Simone [Biles] ficou com medo delas"
Cláudia Magalhães

A ex-ginasta afirma que no Texas há diversos centros de ginástica para crianças, todos privados, o que acaba atraindo a atenção do público para o esporte: "A cada meia hora [de carro] tem um centro de ginástica."

Magalhães observa que essa proximidade de locais para a prática da modalidade desde a infância é importante para a sua popularização.

Moradora quando pequena no Engenho Novo, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, ela foi levada à ginástica pela irmã, que descobriu um centro do esporte na Universidade Gama Filho, que existia no bairro da Piedade, também na zona norte.

"Foi meu destino minha irmã descobrir que tinha ginástica ali. Ela foi procurar aula de dança e descobriu a ginástica olímpica [nome do esporte na época]. Fomos fazer juntas, ela desistiu e eu fiquei para a vida toda", lembra. Magalhães reforça que essa é a grande diferença na estrutura do esporte para os Estados Unidos.

A ex-atleta ressalta a importância de ter morado perto da universidade — que encerrou as atividades em 2014 — para conseguir praticar a ginástica. "No Brasil, se você não der a sorte de nascer por acaso no bairro que tem a melhor ginástica do país, vai ser difícil. Vai ter que se mudar com a família toda [para perto do centro esportivo]", diz. "Por isso que demorou 40 anos para ganharmos [a primeira medalha]. Neste sentido, ainda é amador", acrescenta.

Apesar de acompanhar de longe os desdobramentos da ginástica brasileira, Magalhães afirma que hoje a grande diferença em relação à época em que competia está nos patrocínios. "Eu nunca vivenciei isso. No nosso tempo era bolsa de estudo, treino e médicos da Gama Filho. Fomos para o Flamengo e tivemos o mesmo apoio. Mas nunca tive patrocínio", diz. "A evolução foi do jeito que tinha que ser porque o Brasil vai do jeito que pode."

Magalhães era treinada por Mário César de Carvalho, que depois migrou para a ginástica de trampolim.

Ainda na época de atleta, Magalhães começou a namorar o também ginasta Marco Aureliano, pai de seus três filhos. O casal é sócio de uma academia de ginástica no Texas, onde ela dá aulas duas vezes por semana. Nos demais dias, trabalha como corretora de imóveis.

A estabilidade financeira foi a principal razão para a mudança para os Estados Unidos, logo depois da Olimpíada de Seul, em 1988. Treinador da equipe masculina do Brasil, Aureliano teve diversos atletas campeões nacionais. Magalhães e o marido eram treinadores do Flamengo, sendo ela a responsável pela base feminina.

Recém-casados, moravam no bairro da Pechincha, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio, e trabalhavam diariamente na sede do Flamengo, entre os bairros da Gávea e da Lagoa, na zona sul.

"Éramos os melhores técnicos do país e não tínhamos aumento. Morávamos na Pechincha e tivemos que vender o carro. Pegávamos ônibus todo dia", lembra Magalhães, contando que, depois de Seul, foram convidados para treinar crianças e jovens nos Estados Unidos. "Perguntamos: 'Pode ser pra ontem?' E em três semanas os documentos estavam prontos."

Sobre o futuro da ginástica brasileira, resume: "Espero que os patrocinadores invistam em escolinhas."

E sobre as conquistas da equipe e de Rebeca Andrade, em Paris, diz: "Choro muito de ver as meninas. Até a Simone [Biles] ficou com medo delas." E acrescenta: "Tenho certeza que ela [Rebeca Andrade] irá inspirar inúmeras gerações de ginastas brasileiras e atletas em todo o mundo por décadas."

Turbulências

Altos e baixos entre as commodities agrícolas

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Segunda posição

Futuros Alta do dólar derrubou as cotações do arábica em NY; em Chicago, movimentos técnicos levaram grãos a fechar em alta

Em dia de aversão a riscos, café cai na bolsa, mas grãos resistem

Paulo Santos
De São Paulo

Os temores de que a economia americana entre em recessão derrubaram as bolsas de valores pelo mundo ontem e fizeram o dólar alcançar o maior valor desde março de 2021 no Brasil. Mas o cenário de aversão ao risco global teve impactos distintos sobre as commodities agrícolas nas bolsas americanas.

Em Nova York, os contratos futuros de café e algodão foram os destaques de baixa. Já na bolsa de Chicago, os grãos fecharam em alta, contrariando as expectativas do início do pregão.

O mau humor dos investidores, que derrubou bolsas mundo afora, também arrastou os contratos de café para setembro, os mais líquidos atualmente. Com isso, os papéis fecharam em queda de 2,08%, para US$ 2,5570 a libra-peso.

A aversão a risco, por si só, poderia explicar a queda do café, mas ao levar o dólar à máxima de R$ 5,86, a pressão de baixa cresceu.

Isso porque a moeda americana em alta beneficia as exportações do Brasil, observou Haroldo Bonfá, diretor da Pharos Consultoria. E isso significa maior oferta de café no mercado internacional.

Ele disse, ainda, que a "segunda-feira sangrenta", como ficou conhecido o dia de ontem, trouxe um novo olhar dos investidores sobre o mercado. "Os índices acionários estavam performando bem, mesmo com desempenho fraco na economia nos EUA. Mas os dados sobre emprego americano [divulgados na sexta-feira] deram uma chacoalhada no mercado, e trazem um recorte da realidade do momento macro atual", afirmou.

A aversão ao risco também penalizou o algodão, cujos contratos com vencimento em dezembro caíram 0,69%, para 67,78 centavos de dólar por libra-peso. Em momentos de mercado mais cauteloso, a pluma costuma ser uma das commodities mais afetadas, já que é considerada um item de segunda necessidade.

Os contratos de suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ) com vencimento em setembro também recuaram — 1,32%, a US$ 4,1735 por libra-peso. No caso do açúcar, a oscilação foi mínima, com queda de 0,11% para os papéis com vencimento em outubro que encerraram a 18,08 centavos de dólar por libra-peso.

> "Os fundos estavam carregando muitos contratos vendidos"
> *Leonardo Martini*

Na contramão do que se viu em outros mercados, os grãos se valorizaram na Bolsa de Chicago, com destaque para a soja. O contrato com entrega para novembro, o mais negociado no pregão, subiu 1,31% para US$ 10,4075 o bushel. No caso do milho, os papéis com vencimento em dezembro tiveram alta de 0,93%, a US$ 4,07 por bushel. Já o contrato de trigo para setembro avançou 0,09%, a US$ 5,3950 por bushel.

Para Leonardo Martini, consultor em gerenciamento de risco da StoneX, os grãos negociados em Chicago não foram influenciados pelo mau humor do mercado financeiro devido principalmente às questões técnicas.

"Os fundos de investimento estavam carregando muitos contratos vendidos [apostando na queda dos preços da soja]. Então eles fecharam essas posições e passaram a recomprá-las, e por isso as cotações tiveram alta, contrariando a lógica", disse.

"Com esse excesso de posições vendidas, seria natural ver alguma reação nas cotações. Os fundos também vão buscar uma nova estratégia para tentar entender até onde essa questão macroeconômica pode respingar no mercado dos grãos", acrescentou Ismael Menezes, sócio da MD Commodities.

Durante o Congresso da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) ontem, o presidente da entidade Luis Carlos Corrêa Carvalho, disse que o cenário macro é um fator a mais de pressão para as commodities agrícolas, em meio a boas projeções para as safras. Segundo ele, a desaceleração da economia chinesa e incertezas geopolíticas também são fatores negativos para as cotações do petróleo e, consequentemente, para os grãos.

"Os analistas têm falado que os Estados Unidos correm risco de recessão e que a economia chinesa cresce menos. Ao mesmo tempo, temos questões graves de conflitos, como agora no Oriente Médio. Essas coisas se somam e temos que prestar muita atenção com as commodities", disse o dirigente. *(Colaborou CSR, de São Paulo)*

Alimentar o mundo vai exigir terras de 'um Brasil'

Cenários

Fernanda Pressinott e Camila Souza Ramos
De São Paulo

O mundo precisará de "um Brasil" em novas terras agricultáveis até o fim da década para garantir o abastecimento de alimentos e combustíveis renováveis. Em números absolutos, isso significa um acréscimo na faixa entre 70 milhões e 80 milhões de hectares, área equivalente à que o agro brasileiro utiliza para a produção agropecuária, disse ontem Nelson Ferreira, sócio sênior da consultoria McKinsey, durante o Congresso da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

A empresa considerou três diferentes cenários para chegar a essa estimativa. No mais otimista, o mundo precisará de 30 milhões de hectares adicionais para que a produção cresça em ritmo suficiente para atender a demanda; no pior cenário, a necessidade será de 100 milhões de hectares. "A diferença depende de quantos extremos climáticos teremos até o fim da década e de sua intensidade", afirmou.

Para elaborar o relatório, a McKinsey fez um levantamento da expansão das terras agricultáveis desde 1930. A pesquisa revelou que o mundo tem conseguido ampliar as lavouras, mas que, no passado, isso acontecia por meio da ocupação de áreas de florestas, uma prática que tem sido combatida no contexto atual.

"O mundo, não só o Brasil, tem que acelerar a recuperação de 100 milhões de hectares em áreas degradadas", disse Ferreira. "A nossa sorte é que o Brasil está na vanguarda dessa iniciativa"

Ampliar a área dedicada à atividade agropecuária não é o único desafio do agro no mundo. Os esforços passam pela melhoria da sustentabilidade da produção de alimentos, o que não ocorre sem percalços.

Daniel Vargas, coordenador de Bioeconomia da FGV Agro, lembrou, por exemplo, que o Brasil ainda não avançou na aprovação e regulamentação do projeto que cria um mercado de carbono regulado. "Ainda não há um consenso ou uma percepção clara de por que nós queremos um mercado de carbono", disse ele durante o congresso.

A Câmara dos Deputados já aprovou o projeto de lei que cria o mercado de carbono regulado no país, mas o texto está parado no Senado. Na versão atual do projeto, o agronegócio ficou de fora da lista de setores que terão obrigatoriamente que cumprir metas de descarbonização.

Em um momento em que o protecionismo comercial tem crescido no mundo, o Brasil precisa mostrar que é um agente agregador e protagonista da bioeconomia e que é capaz de aliar o agronegócio ao meio ambiente, afirmou Luiz Carlos Côrrea Carvalho, presidente da Abag. Em menção às enchentes de maio no Rio Grande do Sul, ele disse que a tragédia mostrou que o planejamento e o respeito ao meio ambiente são fundamentais para o futuro da atividade e do planeta.

Bayer e Farmtech lançam programa para financiar compras de insumos

Crédito

Isadora Camargo
De São Paulo

A multinacional Bayer e a fintech Farmtech vão lançar hoje um programa de financiamento, o CropCredit, destinado à compra de insumos, no montante de R$ 2,5 bilhões. As duas empresas decidiram unir forças em um momento em que o mercado de insumos agrícolas passa por desaceleração, reflexo da decisão de muitos produtores de adiar ou mesmo reduzir suas compras de insumos.

Com o programa, um dos principais objetivos da Crop Science, a divisão agrícola da múlti alemã, é aumentar o fluxo de caixa e suas vendas diretas e no varejo. Marcus Arruda, diretor de finanças da Crop Science no Brasil, disse que o CropCredit deve ajudar a "descomplicar o acesso ao crédito sem friccionar o produtor em um momento de baixa das commodities".

No ano passado, em Rio Verde (GO), na fase piloto do programa, a Farmtech pré-aprovou mais de dois mil clientes da Bayer. Eles estão aptos a tomar empréstimos a partir deste mês.

Rafael Pilla, CEO da Farmtech, disse que o montante de R$ 2,5 bilhões será suficiente para dar início ao atendimento. "Os limites estão pré-aprovados para clientes-alvo da Bayer, o que garante atendimento, a partir deste mês, com todo o processo operacional e de atendimento aos clientes pronto", afirmou. Segundo ele, é possível que o programa ganhe escala.

O público-alvo do CropCredit são médios e grandes produtores que tenham demanda alta por crédito e bom histórico de pagamento. As perdas de diferentes culturas com problemas climáticos serão uma variável a ser considerada na aprovação do crédito. Produtores do Rio Grande do Sul, que sofreram com as enchentes de maio, também devem ser atendidos.

A oferta dos recursos ocorrerá após análise de CPF ou CNPJ do interessado. A plataforma consegue cruzar múltiplos dados e apresentá-los às revendas da Bayer quase em tempo real. Com essas informações em mãos, as distribuidoras darão andamento à operação comercial de maneira autônoma.

Bayer e Farmtech não revelaram as taxas de juros e os modelos de pagamento, justificando que a análise do crédito ocorrerá "caso a caso", mas disseram que as condições serão competitivas em comparação com as dos bancos. As empresas adiantaram apenas que, entre 2024 e 2025, elas farão somente financiamentos de curto prazo.

Os resultados do projeto-piloto em Rio Verde alimentam o otimismo de Farmtech e Bayer. No trabalho na cidade goiana, a oferta de crédito para as safras 2023/24 e 2024/25 chegou a R$ 40 milhões.

Como em programas de crédito que já estruturou com outras empresas, a Farmtech vai levantar os recursos para a Bayer por meio de fundos de recebíveis (ou "FIDCs") e Fiagros e em captações com bancos e family offices.

A Bayer acredita que o programa pode impulsionar suas vendas de defensivos. "O mercado [de defensivos] andou mais atrasado do que em 2023, mas já se recupera. Para nós, [o programa] será mais uma [ferramenta de] gestão de caixa do produtor", disse Arruda. No primeiro trimestre deste ano, as vendas globais da divisão agrícola da Bayer caíram 3%, para € 7,9 bilhões.

FÁBIO RISNICK/DIVULGAÇÃO

Os executivos Rafael Pilla, da Farmtech (à esq.), e Marcos Arruda, da Bayer

O **Grupo Equipav e a Aegea Saneamento** prestam sua homenagem a **Daniel Darahem**, amigo, parceiro e profissional de competência inquestionável.

Nosso profundo agradecimento pela dedicação e apoio como líder do **J.P. Morgan Brasil** à nossa jornada.

INÊS 249

Agronegócios

Por

Estratégia Reg.Ia, consórcio entre empresas e pesquisadores, quer estimular a prática no país

Cultivo regenerativo vai garantir ‘prêmio’ à soja em 3 Estados

VINÍCIUS SOUZA SANTOS/DIVULGAÇÃO

Charton Locks, da Produzindo Certo: "Tentamos fazer o mais simples, mas com o máximo de entrega de impacto"

Rafael Walendorff
De Rio Verde (GO)

A adoção de práticas agrícolas regenerativas, de cuidado com a saúde do solo, não é necessariamente uma novidade para o agricultor Charles Peeters. Desde que sua família saiu do interior de São Paulo, em 1985, e começou a cultivar grãos em Montividiu (GO), técnicas como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária, o uso de plantas de cobertura e o tratamento biológico das plantações se tornaram rotina nos 1,8 mil hectares em que ele produz soja e milho.

A novidade é que agora esse conjunto de ações será chancelado tecnicamente e premiado financeiramente pelos compradores na colheita da soja que os Peeters plantarão na safra 2024/25. A fazenda fará parte do Reg.Ia, o primeiro consórcio de agricultura regenerativa do país, lançado na semana passada em Rio Verde (GO).

O consórcio uniu Bayer, BRF, Agrivalle, Grupo Associado de Pesquisa do Sudoeste Goiano (Gapes), pesquisadores de universidades e a agtech Produzindo Certo, que atua com a adequação socioambiental de propriedades rurais no país e já tem a sustentabilidade de quase 8 mil fazendas "digitalizada" em sua plataforma.

O objetivo do Reg.Ia é estimular a adoção de práticas regenerativas do solo, a partir de um protocolo "prático e simples" que inclui itens obrigatórios e opcionais aos agricultores. Quem seguir as regras vai receber um valor extra pela soja produzida nessas áreas.

Na safra 2024/25, cerca de 30 fazendas em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais vão adotar o protocolo, com o cultivo de mais de 50 mil hectares e a produção de 200 mil toneladas de soja regenerativa. O item mandatório é ter neste momento nos talhões elegíveis alguma planta de cobertura. A semeadura do grão deverá ser feita com plantio direto de "qualidade".

O agricultor deverá optar, ao menos, por mais uma outra prática listada no cardápio do Reg.Ia: aplicação de, no mínimo, 20% de adubação orgânica; ao menos uma aplicação de defensivo biológico; redução do uso de pesticidas químicos (abaixo de 20% da média nacional) e rotação de culturas.

Todos os talhões serão georreferenciados e acompanhados com mais de 100 visitas técnicas da Produzindo Certo a partir deste mês, sem custos aos produtores. As fazendas estão na base de compliance legal e sustentável da agtech. A produção regenerativa será um diferencial aos produtores. "Estamos felizes de dar esse novo passo para validar e ajudar a formatar esse protocolo do que é a agricultura regenerativa", disse Peeters.

A soja produzida sob o protocolo será adquirida pela BRF e usada na alimentação animal. A empresa vai pagar aos produtores um prêmio mínimo de 2% sobre o valor da saca. A quantia será paga de forma separada, para o agricultor ter a percepção do recurso extra recebido.

O diferencial do consórcio é a construção conjunta, afirmou Aline Locks, CEO da Produzindo Certo. Para ela, o principal ponto foi a definição de um protocolo viável de ser aplicado pelos produtores, legitimado pelas empresas e com a transparência técnica e científica necessária para agregar valor às práticas. "Veremos um impacto significativo na sustentabilidade agrícola da América Latina nos próximos anos", afirmou.

Quatro protocolos privados foram avaliados para criar o Reg.Ia "Tentamos fazer o mais simples, mas com o máximo de entrega de impacto", disse Charton Locks, diretor operacional da agtech.

> "Estamos felizes de ajudar a formatar o protocolo de agricultura regenerativa"
> *Charles Peeters*

A Produzindo Certo fará coletas de solo para avaliação do progresso das práticas adotadas, como o estoque de carbono e a evolução da biodiversidade no solo. Não há meta de impacto, mas o trabalho servirá para orientar os próximos passos. Ferramentas desenvolvidas pela Bayer para a mensuração de carbono serão usadas no processo.

"Para compreender o impacto das práticas regenerativas na agricultura tropical é necessário somar esforços e considerar ferramentas e modelos compatíveis com as particularidades da agricultura brasileira, e que sejam operacionalmente viáveis, com um custo acessível e reconhecido pelo mercado", apontou Renata Ferreira, gerente de Novos Negócios de PRO Carbono da Bayer.

Os produtores receberão um laudo técnico ao final do processo com a comprovação da originação da soja regenerativa. A implementação será acompanhada e validada por um comitê formado por cientistas e pesquisadores da academia, representantes e especialistas das empresas do consórcio.

Os produtores não têm obrigação de usar produtos das empresas participantes do Reg.Ia. A promoção da agricultura regenerativa "é um passo fundamental para alcançar resultados sólidos em prol do meio ambiente e das pessoas", disse Paulo Pianez, diretor de sustentabilidade da BRF e da Marfrig.

Para Max Fernandes, diretor de operações comerciais da Agrivalle, o Reg.Ia "casa com tudo que acreditamos que uma empresa voltada a controle biológico tem de fazer".

A intenção é expandir o número de parceiros do consórcio, principalmente de empresas compradoras do produto final, para aumentar os incentivos pagos aos produtores. O foco está em companhias de bens de consumo, como a indústria alimentícia. Já há planos de levar o consórcio a outros Estados brasileiros e até a outros países, como a Argentina. Também haverá inclusão de outras práticas no Reg.Ia.

"O mercado de sustentabilidade não é limitado em oferta, mas em demanda. O produtor tem condição de fazer milhões de hectares de um ano para outro, mas ele tem que entender se tem mercado interessado em comprar isso", destacou Charton Locks.

Membro da diretoria do Gapes, Wendy Peeters disse que a agricultura regenerativa faz parte do DNA do grupo e que quase metade dos protocolos de pesquisa atuais já são direcionados ao tema.

O jornalista viajou a convite da Produzindo Certo

Com ressonância, startup quer dominar dendê na Ásia

Agro 4.0

Marcos Fantin
De São Paulo

A startup brasileira Fine Instrument Technology (FIT), que desenvolveu uma tecnologia de ressonância magnética para análise da produção e extração do óleo de palma de dendezeiros, quer conquistar o Sudeste Asiático, região que concentra a produção da commodity no mundo.

A FIT atuava na área de equipamentos hospitalares até 2010, quando passou a desenvolver itens para análises. Em 2013, a partir de uma parceria com o pesquisador Luiz Alberto Colnago, da Embrapa Instrumentação, de São Carlos (SP), começou a desenvolver soluções para o agronegócio.

Vendeu, então, sua primeira máquina de ressonância, chamada de SpecFit, para a Dendê do Pará S.A. (Denpasa), de Santa Bárbara do Pará. Mais de dez anos depois, a empresa comemora o avanço em países como Indonésia e Malásia.

Daniel Consalter, CEO da FIT, conta que a empresa chegou ao sudeste da Ásia em 2019, mas sofreu o impacto direto da pandemia, que eclodira naquele ano. Em 2023, a companhia voltou a concentrar esforços para a região, onde já tem hoje 10 equipamentos em funcionamento em oito extratoras de óleo de palma. Uma delas a Asian Agri, uma das maiores extratoras de óleo de palma da Indonésia, que retira a matéria-prima de 100 mil hectares de dendê.

O Sudeste Asiático é responsável por 87% da produção global do óleo de palma. A Indonésia detém 59% do total, com 47,5 milhões de toneladas, seguida pela Malásia que produz 24% ou 19,2 milhões de toneladas, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Segundo Consalter, existem cerca de 1.800 extratoras de óleo de palma no Sudeste Asiático, e o objetivo da empresa é alcançar 40% desse mercado. Isso significa vender 700 equipamentos em sete anos. "É ousado, mas temos o planejamento para isso", diz.

Alcançar 40% desse mercado significa ainda ligar a participação que a empresa tem na América Latina, especificamente no Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Costa Rica e Guatemala.

DIVULGAÇÃO

> "Meta é vender 700 equipamentos em sete anos no Sudeste Asiático. É ousado, mas temos planejamento para isso"
> *Daniel Consalter*

Segundo ele, 80% das extratoras brasileiras já utilizam o equipamento, em sua maioria no Pará, onde estão as principais indústrias de processamento de cachos de dendê para extração de óleo de palma. Atualmente, a área destinada ao cultivo de dendê no Brasil é de 300 mil hectares.

O empresário explica que o SpecFit identifica o potencial de extração de óleo, o que melhora o manejo e mostra o tempo certo de colheita. O processo não destrói a amostra e não gera resíduos. Além disso, o uso de ressonância magnética na atividade diminui as perdas na produção em 0,1% a 0,5%, diz.

Neste ano, a FIT lançou uma atualização do software que faz análise do fruto. Agora, é possível analisar o dendê inteiro, sem precisar picá-lo em pedaços.

O Specfit custa cerca de R$ 300 mil, e Consalter diz que a tecnologia não foi feita apenas para grandes extratoras. Para atenuar a barreira de entrada para pequenos produtores, a startup criou um aluguel a longo prazo. "Ele pode alugar a um custo mais acessível", afirma.

Roberto Yokoyama, presidente da Denpasa, a primeira extratora a adquirir a máquina no Brasil, afirma que o equipamento "se pagou" em cerca de um ano. A usina processa 50.000 toneladas de fruto por ano. Com a máquina, a eficiência de extração passou de 85% para 90%, o que significa 117 toneladas de óleo bruto a mais por ano, segundo ele.

Os resultados da FIT até agora indicam que Consalter fez bem em ouvir a mentoria do pesquisador Luiz Alberto Colnago, que tem mais de 30 anos de experiência. "É complicado entrar na área médica por conta do tamanho das empresas que dominam o mercado. Recomendei entrar no agronegócio pois é possível desenvolver equipamentos mais baratos. Bastava achar um nicho para desenvolver aparelhos dedicados", diz Colnago.

Após registrar alta de 40% na receita em 2023, para R$ 8 milhões, a expectativa da FIT é alcançar um faturamento de R$ 10 milhões neste ano.

Crédito
Farmtech e Bayer lançam programa para financiar compras de insumos
B7

Bancos
Bradesco chama menos provisões e mix de crédito está balanceado, diz Noronha C5

Seguros
Akad, 'insurtech' da GP Investimentos, entra no seguro de pessoas C6

Investimentos
CVM deve apresentar até o fim de setembro novo Fiagro multimercado C6

Ativos digitais
Bitcoin cai abaixo de US$ 50 mil em dia de pânico nos mercados C3

Valor C
Terça-feira, 6 de agosto de 2024

Finanças

Mercados Dados de serviços trazem alívio, mas não dissipam preocupação com economia americana

Temor de recessão dispara aversão a risco

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Os mercados globais viveram mais um dia de pânico na sessão de ontem diante dos receios de que a economia dos Estados Unidos caminha para uma recessão. O movimento de aversão a ativos de risco teve início ainda na madrugada, com a bolsa do Japão registrando o segundo pior dia de sua história, e se estendeu ao longo do dia, especialmente nos mercados acionários. No Brasil, a cautela levou o dólar a encerrar em seu nível mais alto desde março de 2021 e o Ibovespa caiu, ainda que as perdas nos ativos locais tenham sido menores que as observadas em seus pares.

O pregão foi de tensão elevada desde os minutos iniciais. Durante a madrugada, bolsas asiáticas sofreram fortes perdas, com receios de desaceleração econômica dos EUA e temores relacionados à euforia com empresas de tecnologia. O Nikkei, principal índice do mercado japonês, caiu 12,4% — maior queda desde 1987 — e o índice Kospi, da Coreia do Sul, encerrou em baixa de 8,7%.

Os mercados americanos seguiram a tendência ao longo de toda a sessão e tiveram perdas fortes. Em Wall Street, o Dow Jones caiu 2,60%; o S&P 500 recuou 3,00%; e o Nasdaq cedeu 3,43%. O Nasdaq chegou a cair mais de 6% nas mínimas da sessão, enquanto o S&P 500 teve seu pior dia desde setembro de 2022. O índice VIX, que mede a volatilidade e é conhecido como o "termômetro do medo" de Wall Street, disparou 65%, fechando aos 38,57 pontos.

Em nota enviada a clientes, estrategistas do Citi dizem que apostas que vinham sendo muito utilizadas por investidores têm se mostrado fracas agora. "Métricas de posicionamento explicam alguns dos retornos recentes em classes de ativos, o que é útil para entender vulnerabilidades em regimes de alta volatilidade. Ações do Japão eram um consenso [...] e ações na Europa, EUA e emergentes (ex-China) ainda estão sobrealocadas", afirmam.

O Citi diz ainda que posições de "carry trade" — estratégia de tomar empréstimos em países de juros baixos e investir em países de juros elevados — também estão vulneráveis, afetando moedas como o real, a lira turca e a libra esterlina.

Nesse contexto, o clima nos mercados locais era de ampla aversão a risco. Nas máximas do dia, o dólar chegou a avançar 2,71% frente ao real, tocando os R$ 5,8641. O Ibovespa, por sua vez, marcou 123.073 pontos nas mínimas, caindo 2,20%.

No entanto, dados do setor de serviços nos EUA superaram expectativas e ajudaram a esfriar a narrativa de recessão iminente na maior economia do mundo. A partir daí, houve melhora nos ativos locais, que se afastaram dos piores níveis do dia. O dólar subiu 0,56% no fim da sessão, negociado a R$ 5,7412, acumulando uma valorização de 18,31% em 2024. O Ibovespa caiu 0,46%, a 125.270 pontos.

Para Ruy Alves, gestor macro global da Kinea, ainda não há razão para crer em uma recessão nos EUA e tampouco em uma desaceleração mais brusca da economia. Na sua avaliação, as reuniões de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e do Banco do Japão (BoJ) provocaram uma readequação da percepção de risco de algumas operações mais alavancadas, o que causou a correção vista nas últimas sessões. "É errado pensar que mercado fala com os fundamentos constantemente. O mercado é movido por oferta e demanda, que, por vezes, bate com fundamento."

O executivo aposta na apreciação do real em relação aos níveis atuais. "O real tem um caminho para devolver parte do movimento anormal que teve em relação aos pares nos últimos meses", diz Alves. Segundo ele, a moeda se comportou bem até agora em meio à turbulência e mostrou-se resiliente quando comparada aos pares.

Opinião semelhante é a do estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein. Segundo ele, a princípio, a perspectiva de que o Fed irá cortar os juros em 0,5 ponto percentual é favorável a ativos de emergentes, especialmente moedas, mas há a pressão oriunda do desmonte das operações de "carry trade".

"O iene se valoriza cerca de 10% em um mês. A notícia boa é que parece que isso é um movimento conjuntural e hoje [ontem] o real conseguiu se descolar de outras moedas emergentes. Se esse desmonte de posições estiver no fim, é sinal de que o real tem potencial para caminhar para um patamar melhor. A moeda está muito acima de sua taxa de equilíbrio", diz.

Para ele uma eventual melhora do câmbio poderia ajudar a aliviar as projeções de inflação do Banco Central. "Em se confirmando o início dos cortes de juros pelo Fed em setembro e com o fim do desmonte das posições de 'carry trade', há espaço para valorização do real e isso ajudaria numa queda das projeções. E assim, o BC poderia seguir seu plano de voo de manter a Selic estável por um período longo."

Leia mais nas páginas C2 e C3

Pânico nas bolsas
Variação no dia, em %

País	Índice	
Alemanha	DAX	-1,82
Brasil	Ibovespa	-0,46
Chile	IPSA	-3,43
China	SSE Composite	-1,54
EUA	Dow Jones	-2,60
EUA	Nasdaq Composite	-3,43
EUA	S&P 500	-3,00
França	CAC-40	-1,42
Hong Kong	Hang Seng	-1,46
Inglaterra	FTSE 100	-2,04
Japão	Nikkei	-12,40
México	IPC	-0,89

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

J.P.Morgan

Homenagem a Daniel Darahem

Lamentamos profundamente a perda de Daniel Darahem, CEO do J.P. Morgan Brasil. Daniel foi um líder brilhante que guiou nosso time com foco, excelência e empatia. Em uma carreira internacional admirável, atuando em São Paulo, Nova Iorque e Hong Kong, sua paixão e dedicação foram fundamentais para o sucesso do J.P. Morgan e deixaram uma marca imensurável na nossa organização.

Sempre visionário e inspirador, Daniel Darahem é um exemplo eterno para todos nós.

Sentimos imensamente sua falta, mas seu legado perdurará e continuaremos a honrar sua memória através do nosso trabalho.

Nossos sentimentos e gratidão à sua esposa, seus filhos e família.

E para o Daniel Darahem, aplausos.

Em nome da equipe J.P. Morgan

© 2024 JPMorgan Chase & Co.

Nosso obrigado a Daniel Darahem

A partida precoce de Daniel Darahem nos deixa profundamente tristes e nos faz relembrar, com carinho, seu legado, que é único. Daniel era o tipo de líder que inspirava e construía pontes como poucos.

Sua inteligência era admirável. Daniel costumava chegar com a solução para fechar as arestas, numa postura construtiva e amigável. Generoso, ele tinha como missão genuína colaborar, contribuir para chegarmos ao melhor resultado.

Daniel era atento e tinha prazer em entender o outro, qualidade tão rara nos dias de hoje. Sempre com uma atitude positiva, ele nos ensinou a importância da dimensão humana nas relações corporativas. Foi um privilégio ter ao nosso lado, acompanhando a nossa história tão de perto, uma pessoa como Daniel Darahem. Guardaremos, sempre, suas valiosas palavras e sua amizade. Muito obrigado, Daniel.

Nosso abraço fraterno aos familiares e amigos.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

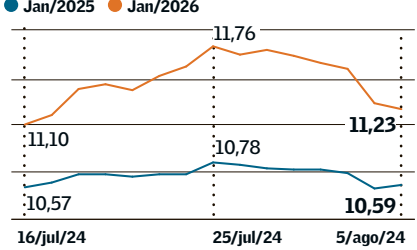
129.110
125.270
16/jul/24 5/ago/24

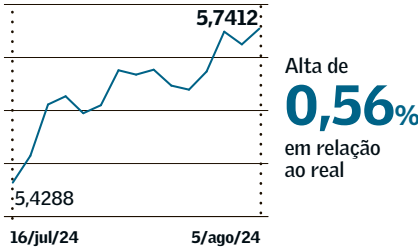
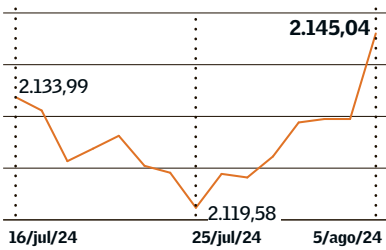
Queda de **0,46%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 5/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-2,60
S&P 500	-3,00
Euronext 100	-1,78
DAX	-1,82
CAC-40	-1,42
Nikkei-225	-12,40
SSE Composite	-1,54

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,56%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Política monetária Possibilidade de reunião extraordinária do banco central dos EUA entra no radar, mas mercado vê chance limitada

Estresse consolida aposta em corte de 0,5 ponto pelo Fed

Victor Rezende e Eduardo Magossi
De São Paulo

O processo de desaceleração da economia dos EUA, que acionou um sinal vermelho nos mercados financeiros, levanta questionamentos sobre os próximos passos do Federal Reserve (Fed, banco central) na condução da política monetária. As apostas em um corte de 0,5 ponto nos juros americanos em setembro se tornaram majoritárias e, diante do estresse, alguns agentes passaram a cogitar, até mesmo, uma reunião extraordinária do banco central americano no caso a aversão a risco nos ativos financeiros se intensifique.

Dados do CME Group apontam que, no início da noite de ontem, o mercado precificava 83% de chance de uma redução de 0,5 ponto percentual nos juros, para a faixa de 4,75% a 5%, e de 17% de possibilidade de um corte de 0,25 ponto.

"O Fed, agora, verá um risco assimétrico em relação ao emprego e ao crescimento, tornando os cortes de 0,5 ponto prováveis em setembro e em novembro e deixando os riscos mais inclinados para cortes ainda mais rápidos e profundos", avalia o economista-chefe para EUA do Citi, Andrew Hollenhorst, em nota enviada a clientes. Para ele, uma reunião extraordinária do Fed "é possível, caso a liquidação dos ativos de risco continue, mas não é nosso cenário base".

O Citi foi um dos primeiros bancos a projetar um corte maior nos juros americanos, de 0,5 ponto, já em setembro. Hollenhorst lembra que, nas projeções do Fed de junho, o banco central projetava a taxa de desemprego atingindo o pico de 4,2% neste ano. Assim, o aumento do desemprego, que subiu para 4,3% em julho, começa a desafiar o cenário base do próprio Fed, o que pode ser entendido como um sinal para um "ritmo acelerado de cortes nos juros".

"Qualquer indicação adicional de uma economia em desaceleração [incluindo a taxa de desemprego permanecendo no nível atual ou subindo ainda mais em agosto] não apenas irá garantir um corte de 0,5 ponto nos juros em setembro, mas provavelmente aumentará o risco de que os dirigentes do Fed queiram prosseguir ainda mais rápido em direção a uma taxa de juros neutra", enfatiza o economista do Citi, ao apontar que um aperto das condições financeiras, derivado de uma piora nos mercados, também pode provocar maior rapidez nos cortes.

Na tentativa de acalmar os mercados, o presidente da distrital de Chicago do Fed, Austan Goolsbee, concordou que há em curso um enfraquecimento do mercado de trabalho nos EUA, mas não ao ponto de se considerar que os EUA estão entrando em recessão. Para ele, embora a política monetária esteja no campo restritiva, ela não está "extremamente restritiva". "Temos que ter cuidado em tirar conclusões".

> "Fed, agora, verá um risco assimétrico em relação a emprego e crescimento"
> *Andrew Hollenhorst*

As declarações de Goolsbee foram dadas em entrevista à "CNBC". De acordo com o dirigente, apesar dos números mais fracos do emprego, é preciso olhar para a economia como um todo para que o Fed tome as decisões. Ele citou, como exemplo, a resiliência dos gastos dos consumidores americanos.

O Citi não foi o único banco a alterar seu cenário básico para projetar um corte maior dos juros americanos a partir de setembro. Em revisão de cenário publicada ainda no domingo à noite, o economista-chefe do Wells Fargo, Jay Bryson, revelou que o banco agora espera duas reduções de 0,5 ponto nas taxas — em setembro e em novembro —, ao avaliar que a missão do Fed em colocar a inflação em direção à meta de 2% foi bem-sucedida e ao lembrar que a política monetária segue bastante restritiva.

"Dados recentes sugerem que os riscos para a parte do 'pleno emprego' do mandato duplo do Fed estão aumentando", diz Bryson. "Conforme medido pela taxa real dos Fed funds, a postura da política monetária está bastante restritiva no momento. Em nossa opinião, o Fed precisa retornar a uma postura 'neutra' rapidamente ou então corre o risco de um círculo vicioso de fraqueza do mercado de trabalho levar a um consumo menor, o que levaria a mais fraqueza no mercado de trabalho", afirma.

VINCENT ALBAN/BLOOMBERG

Goolsbee, do Fed Chicago, diz que juro não está 'extremamente' restritivo

Ontem, a taxa da T-note de dois anos apagou parte da queda vista no fim da semana passada e voltou a subir, ao passar de 3,890% para 3,937%. Já nos juros mais longos, o retorno do papel de dez anos seguiu abaixo do nível simbólico de 4%, ao ficar em 3,798%. Vale notar que, durante alguns momentos do dia, os juros curtos voltaram a ficar abaixo das taxas longas, em uma "desinversão" da curva de juros. O movimento é relevante, mas não se sustentou até o fim do dia.

Na avaliação do Wells Fargo, o Fed deve reduzir os juros até o intervalo entre 3,25% e 3,50% em meados do ano que vem, "o que está próximo do que muitos observadores, incluindo nós e vários membros do Fed, consideram neutro". O banco ainda espera que a economia americana continue em expansão diante da flexibilização monetária agressiva prevista.

Parte do mercado, porém, acredita que ainda é cedo para embarcar em um corte mais agressivo nos juros americanos já no início de um ciclo de flexibilização. Em relatório enviado a clientes, os economistas do Morgan Stanley avaliam que, "embora haja evidências claras de arrefecimento" do mercado de trabalho, ainda é muito ruidoso para justificar um corte de 0,5 ponto nos juros em setembro.

"E se a leitura do 'payroll' do próximo mês ficar abaixo de 100 mil empregos criados e a taxa de desemprego permanecer em 4,3% ou subir mais? Certamente isso colocaria um corte de 0,5 ponto na mesa, assumindo que não haja surpresas na frente inflacionária, mas não levaria o Fed a um corte entre reuniões", dizem. Para eles, seria preciso um estresse nos mercados de crédito "e não há sinais disso".

Leia mais na pág. C3

Ata do Copom já chega velha com risco de recessão nos EUA

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O risco de uma recessão nos Estados Unidos deve deixar precocemente velha a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que sai hoje. Um eventual pouso forçado da maior economia do mundo faz parte do balanço de riscos do Copom, mas as notícias negativas dos últimos dias tenderiam a exigir maior cautela na administração dos juros do que imaginavam os membros do comitê na semana passada.

O comunicado divulgado na última quarta-feira destaca o risco de "uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada" como um dos fatores potencialmente baixistas para a inflação. Mas, ao dar um novo impulso na alta do dólar, o perigo de recessão americana teoricamente também representa um risco altista para a inflação, pelo menos em um primeiro momento.

O Copom cita, entre os riscos negativos, "uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada".

O cenário mais provável é que, num primeiro momento, o Copom diga que a recessão americana aumenta a incerteza sobre o balanço de riscos da inflação. Ou seja, ficaram maiores tantos as chances de uma alta mais forte do que a esperada quanto de uma baixa acentuada.

Foi exatamente assim que o comitê agiu no segundo semestre de 2023, quando o aperto monetário pelo Federal Reserve (Fed) também provocou um ambiente muito incerto.

Se a conclusão for mesmo que está em curso uma recessão nos EUA, a tendência é que os impactos sobre o Brasil ocorram em duas etapas. Na primeira, que já está ocorrendo, aumenta a aversão de risco, e os investidores tiram dinheiro de emergentes para colocar nos mercados americanos. Um segundo passo seria quando uma eventual recessão americana, de fato, ocorresse. O Fed provavelmente cortaria os juros de forma mais acelerada do que o esperado. O Brasil seria beneficiado pelo aumento de liquidez e porque o patamar de juros por aqui ficaria mais atrativo.

Os juros mais baixos ajudariam o Tesouro americano a financiar o seu déficit público. As grandes necessidades de recursos por parte dos americanos têm sido citadas pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, como um dos fatores que podem afetar negativamente as economias emergentes.

A recessão também aumentaria o grau de ociosidade na economia global, favorecendo a desaceleração da inflação mundial. Isso ajudaria a baixar a inflação no Brasil. Mas, se os preços das commodities caírem muito, poderá ser negativo para as exportações brasileiras.

Todos esses impactos estão sujeitos a uma grande dose de incerteza, e é difícil dizer agora se significariam necessariamente uma queda na taxa Selic. Alguns economistas com passagem pelo BC ouvidos pelo **Valor** dizem que, por ora, o mais provável é que enfraqueça a tese de alta adicional de juro.

A desancoragem das expectativas no Brasil e as incertezas fiscais limitam as opções de política monetária no país. Nada disso estava no radar do Copom na quarta-feira passada, quando foi feita a sua ultima reunião. Naquele dia, o presidente do Fed, Jerome Powell, chegou a dizer que não via nenhuma evidência de uma eventual recessão nos Estados Unidos.

As notícias ruins passaram a aparecer a partir da quinta feira e, em especial, na sexta, com a divulgação de dados que mostravam um mercado de trabalho mais fraco do que o esperado.

A ata do Copom deve levar em conta o cenário visto na reunião de quarta-feira. No comunicado, o Copom listou três fatores altistas para a inflação, e apenas dois baixistas, o que fez alguns analistas econômicos acreditarem que o comitê se inclina para adotar no futuro um balanço de riscos para a inflação que pende mais para o lado negativo, apesar de o comitê não ter dito explicitamente que os riscos são assimétricos.

Como a ata do Copom envelheceu muito cedo, o mercado provavelmente ficará de olho em eventuais pronunciamentos de membros do colegiado que atualizam como vê a situação.

Desde as discordâncias ocorridas no colegiado entre maio e junho, os membros do Copom decidiram combinar antes de passar opiniões ao público externo que não fazem parte da comunicação oficial, depois de consultas mútuas.

Piora nos mercados teve avisos que foram ignorados

Análise

Victor Rezende
De São Paulo

O humor dos mercados com a economia dos Estados Unidos mudou rápido. É verdade que alguns sinais de desaceleração já eram vistos há algum tempo, mas foram todos deixados em segundo plano. Até que novos alertas foram emitidos, em um intervalo muito curto, e o resultado é a forte desvalorização dos ativos de risco desde quinta-feira passada, enquanto muitos agentes se questionam se o Federal Reserve (Fed, banco central americano) deixou os juros altos por mais tempo que o necessário.

Com as bolsas de Nova York renovando recorde atrás de recorde, os investidores já precificavam uma "perfeição" — que não veio. Nos balanços do 2º trimestre, as "big techs", que têm comandado o rali em Wall Street, decepcionaram. Tesla, Alphabet, Intel.

Se no campo microeconômico, a pulga já estava atrás da orelha, a desconfiança em torno dos rumos da economia americana aumentou após William Dudley, ex-presidente da distrital de Nova York do Fed, mudar de visão e defender que o Fed deveria começar a reduzir os juros já. O artigo de Dudley na "Bloomberg", em 24 de julho, dias antes da reunião do Fed, aumentou a apreensão, mas sem grandes efeitos, já que o discurso oficial, até aquele momento, era o de cautela na condução dos juros.

Na decisão do Fed, os holofotes se voltaram ao presidente Jerome Powell e à sinalização de que um corte nos juros em setembro estava na mesa. No entanto, o apontamento de Powell de que uma redução nas taxas já havia sido discutida na reunião de julho não passou incólume. Afinal, por que os dirigentes do Fed teriam discutido reduzir os juros já agora sem uma sinalização prévia ao mercado?

A atenção dos investidores se voltou aos dados. Na quinta, duas surpresas negativas: os pedidos de seguro-desemprego subiram acima do esperado, em um sinal de perda de força do mercado de trabalho; e o índice de atividade industrial dos EUA, medido pelo ISM, mostrou um setor em território de contração.

A criação de postos de trabalho abaixo das expectativas também chamou a atenção, mas foi a surpreendente alta da taxa de desemprego, de 4,1% para 4,3%, que ligou o sinal de pânico nos mercados.

O aumento do desemprego deixou a "regra de Sahm", que relaciona o ritmo de alta da taxa de desemprego com a chance de contração da economia americana, próxima de ser acionada. Quando a média móvel de três meses da taxa de desemprego supera em 0,5 ponto percentual a taxa mínima de nos últimos 12 meses costuma ser um gatilho de recessão.

As bolsas foram as que mais sofreram, sobretudo papéis de empresas de tecnologia. A volatilidade disparou e a busca por ativos seguros, como os Treasuries, o iene e o franco suíço, também aumentou.

O desempenho do mercado japonês assustou, com acionamento de "circuit breakers", em meio a um processo de enxugamento de liquidez e de aperto monetário de uma economia que vem há mais de dez anos apoiada em amplos estímulos. A valorização do iene tem provocado há semanas um desmonte de operações de "carry-trade", o que afeta em cheio o real.

Mas os economistas continuam a avaliar como "baixa" a chance de uma recessão nos EUA. Nas contas do Goldman Sachs, a probabilidade de uma contração na economia americana nos próximos 12 meses aumentou e está em 25%. O risco é limitado, na visão do banco, não somente pelos dados ainda positivos, mas também porque o Fed tem margem para reduzir os juros e pode fazer isso rapidamente.

Seria, porém, uma "mudança notável" na condução da política monetária, segundo Mohamed El-Erian, ex-CEO da Pimco, ao dizer que cortes de 0,5 ponto nos juros precisariam ser acompanhados por uma revisão drástica das projeções econômicas do próprio Fed.

"É certamente possível que o Fed possa ser intimidado pelos mercados e entregue um corte de 0,5 ponto em setembro", diz o executivo, ao lembrar de movimento semelhante adotado no quarto trimestre de 2018, quando a piora dos mercados levou o banco central a pausar o aperto nos juros, apesar das condições econômicas.

Revés preocupa equipe econômica

Estevão Taiar
De Brasília

O derretimento dos mercados globais observado durante a manhã de ontem é "preocupante", afirmou um integrante da equipe econômica do governo federal ao **Valor**. Outras fontes dizem que a extensão da piora ainda não está clara.

Um dos fatores citados para o tombo foi a criação de 114 mil vagal de emprego nos EUA em julho, com a taxa de desemprego subindo de 4,1% para 4,3%. As mudanças conduzidas pelo Banco do Japão, (BoJ, banco central), que elevou as taxas de juros de curto prazo da faixa de 0% a 0,1% para 0,25% também pesaram. A autoridade também vai diminuir as compras mensais de títulos do governo.

"É preocupante, já estamos contaminados", diz o integrante da equipe econômica, afirmando que "todo o movimento" de piora do mercado brasileiro na semana passada foi fruto desse contágio.

Para esse integrante, "ganha força uma leitura de que" a economia dos EUA "está desacelerando rapidamente". Isso exigiria que o Federal Reserve, o banco central americano, reduzisse mais rapidamente as taxas referenciais, hoje entre 5,25% e 5,5% anuais. Caso a piora persista é de se esperar "ações nos mercados do Federal Reserve e de outros bancos [centrais] grandes, inclusive com compras de papéis".

Outras duas fontes adotam um tom de cautela. "Ainda é cedo [para avaliar]", diz uma delas, para quem os motivos da piora ainda não estão claros. "Vamos ver se há algum fato novo ainda não divulgado ou se os mercados vão se acalmando naturalmente." Outra fonte afirma que é o momento de "monitorar [a situação] para saber a extensão e profundidade do movimento."

Ativos digitais Desmonte de operações com iene e volatilidade afetam fluxo para criptomoedas e motivam desvalorização acentuada no segmento

Pânico leva bitcoin a queda livre e apaga parte da alta no ano

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O pânico na bolsa de Tóquio também teve consequências para o mercado de criptoativos, com o bitcoin chegando a ficar abaixo dos US$ 50 mil pela primeira vez desde fevereiro, apagando grande parte da valorização no ano. Na mínima do dia, a criptomoeda bateu US$ 49.487, com recuo de mais de 17%, pressionada pelas conexões entre o mundo dos criptoativos e o das finanças tradicionais. Temores a respeito de uma possível recessão nos EUA e o desmonte de posições de "carry trade", que ganham com a diferença entre juros de diferentes países, para conversão de ienes em dólares e moedas digitais acentuaram as perdas.

A desvalorização vai contra o otimismo que o setor assumiu desde janeiro, quando a aprovação dos primeiros fundos negociados em bolsa (ETFs) de bitcoin trouxe dinheiro dos investidores institucionais para esse mercado. A moeda digital chegou a subir 74,7% até atingir a máxima de US$ 73.738. As cotações também vinham reagindo à possibilidade de vitória do candidato à presidência dos EUA, Donald Trump, visto como "cripto friendly" depois de uma série de manifestações a favor dos criptoativos. Antes da queda de ontem, o bitcoin subia 54,9% em 2024, variação que passou para perto de 29% no fechamento desta edição.

Guilherme Sacamone, líder da operação da OKX no Brasil, afirma que as chamadas de margem em operações de "carry trade" no Japão trazem um impacto significativo para o bitcoin, pois a liquidez que anteriormente fluía para os criptoativos está diminuindo. Com as taxas de juros japonesas zeradas desde 2008, investidores tomavam ienes emprestados e os convertiam em dólares para comprar títulos, ações e até criptomoedas, aproveitando-se do diferencial entre a rentabilidade recebida e o custo do capital. O aumento dos juros no Japão promovido na semana passada reduziu a atratividade deste tipo de operação. "O Federal Reserve [Fed, banco central americano] pode precisar responder com cortes de taxas para evitar um efeito dominó que poderia prejudicar ainda mais os mercados."

17%
foi a baixa do bitcoin ontem em dia de pânico nos mercados

No entanto, os analistas do setor continuam confiantes e defendem uma recuperação e defendem que a derrocada foi apenas um percalço no caminho de alta, uma vez que foi produzida por fatores extrínsecos ao mundo dos criptoativos. Ou seja, a manutenção dos fundamentos de moedas digitais como o bitcoin e o ether levariam os investidores a voltarem a comprar passado o "pânico" inicial.

O CEO global da Binance, Richard Teng, afirmou na rede social X, que a queda recente é influenciada por fatores macroeconômicos, e não é um indicativo de uma tendência de longo prazo para o desempenho das moedas digitais. "Com potenciais cortes nas taxas de juros americanas pelo Fed e volatilidade geopolítica, ainda há um potencial significativo para flutuações de mercado", escreveu Teng. Já o vice-presidente da Binance para América Latina, Guilherme Nazar, disse que uma provável redução dos juros americanos em setembro deve melhorar a perspectiva econômica dos EUA.

João Marco Cunha, gestor da Hashdex, diz que a volatilidade exacerbada em criptomoedas acaba sendo um reflexo das próprias características desses ativos, como a negociação 24 horas por dia e sete dias por semana. "É comum que alguns players que atuam tanto no mercado cripto quanto no tradicional liquidem criptomoedas em momentos assim por ser o ativo que está disponível para vender."

DIVULGAÇÃO

"[Com corte de juros] ainda há um potencial significativo para flutuações de mercado" *Richard Teng*

Contudo, o gestor lembra que da mesma forma como o bitcoin chegou a recuar até os US$ 53 mil em julho e depois seguiu em disparada até perto dos US$ 70 mil impulsionado pelos acenos de Trump, o mesmo pode ocorrer agora, mais perto das eleições.

Valter Rebelo, chefe de ativos digitais da Empiricus Research, avalia que o momento acaba sendo uma boa oportunidade para criptomoedas dentro da tese de ativos digitais como proteção contra a inflação e a impressão de dinheiro. "Diante da expectativa de recessão, logo deveremos ver injeções financeiras por conta dos bancos centrais."

Mesmo com tragédia no RS, BB Seguridade lucra R$ 2,1 bi no 2º tri

Rita Azevedo
De São Paulo

A BB Seguridade teve um aumento de lucro no segundo trimestre, apesar do impacto do desastre no Rio Grande do Sul no período. O lucro líquido da BB Seguridade foi de R$ 2,14 bilhões, uma alta de 13,3% ante o mesmo período do ano passado. O resultado obedece às novas normas contábeis para o setor definidas pelo padrão CPC 50 (IFRS 17). Em termos ajustados, o resultado foi de R$ 1,9 bilhão, 1,6% superior ao apontado nos mesmos meses de 2023.

Os prêmios emitidos de seguros caíram 4,8% no segundo trimestre de 2024 ante o mesmo intervalo do ano anterior e atingiram R$ 3,75 bilhões. A sinistralidade de abril a junho recuou 0,9 ponto percentual, para 27,2%, mesmo com os efeitos das inundações no Rio Grande do Sul, disse o diretor financeiro da BB Seguridade, Rafael Sperendio, em teleconferência com analistas. O desastre teve impacto principalmente na área de seguros agrícolas.

"Foram R$ 225 milhões de sinistros avisados, sendo 80% no agrícola ou no penhor rural", disse Sperendio. O impacto na taxa de sinistralidade que deveria ser de três pontos percentuais na taxa consolidada ficou em cerca de um ponto percentual após recuperações do resseguro. Para o diretor, não há indícios de necessidade de aumento das provisões por causa do evento.

Em previdência privada aberta, a entrada de recursos nos planos PGBL, VGBL e tradicionais alcançou R$ 12,46 bilhões, com alta anual de 1,5%. Já o índice de resgates caiu 0,7 ponto percentual, para 10,1%. Com isso, houve resgate líquido de R$ 255 milhões, ante saldo positivo de R$ 274 milhões registrado no segundo trimestre de 2023.

Na capitalização, a arrecadação caiu 9,1%, para R$ 1,49 bilhão, refletindo principalmente a menor quantidade de títulos vendidos. A receita com cota de carregamento recuou quase 16% no período. Segundo a BB Seguridade, essa dinâmica é explicada pela maior participação de títulos com prazo mais curto (12 e 24 meses) no total da arrecadação. Esses produtos, diz a administração em relatório, apresentam menor cota em comparação aos produtos mais longos, que tinham maior representatividade no fluxo do segundo trimestre de 2023.

A analistas e investidores, o diretor-presidente da BB Seguridade, André Haui, disse que a busca de novos negócios será prioridade até o fim de seu mandato, em 2025. Ele afirmou que pretende continuar a estratégia de modernização do portfólio e destacou a possibilidade de entrar na área de consórcios. "Um dos ecossistemas que estamos buscando é o de consórcios do Banco do Brasil", afirmou Haui, acrescentando que vê a possibilidade de bons resultados com seguro prestamista e em áreas como veículos.

Questionado por um analista sobre o potencial da área de consórcios, Haui estimou prêmios de R$ 500 milhões a R$ 700 milhões "dado o tamanho do negócio de consórcio dentro do Banco do Brasil." Haui assumiu o cargo no início deste ano para completar o mandato 2023-2025, iniciado por Ulisses Assis.

- Tem um papel estratégico e criativo em uma organização de qualquer tamanho;
- Quer trocar experiências com pessoas de diferentes indústrias e segmentos;
- Está trabalhando em um plano de negócios que exige criatividade e inovação;
- Busca aprender com outros líderes que estimulam o pensamento original;
- Gostaria de construir uma cultura de melhoria e aprendizagem contínuas.

CONFIRA NOSSO LINEUP:

NEIL REDDING
AUTOR E ARQUITETO DE INOVAÇÃO
GALIT ARIEL
TECHNOFUTURIST
BAYO AKOMOLAFE
FILÓSOFO
AILTON KRENAK
AMBIENTALISTA E FILÓSOFO
EDUARDO GIANNETTI
ECONOMISTA E PROFESSOR
JAHKINI BISSELINK
GEN Z EXPERT
FLOAT VIBES
TENDÊNCIAS E PSICANÁLISE
FRED GELLI
CEO TÁTIL DESIGN
JULIO CAMPOS
CEO COMPRA AGORA
CARLO PEREIRA
CEO PACTO GLOBAL
LUANA OZEMELA
VICE-PRESIDENT OF IMPACT AND SUSTAINABILITY OF IFOOD
CARLA MAYUMI
CURADORA, PESQUISADORA E ESCRITORA
FERNANDA RIBEIRO
CEO CONTA BLACK
ANDREA MARTINI
CEO BAUDUCCO

ÚLTIMAS VAGAS, GARANTA SUA PARTICIPAÇÃO.

Garanta sua vaga
PATROCINADORES
APOIO INSTITUCIONAL

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.080,0911880	0,05	0,25	5,75
IRF-M	1+**	20.475,1064770	0,15	0,88	2,68
IRF-M	Total	18.582,0438570	0,11	0,67	3,56
IMA-B	5***	9.426,5656150	0,12	0,71	5,01
IMA-B	5+****	11.589,9675780	0,05	1,88	-0,13
IMA-B	Total	10.134,4828970	0,08	1,31	2,30
IMA-S	Total	6.802,0244850	0,04	0,12	6,44
IMA-Geral	Total	8.300,5158120	0,07	0,58	4,41

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	22/07	19/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,48	31,58	33,97	29,38	34,04	31,69
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,48	25,96	25,25	24,27	26,62	25,60
Conta garantida pré - a.a.	53,30	44,61	50,19	47,85	42,32	49,46
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,50	21,56	21,70	21,65	21,80	26,32
Vendor pré - a.a.	15,74	18,83	18,08	16,40	15,46	18,04
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,69	16,37	18,46	18,22	19,78	18,95
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,21	17,08	17,14	17,78	17,66	18,20
Conta garantida pós - a.a.	24,75	25,08	23,82	24,76	24,96	25,92
ACC pós - a.a.	8,11	8,09	8,31	8,34	8,44	8,38
Factoring - a.m.	3,22	3,22	3,22	3,27	3,28	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/08/24	02/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3300	5,3800	5,3200	5,3000
1 mês	-	5,3505	5,3511	5,3512	5,3377	5,1323
3 meses	-	5,3624	5,3612	5,3612	5,3541	5,1103
6 meses	-	5,3910	5,3904	5,3905	5,3868	4,9408
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6630	3,6530	3,6630	3,6530
1 mês	-	3,6680	3,6676	3,6681	3,7256	3,4238
3 meses	-	3,7892	3,7980	3,7943	3,8635	3,2716
6 meses	-	3,8754	3,8809	3,8781	3,9133	2,9593
1 ano	-	3,9121	3,9082	3,9106	3,8915	1,9804
Euribor ***						
1 mês	-	3,611	3,596	3,630	3,635	3,615
3 meses	-	3,623	3,636	3,647	3,712	3,743
6 meses	-	3,553	3,590	3,579	3,678	3,940
1 ano	-	3,320	3,425	3,390	3,588	4,045
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,35	5,35	5,38	5,37	5,35	5,35
T-Bill (3 meses)	5,20	5,17	5,27	5,27	5,17	5,41
T-Bill (6 meses)	4,89	4,83	5,14	5,09	5,30	5,46
T-Note (2 anos)	3,94	3,88	4,40	4,26	3,88	4,77
T-Note (5 anos)	3,65	3,62	4,07	3,91	3,62	4,14
T-Note (10 anos)	3,80	3,79	4,18	4,03	3,79	4,04
T-Bond (30 anos)	4,08	4,11	4,43	4,31	4,11	4,21

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,12	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,30	11,50
CDI	0,12	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,30	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,67	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,56	8,37
IMA-B	1,31	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,30	4,38
IMA-S	0,12	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,44	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	-1,87	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-6,64	4,68
Índice Small Cap	-0,30	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-13,85	-13,36
IBrX 50	-2,17	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-5,27	6,82
ISE	0,06	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-7,54	-4,44
IMOB	-0,45	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-13,22	-8,60
IDIV	-1,39	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-2,94	11,06
IFIX	-0,36	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,26	5,25
Dólar Ptax (BC)	1,81	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	19,07	19,42
Dólar Comercial (mercado)	1,54	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	18,31	19,56
Euro (BC) (4)	3,06	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	18,03	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	2,84	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	17,18	17,68
Ouro (BC)	1,02	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,58	46,76
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,21	0,46	0,38	0,16	2,82	4,45
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 5/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 31/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.592.585,54					-12.731,23	59.146,21	256.345,49	258.521,05
RF Indexados (2)	143.448,94	0,14	1,18	3,43	7,55	-1.228,01	-5.167,41	-12.335,34	-15.170,01
RF Duração Baixa Soberano (2)	684.689,50	0,04	0,83	5,68	10,63	-12.266,47	9.426,78	39.820,98	42.515,66
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	871.205,90	0,04	0,96	6,49	12,14	-2.372,01	15.422,09	66.861,25	74.278,77
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	185.766,56	0,04	0,05	6,56	12,21	-364,15	4.555,63	77.359,98	82.577,64
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.749,28	0,07	0,96	5,24	9,23	37,01	-760,32	-3.981,98	-5.106,86
RF Duração Livre Soberano (2)	218.574,79	0,07	1,00	5,28	9,96	1.426,31	4.086,86	-11.619,38	-31.047,57
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	649.620,90	0,06	1,00	5,78	10,82	-847,86	4.511,03	-30.881,09	-42.502,01
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	381.069,09	0,10	1,25	5,80	11,29	2.944,99	14.432,32	93.347,89	139.562,96
Ações	616.545,00					-879,68	-4.356,95	-3.947,42	37.658,34
Ações Indexados (2)	10.111,65	1,18	2,98	-4,88	4,35	-182,92	-282,76	119,14	-1.023,83
Ações Índice Ativo (2)	30.444,60	1,01	2,83	-5,85	1,85	-78,13	-1.469,53	-5.315,93	-5.058,30
Ações Livre	224.215,72	1,04	2,48	-2,97	3,55	-555,03	-2.218,45	-874,36	-6.355,74
Fechados de Ações	123.333,84	0,07	-0,72	-4,91	-4,44	1,61	-304,97	-1.937,74	29.612,09
Multimercados	1.656.349,67					-4.414,70	-25.433,05	-102.986,65	-228.491,20
Multimercados Macro	142.308,06	0,24	1,48	2,16	6,07	-142,28	-8.739,14	-36.133,20	-58.008,14
Multimercados Livre	626.554,18	0,14	0,99	4,51	8,67	-3.237,28	-12.416,67	-15.922,84	-71.764,48
Multimercados Juros e Moedas	48.600,77	0,07	1,02	5,61	10,90	-263,92	-1.408,24	-9.298,77	-15.557,80
Multimercados Invest. no Exterior (2)	756.859,06	0,32	0,69	5,87	12,06	-736,11	-3.088,32	-42.709,05	-79.131,42
Cambial	6.375,94	0,21	1,40	19,96	26,07	49,28	-332,53	-681,03	-1.499,13
Previdência	1.453.366,04					304,71	3.967,32	22.782,46	40.963,94
ETF	43.863,78					-93,59	-772,76	-2.527,23	-4.213,49
Demais Tipos	2.052.293,42					143,35	16.744,66	65.694,33	70.831,17
Total Fundos de Investimentos	**7.369.085,98**					**-17.765,22**	**32.218,24**	**168.985,62**	**102.939,50**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.776.785,03**					**-7.161,77**	**46.100,90**	**80.563,11**	**142.941,58**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.196.352,48**					**-24.926,99**	**78.319,14**	**249.548,72**	**245.881,09**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/08/24	02/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,30
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8963
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,46	10,44	10,52	10,50	10,45	12,88
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,66	10,65	10,85	10,83	10,60	12,24
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,43	10,42	10,41	13,14
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,45	10,45	10,42	13,04
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,44	10,51	10,50	10,44	12,89
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,49	10,60	10,59	10,47	12,67
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,64	10,84	10,81	10,59	12,27
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,02	11,05	11,44	11,38	10,94	11,13

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.217,27	10,408	123.183	10,402	10,410	10,402
Vencimento em out/24	98.399,23	10,427	293.621	10,410	10,434	10,424
Vencimento em nov/24	97.506,21	10,455	7.230	10,448	10,460	10,456
Vencimento em dez/24	96.761,18	10,513	10.738	10,485	10,530	10,490
Vencimento em jan/25	95.932,69	10,585	1.450.304	10,510	10,615	10,575
Vencimento em fev/25	95.067,51	10,646	8.436	10,600	10,695	10,635
Vencimento em mar/25	94.263,84	10,734	1.212	10,700	10,785	10,760
Vencimento em abr/25	93.504,93	10,801	351.402	10,725	10,855	10,795
Vencimento em mai/25	92.713,71	10,855	3.852	10,785	10,905	10,845
Vencimento em jun/25	91.885,68	10,907	1.044	10,850	10,940	10,940
Vencimento em jul/25	91.088,91	10,968	571.917	10,860	11,040	10,965

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.751,54	0,16	323.025	5.730,50	5.882,50	5.736,00
Vencimento em out/24	5.768,92	0,16	50	5.764,00	5.854,50	5.764,00
Vencimento em nov/24	5.789,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.806,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.825,66	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.308,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.334,95	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.366,62	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	125.495	-0,62	129.155	123.130	126.205	126.110
Vencimento em out/24	127.535	-0,63	250	126.995	127.195	127.180
Vencimento em dez/24	129.566	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,7640	5,7646	0,49	1,81	19,07	18,59
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,7406	5,7412	0,56	1,54	18,31	17,78
Dólar Turismo (R$/US$)	5,7726	5,9526	0,37	1,61	17,93	17,64
Euro (BC) - (R$/€)	6,3150	6,3163	0,88	3,06	18,03	17,73
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2912	6,2919	1,00	2,84	17,18	17,28
Euro Turismo (R$/€)	6,3569	6,5369	0,77	2,73	16,58	17,02
Euro (BC) - (US$/€)	1,0956	1,0957	0,39	1,23	-0,88	-0,72
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	445,4405	445,4869	-0,60	1,02	38,58	46,73
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.409,26	-1,29	-1,50	16,66	24,03
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.421,75	-1,62	0,09	17,42	25,22

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/08/24	02/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.403,26	163.231,79	164.489,50	173.997,89	-0,51	-1,27	-6,66
Valor-Coppead Mínima Variância	99.035,63	100.008,60	101.224,36	93.533,91	-0,97	-2,16	5,88

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 05/08/24

Índice	05/08/24	02/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 05/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	172,70	176,12	185,23	165,54	156,41	-1,95	-6,76	4,33	10,42
S&P BNY Emergentes	325,00	330,10	350,11	312,75	303,65	-1,55	-7,17	3,92	7,03
S&P BNY América Latina	179,45	181,82	189,19	225,28	202,40	-1,31	-5,15	-20,35	-11,34
S&P BNY Brasil	177,49	179,43	186,11	232,95	202,62	-1,08	-4,63	-23,81	-12,40
S&P BNY México	279,72	284,35	295,36	331,67	321,42	-1,63	-5,30	-15,66	-12,97
S&P BNY Argentina	203,67	204,99	223,58	178,27	147,29	-0,64	-8,90	14,25	38,28
S&P BNY Chile	129,36	133,32	139,05	162,12	173,76	-2,97	-6,97	-20,21	-25,55
S&P BNY Índia	2.960,36	3.053,03	3.096,48	2.923,01	2.833,67	-3,04	-4,40	1,28	4,47
S&P BNY Ásia	198,74	202,57	218,49	189,60	183,83	-1,89	-9,04	4,82	8,11
S&P BNY China	294,77	296,12	306,01	336,11	365,07	-0,46	-3,67	-12,30	-19,26
S&P BNY África do Sul	204,55	208,71	221,65	199,87	207,25	-1,99	-7,71	2,34	-1,30
S&P BNY Turquia	34,43	35,14	36,85	22,45	21,08	-2,05	-6,57	53,32	63,31

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.270	-0,46	-1,87	-6,64	4,82
IBrX	52.885	-0,47	-1,89	-6,31	5,20
IBrX 50	21.047	-0,46	-2,17	-5,27	6,78
IEE	88.515	-1,26	-0,75	-6,78	-0,31
SMLL	2.027	-1,12	-0,30	-13,85	-14,21
ISE	3.480	-0,63	0,06	-7,54	-3,75
IMOB	877	-1,57	-0,45	-13,22	-11,32
IDIV	8.807	-0,26	-1,39	-2,94	10,67
IFIX	3.353	-0,47	-0,36	1,26	4,24
Variação % em dólares					
Ibovespa	21.731	-0,95	-3,61	-21,60	-11,61
IBrX	9.174	-0,95	-3,64	-21,32	-11,29
IBrX 50	3.651	-0,94	-3,91	-20,44	-9,96
IEE	15.355	-1,74	-2,52	-21,71	-15,94
SMLL	352	-1,60	-2,07	-27,65	-27,66
ISE	604	-1,11	-1,72	-22,35	-18,84
IMOB	152	-2,05	-2,22	-27,12	-25,23
IDIV	1.528	-0,74	-3,14	-18,49	-6,68
IFIX	582	-0,96	-2,13	-14,96	-12,10

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	24/07/24	361.907
jan/24	353.563	25/07/24	361.665
fev/24	352.705	26/07/24	361.948
mar/24	355.008	29/07/24	362.121
abr/24	351.599	30/07/24	362.220
mai/24	355.560	31/07/24	363.282
jun/24	357.827	01/08/24	364.304
jul/24	363.282	02/08/24	366.356

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/08/24	02/08/24	01/08/24	31/07/24	30/07/24	29/07/24
Índice	2.145,04	2.142,32	2.131,16	2.130,71	2.126,28	2.123,53
Var. no dia	0,13%	0,52%	0,02%	0,21%	0,13%	-0,02%
Var. no mês	0,67%	0,54%	0,02%	1,12%	0,91%	0,78%
Var. no ano	3,87%	3,73%	3,19%	3,17%	2,96%	2,82%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,3700	35,4100	0,16280	0,16300
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,7640	5,7646
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5639	36,6555	0,1572000	0,1577000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8234	0,8415
Colon (Costa Rica)	522,4750	535,0000	0,010770	0,011030
Coroa (Dinamarca)	6,8101	6,8111	0,8463	0,8465
Coroa (Islândia)	137,1900	137,4800	0,04193	0,04202
Coroa (Noruega)	11,0396	11,0461	0,5218	0,5222
Coroa (Rep. Tcheca)	23,0330	23,0630	0,2499	0,2503
Coroa (Suécia)	10,5619	10,5663	0,5455	0,5458
Dinar (Argélia)	133,9680	135,2905	0,04260	0,04303
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3054	18,8736	18,8756
Dinar (Líbia)	4,7889	4,8112	1,1980	1,2037
Direitos Especiais de Saque ***	1,3396	1,3396	7,7215	7,7223
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,5692	1,5695
Dirham (Marrocos)	9,8302	9,8352	0,5861	0,5864
Dólar (Austrália)***	0,6487	0,6488	3,7391	3,7401
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,7640	5,7646
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,8349	2,8849
Dólar (Canadá)	1,3820	1,3821	4,1705	4,1712
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,9030	6,9874
Dólar (Cingapura)	1,3225	1,3231	4,3564	4,3589
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,7640	5,7646
Dólar (Hong Kong)	7,7846	7,7857	0,7403	0,7405
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5932	0,5933	3,4192	3,4201
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7399	6,8260	0,8444	0,8553
Euro (Comunidade Européia)***	1,0956	1,0957	6,3150	6,3163
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1670	3,2304
Franco (Suíça)	0,8529	0,8530	6,7573	6,7588
Guarani (Paraguai)	7569,4000	7581,7000	0,0007603	0,0007616
Hryvnia (Ucrânia)	41,1000	41,2300	0,1398	0,1403
Iene (Japão)	143,9600	143,9700	0,04004	0,04004
Lev (Bulgária)	1,7848	1,7851	3,2290	3,2298
Libra (Egito)	49,2000	49,3000	0,1169	0,1172
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000064	0,000064
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00044	0,00044
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2761	1,2766	7,3554	7,3591
Naira (Nigéria)	1550,0000	1610,0000	0,00358	0,00372
Lira (Turquia)	33,3726	33,3826	0,1727	0,1727
Novo Dólar (Taiwan)	32,6810	32,7110	0,17620	0,17640
Novo Sol (Peru)	3,7502	3,7530	1,5358	1,5371
Peso (Argentina)	935,0000	935,5000	0,00616	0,00617
Peso (Chile)	953,9000	954,5000	0,006039	0,006043
Peso (Colômbia)	4180,9700	4186,9700	0,001377	0,001379
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2402	0,2402
Peso (Filipinas)	57,8200	57,8400	0,09965	0,09970
Peso (México)	19,3950	19,4080	0,2970	0,2972
Peso (Rep. Dominicana)	59,2800	59,6700	0,09660	0,09724
Peso (Uruguai)	40,4600	40,4900	0,14240	0,14250
Rande (África do Sul)	18,5243	18,5271	0,3111	0,3112
Rial (Arábia Saudita)	3,7534	3,7540	1,5354	1,5358
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001372	0,0001373
Ringgit (Malásia)	4,4200	4,4300	1,3011	1,3042
Rublo (Rússia)	84,8705	84,8795	0,06791	0,06792
Rúpia (Índia)	84,0180	84,0730	0,06856	0,06861
Rúpia (Indonésia)	16180,0000	16190,0000	0,0003560	0,0003563
Rúpia (Paquistão)	278,6000	278,7000	0,02068	0,02069
Shekel (Israel)	3,8295	3,8336	1,5035	1,5053
Won (Coréia do Sul)	1367,8600	1368,7700	0,004211	0,004214
Yuan Renminbi (China)	7,1300	7,1306	0,8083	0,8085
Zloty (Polônia)	3,9188	3,9200	1,4704	1,4710

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2403,51	0,01294	445,4405	445,4869

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/08/24	02/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.703,27	39.737,26	-2,60	-5,24	2,69	10,37	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.895,16	18.440,85	-2,96	-7,58	6,35	17,15	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.200,08	16.776,16	-3,43	-7,95	7,92	16,47	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.186,33	5.346,56	-3,00	-6,08	8,73	15,82	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	Feriado	22.227,63	-	-3,82	6,06	9,84	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	51.776,48	52.242,38	-0,89	-2,56	-9,78	-4,10	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.294,56	1.316,87	-1,69	-3,80	8,31	10,62	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	93.101,50	94.058,81	-1,02	3,23	60,98	166,10	34.987,30	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.098,87	6.315,46	-3,43	-5,31	-1,60	-3,08	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.989,42	28.518,56	-1,86	-5,24	7,82	18,34	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.420.522,94	1.433.349,88	-0,89	-5,79	52,79	214,57	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.398,68	1.424,08	-1,78	-6,08	0,23	2,12	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.339,00	17.661,22	-1,82	-6,32	3,51	8,70	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.148,99	7.251,80	-1,42	-5,08	-5,23	-2,27	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.293,52	32.018,82	-2,27	-7,32	3,10	9,47	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.888,56	4.015,08	-3,15	-5,85	4,88	4,21	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.563,98	2.643,23	-3,00	-6,82	12,28	30,10	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.423,40	10.672,90	-2,34	-5,80	3,18	11,26	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.341,23	1.430,90	-6,27	-9,26	3,72	1,65	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	860,44	878,91	-2,10	-6,54	9,36	11,35	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	70.008,90	72.218,86	-3,06	-5,46	15,49	29,62	53.999,23	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	78.915,84	81.648,83	-3,35	-6,44	0,58	10,42	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.467,97	6.591,00	-1,87	-3,58	1,12	7,37	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.049,01	1.065,60	-1,56	-2,56	-3,18	3,28	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.411,26	2.467,00	-2,26	-7,59	0,55	9,12	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.543,25	11.875,52	-2,80	-6,29	3,64	4,01	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.893,41	10.473,47	-5,54	-7,00	32,44	33,68	7.221,51	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.906,27	-	-	-4,59	1,63	2,07	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.577,63	80.538,56	-1,19	-3,85	3,49	3,40	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	31.458,42	35.909,70	-12,40	-19,55	-5,99	-2,28	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.859,40	8.170,40	-3,81	-5,54	0,38	4,29	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.548,83	1.581,80	-2,08	-3,85	-15,73	-25,23	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.860,70	2.905,34	-1,54	-2,66	-3,84	-13,00	2.702,19	3.288,08
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.441,55	2.676,19	-8,77	-11,88	-8,05	-6,20	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.698,36	16.945,51	-1,46	-3,73	-2,05	-14,54	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.759,40	80.981,95	-2,74	-3,65	9,02	19,84	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.059,65	7.308,12	-3,40	-2,70	-2,93	3,02	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.274,67	1.313,08	-2,93	-3,50	-9,97	-16,71	1.274,67	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	19.830,88	21.638,09	-8,35	-10,67	10,60	17,73	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Balanço Resultado do trimestre veio um pouco melhor que o esperado e analistas apontam que banco iniciou trajetória gradual de recuperação

Bradesco tem queda da inadimplência e vê caminho de retomada

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Noronha: "Estamos chamando menos provisões e o mix de carteira de crédito está bem balanceado"

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

Seis meses depois de apresentar ao mercado um plano de reestruturação, o Bradesco encerrou o segundo trimestre com sinais mais claros de melhora. Os resultados, divulgados ontem, ficaram acima do projetado por analistas, as provisões para devedores duvidosos (PDD) caíram e a margem com clientes voltou a subir. Embora haja dúvidas sobre o ritmo da recuperação, as ações PN do banco subiram 7,51% ontem, em um dia em que o Ibovespa caiu 0,46%.

O Bradesco obteve lucro líquido de R$ 4,716 bilhões no segundo trimestre, alta de 12% ante o trimestre imediatamente anterior e avanço de 4,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado veio acima das projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontavam um ganho de R$ 4,380 bilhões.

A margem financeira bruta somou R$ 15,580 bilhões, com alta de 2,8% ante o trimestre anterior e recuo de 5,9% em 12 meses. A margem com clientes, que reflete as operações de crédito, foi de R$ 15,255 bilhões, com alta de 5% após três trimestres de queda. Na comparação anual, houve recuo de 8,4%. Já a margem com o mercado, que inclui tesouraria, ficou positiva em R$ 325 milhões, com queda de 48,4% em relação ao primeiro trimestre e revertendo saldo negativo de R$ 96 milhões no segundo trimestre de 2023.

A carteira de crédito subiu no período, enquanto a inadimplência caiu em todos os segmentos. O presidente do Bradesco, Marcelo Noronha, que assumiu o cargo há nove meses, afirmou que a carteira está crescendo "em linha com o mercado" e que a instituição está com "um apetite de risco moderado, com o pé no chão". "Não tem nenhum desvio", disse. "Estamos chamando menos PDD e o mix de carteira está bem balanceado."

O banco fechou junho com R$ 912,092 bilhões na carteira de crédito expandida, alta de 2,5% em três meses e de 5% em um ano. A área de pessoas físicas avançou 5,7% em 12 meses, para R$ 381,775 bilhões, impulsionada pelas linhas de financiamento imobiliário. O portfólio de empresas, por sua vez, ficou em R$ 530,317 bilhões, avanço anual de 4,5%, com destaque para capital de giro e financiamento ao comércio exterior.

A inadimplência mostrou sinais positivos. Era de 4,3% no fim de junho, ante 5% em março e 5,9% em junho do ano anterior. A taxa de calotes de pessoa física ficou em 5,2% no fim de junho, ante 5,5% em março e 6,7% no fim do segundo trimestre de 2023. No caso de grandes empresas, o indicador caiu para 0,2%, de 1,5% e 1,9%, na mesma base de comparação. Em micro, pequenas e médias empresas, ficou em 5,4%, vindo de 6,4% e 7%.

Segundo o banco, houve melhora no indicador pelo quarto trimestre consecutivo, refletindo "a qualidade das novas safras, que tendem a apresentar um menor nível de atraso". Enquanto isso, as despesas líquidas com PDD ficaram em R$ 7,290 bilhões, com queda de 6,7% ante o trimestre anterior e 29,3% em 12 meses.

Noronha destacou ainda que as despesas operacionais cresceram em linha com as expectativas da instituição e com a aceleração do processo de enxugamento da rede física de atendimento. Elas somaram R$ 14,446 bilhões de abril a junho, com alta de 8,3% no trimestre e 10,6% em 12 meses. Ao longo do primeiro semestre, o banco fechou 626 unidades, entre agências e postos de atendimento. E, segundo o executivo, há espaço para mais reduções. "Temos de ter um nível de servir adequado."

> O banco fechou junho com R$ 912,092 bi na carteira de crédito expandida, alta de 2,5% em três meses e de 5% em um ano

O retorno sobre o patrimônio (ROE) ficou em 10,8% no segundo trimestre, ante 10,2% no primeiro trimestre e 10,9% no segundo trimestre do ano passado. Ao ser questionado sobre as perspectivas para o indicador, o executivo afirmou que o banco vai entregar melhora na rentabilidade o "mais rápido que puder". "Mas não fazemos prognóstico de datas."

A área de seguros teve lucro recorrente de R$ 2,197 bilhões, alta de 12,7% no trimestre e queda de 7,4% em 12 meses. O presidente da unidade, Ivan Gontijo, reafirmou a projeção para este ano, que prevê crescimento de 4% a 8% no resultado operacional. No primeiro semestre, o crescimento foi de 1,5%, bem abaixo desse intervalo, mas o executivo afirmou que o segundo semestre costuma ser melhor. "Podemos olhar de maneira prospectiva, positiva, para o topo do guidance."

Noronha afirmou ainda que deve apresentar nos próximos meses o novo modelo de atendimento do banco para alta a renda. Neste mês, também deve ser anunciada a contratação de um novo diretor executivo na área de tecnologia. O presidente do Bradesco não deu detalhes sobre o novo nome, mas disse que se trata de um executivo com ampla experiência internacional.

Analistas destacaram sinais de recuperação no balanço do banco. "O Bradesco apresentou resultados positivos acima dos nossos números e consenso. Vale destacar o crescimento da carteira de crédito e, por fim, o crescimento da margem com clientes após três trimestres de queda", disse a XP. O Goldman Sachs lembrou que o ROE aumentou para o maior nível desde o terceiro trimestre de 2022. "O principal motor foram as provisões menores, que caíram 7% no trimestre e ficaram 16% abaixo da nossa previsão, à medida que a qualidade dos ativos mostrou boas tendências."

Para o Citi, os números sugerem uma recuperação lenta, o que pode limitar as surpresas positivas este ano. "O crescimento da carteira reflete um apetite moderado ao risco (abaixo dos pares), o que se mostra nas tendências da margem financeira, que ainda está abaixo do guidance", acrescentou. Segundo o Itaú BBA, a manutenção do guidance indica que os resultados trimestrais vão continuar melhorando e que o lucro do Bradesco neste ano deve ficar em torno de R$ 18 bilhões. "No geral, os resultados indicam que o Bradesco está no caminho certo para melhorar a atividade empresarial e restaurar a lucratividade."

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO
ERRATA

Protocolo: 22.034.955-0
Pregão Eletrônico nº 603/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Guaratuba e Pontal do Paraná.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Exmo. Sr. Secretário da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 22 jul. 24 às 15h41min
Abertura: 19/08/2024 às 09h
O edital encontra-se à disposição no portal https:// www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 603/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br UASG nº 453079 - SESP-PR

INÊS 249

Investimentos Mercado precisa se aproximar do agronegócio, diz presidente da autarquia

CVM deve entregar novo Fiagro até o fim de setembro

Victoria Netto
Do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR

Nascimento: "Se grandes participantes do agro financiarem produção por meio do mercado de capitais, abrem espaço no Plano Safra para pequeno e médio produtor"

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, afirmou ontem que a autarquia deve anunciar até o fim de setembro a versão definitiva do Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) multimercado. O tema é uma das prioridades da agenda regulatória deste ano.

"Em se confirmando as nossas premissas, vamos entregar até o final de setembro a regra final do Fiagro", afirmou Nascimento durante o 23º Congresso Brasileiro do Agronegócio, em São Paulo.

Nascimento explicou que a nova norma substituirá a resolução CVM 39, publicada em caráter experimental em 2021, e que possibilitou o desenvolvimento inicial do segmento. A versão final do Fiagro será o anexo 6 da resolução CVM 175, que dispõe sobre os fundos de investimentos.

"Queremos entregar um trabalho cuidadoso, que foi iniciado em 2022 e submetido à audiência pública em 2023. Os ciclos da agenda regulatória são longos, porque são feitos com muito diálogo, escuta ativa. O regulador não surpreende ninguém com as suas regras, ele constrói isso com o mercado, o que traz muito mais legitimidade", afirmou.

O presidente da CVM destacou que, desde o começo de sua gestão, em 2022, priorizou a aproximação do agronegócio com o mercado de capitais, inclusive com a criação de uma superintendência dedicada ao agro. Ele disse que foi criado o projeto "Agro Capitais", uma espécie de CVM itinerante, que percorreu os interiores do Brasil.

Segundo Nascimento, a autarquia chegou à conclusão de que o mercado de capitais precisava se adequar ao agronegócio, simplificando a linguagem, com especial atenção ao Fiagro.

"Quem escuta falar do agronegócio no mercado de capitais escuta uma sopa de letrinhas: é o CPR Verde, o CRA, o CDCA, e o Fiagro tem a capacidade de simplificar todo esse diálogo na medida em que pode ter dentro dele várias teses de investimento que compreendam todos esses produtos, ele tem sido um sucesso desde a sua concepção inicial", afirmou.

> "Já são mais de 500 mil investidores pessoas físicas que têm cotas de Fiagro"
> *Fabiana Perobelli*

Nascimento observou ainda que o agro representa cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, enquanto corresponde a apenas 5% dos investimentos no mercado de capitais, de acordo com estudo conduzido pela CVM. "Acredito que um dos setores que mais crescerão no mercado de capitais será o agronegócio, considerando o descompasso entre a participação do setor no PIB e a exposição que tem hoje no mercado."

Para Nascimento, o Brasil dependeu por muito tempo do Plano Safra e, ainda que isso seja compreensível, a aproximação do agronegócio com o mercado de capitais tem uma função social importante.

"Se os grandes participantes do agronegócio financiarem a sua produção por meio do mercado de capitais, eles abrem espaço no Plano Safra para o pequeno e para o médio produtor. Isso é uma pauta importante para a CVM, que entende que o crescimento econômico do país passa por políticas públicas bem feitas e inclusivas, e a inclusão tem tudo a ver com o mercado de capitais, que é de todos", disse.

Nascimento dividiu o painel com o superintendente de relacionamento com clientes da B3, Fabiana Perobelli, o professor da Escola de Economia da FGV em São Paulo, Daniel Vargas, a produtora rural e ativista do bem-estar animal, Carmen Perez, e o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Perobelli ressaltou que há "muito apetite" para esse tipo de investimento no Brasil. "Já são mais de 500 mil investidores pessoas físicas que têm cotas de Fiagro, instrumento que democratizou o acesso do investidor ao agronegócio. Hoje já tem Fiagro sendo negociado a R$ 10."

A superintendente da B3 destacou ainda que o mercado de capitais não é só para os grandes produtores e investidores, e que o desafio é facilitar a comunicação para que os pequenos entendam o que são esses instrumentos e como podem se financiar com eles.

Perobelli afirmou que também há uma grande procura por projetos ambientais. "Só de títulos verdes já foram R$ 120 bilhões nesse primeiro semestre. Há alguns projetos que, dependendo do impacto ambiental, a empresa consegue uma taxa de juros muito diferenciada."

Seguradora da GP entra no ramo de pessoas

Liane Thedim
Do Rio

DIVULGAÇÃO

> "Agora, capitalizados, podemos explorar novos mercados",
> *Danilo Gamboa*

A Akad, insurtech da GP Investimentos, está entrando no ramo de seguro de pessoas. Para começar, a empresa está fazendo apólices de acidentes pessoais, o produto mais simples do segmento, mas nos próximos meses começa a vender seguros de vida, mais complexos. Até então, a companhia só atuava no ramo empresarial. Em abril, a seguradora recebeu aporte de R$ 110 milhões da americana Valor Capital e fundos como Actyus e Endeavor Catalyst. "Agora, capitalizados, podemos explorar novos mercados", diz Danilo Gamboa, CEO da Akad.

Segundo o executivo, em 2023 a seguradora movimentou R$ 1 bilhão em prêmios de 250 mil apólices e, nos últimos três anos, vem crescendo a um ritmo de 40%, num ramo dominado por seguradoras de bancos e muito baseado em confiança na instituição, mas com um histórico muito modesto de inovação. "Como ainda há muito campo a explorar, temos potencial de manter esse crescimento nos próximos cinco anos."

O foco, comenta o executivo, é atender melhor os corretores que trabalham com empresas para permitir agilidade na hora de fechar o negócio. Cerca de 80% das apólices já são emitidas de forma automatizada, o que permite ganho de produção e, portanto, de renda. "A cotação é emitida na hora, uma agilidade permite que o corretor visite mais clientes em um dia, por exemplo."

Como o alvo são as pequenas e médias empresas, a velocidade trazida pela tecnologia também atrai os segurados, já que a indenização é liberada rapidamente, após passar pelo sistema de prevenção a fraudes. "As maiores companhias têm apólices customizadas, num processo diferente. Nosso tíquete médio fica entre R$ 1 mil e R$ 2 mil."

A Akad antes era a operação brasileira da seguradora americana Argos, uma das cinco maiores de transportes e responsabilidade civil profissional. A GP Investimentos comprou a unidade por cerca de R$ 160 milhões e investiu em tecnologia e inteligência artificial. A marca mudou há dois anos e hoje conta com equipe de tecnologia própria com mais de cem pessoas. "Nesse período investimos na construção da credibilidade junto a um conjunto de parceiros e corretores", diz o executivo.

Num segmento tão concentrado em bancos de varejo, Gamboa ressalta que os canais alternativos, como fintechs e empresas, são importantes para driblar esse domínio. A Akad trabalha com 12 mil corretores, que trazem oportunidades de venda além do seguro empresarial. "Os próprios corretores demandaram a oferta de produtos em outros ramos", conta.

A carteira de acidentes pessoais começa com 500 mil clientes, vindas de uma empresa que agora vai centralizar a operação na Akad — Gamboa afirma que o nome dessa companhia ainda não pode ser revelado. Além disso, a insurtech se tornou parceira da Stone há um ano. Enquanto a empresa que tinha o acordo anterior demorava 30 dias para emitir a apólice, diz Gamboa, com a Akad hoje isso é feito na maquininha de cartão. "A Stone tem força de vendas que abrange outros produtos pelo site, por exemplo, no momento da compra da maquininha."

O novo normal das emissões sustentáveis do Tesouro

Palavra do gestor

Marcella Ungaretti

Ver seu dinheiro render e, ao mesmo tempo, financiar programas com impactos ambientais e sociais positivos. É essa a crescente aposta de governos, empresas e investidores ao redor do mundo. Será esse o novo normal? No Brasil, tudo indica que sim, principalmente após a 2ª emissão do título soberano sustentável do país captar (novamente) US$ 2 bilhões no mercado internacional.

Primeiro, é preciso entender: o que torna um título sustentável? Neste caso, o uso dos recursos deve estar lastreado em despesas orçamentárias que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável do país. Em outras palavras, são projetos que visam desde reduzir o desmatamento e promover as energias renováveis, até aumentar a igualdade de gênero.

A ideia de poder ter retornos não somente financeiros, como também contribuir para uma agenda verde no Brasil, parece agradar aos investidores estrangeiros e reforça a estratégia do país em direção às finanças sustentáveis.

O movimento não é de hoje. Em 2019, o Chile se tornou o 1º país da América Latina a emitir um título soberano sustentável. Desde então, outros países como Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e México também entraram no mercado, somando 30 emissões até 2023, acumulando US$ 49,9 bilhões.

No Brasil, a 1ª emissão soberana verde ocorreu no final do ano passado, arrecadando US$ 2 bilhões no mercado internacional. A resposta dos investidores surpreendeu, com a demanda pelos títulos superando em três vezes as expectativas iniciais. Tamanho interesse gerou expectativas para futuras emissões, e o governo brasileiro — que já vinha sinalizando esse movimento — aguardou uma janela de mercado para avançar com mais uma emissão. No fim, o movimento inaugural em 2023 foi visto como o início de um caminho promissor para as finanças sustentáveis no país.

Em junho, o Brasil anunciou a sua 2ª emissão sustentável, captando novamente US$ 2 bilhões. Embora mais detalhes sejam aguardados, os recursos levantados serão direcionados para projetos como: energia renovável, transporte limpo, adaptação às mudanças climáticas, redução da pobreza e acesso à infraestrutura básica. Em última instância, tais emissões, além de serem fundamentais para canalizar recursos, possuem papel de aumentar a parcela da dívida em moeda estrangeira.

Embora as emissões soberanas envolvam políticas e compromissos de cunho governamental, não podemos subestimar os seus impactos positivos adjacentes no mercado corporativo. De forma geral, elas têm o potencial de destravar novas emissões de empresas, conferindo maior legitimidade para um mercado em desenvolvimento. Sob um olhar, tais captações evidenciam o quanto os investidores internacionais estão dispostos a pagar pela agenda verde brasileira. Sob outro, elas também elevam o padrão do mercado, servindo como referência e ajudando a destravar oportunidades para os agentes privados.

Só na América Latina, as emissões sustentáveis somaram cerca de US$ 55 bilhões em 2023, 28% das emissões totais. Esse número é 12% maior do que o mesmo percentual de 2022, e 560% maior quando comparado a 2019. Globalmente, o valor chegou a US$ 930 bilhões no ano passado, com expectativas de crescimento em 2024.

O que esperar adiante? Agora, o mercado aguarda por mais detalhes sobre como esses recursos serão aplicados. A expectativa é que o governo divulgue mais informações sobre os projetos específicos que serão beneficiados, bem como os critérios de seleção e o impacto esperado dessas iniciativas. Em um país com tantas demandas ambientais e sociais — desigualdade, desmatamento, riscos climáticos — essa transparência é crucial para manter a confiança dos investidores e garantir que os recursos sejam alocados de forma eficaz.

Olhando para frente, a emissão de títulos sustentáveis pelo Tesouro Nacional representa um marco importante. À medida que o país continua a explorar tal estratégia, há um potencial significativo para que as finanças sustentáveis se tornem uma parte mais integral da política econômica nacional. Esse movimento atende à crescente demanda por investimentos responsáveis e tem o potencial de posicionar o Brasil na vanguarda da agenda verde. Mas existem desafios no caminho até lá.

Enquanto o mercado aguarda por mais informações sobre os próximos passos, fica evidente que as emissões sustentáveis possuem um papel crucial a desempenhar no financiamento de projetos verdes. Para os investidores, isso representa uma oportunidade-chave para fazer parte da transição mais justa que o mundo tanto precisa. Para o país, talvez esse seja o único caminho. Afinal, perder a oportunidade de liderar a agenda de finanças sustentáveis globalmente apresenta um risco alto demais.

Marcella Ungaretti é chefe de pesquisa ESG da XP
E-mail marcella.ungarettii@xpi.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

INÊS 249

TRT-SP
Definição de idas ao banheiro pelo empregador não gera dano moral
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Transação tributária individual aos hospitais privados
E2

TJDFT
Mulher indenizará por violência contra animal
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Penal Mesmo que o objetivo seja um processo ou investigação criminal, é necessária autorização prévia por meio de decisão judicial, diz 2ª Turma

STF proíbe Ministério Público de pedir dados fiscais à Receita Federal

Marcela Villar
De São Paulo

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) impediu o Ministério Público de pedir diretamente à Receita Federal dados fiscais de contribuintes para usar em investigações e ações penais. Por unanimidade, os ministros entenderam que é preciso autorização judicial para obter as informações, protegidas por sigilo pela Constituição Federal.

A decisão reforça entendimento firmado pelo STF, em repercussão geral, no ano de 2019, de que só a Receita pode enviar relatórios e informações sobre os cidadãos. Mas o contrário não se aplicaria — ou seja, não poderia encaminhar dados solicitados.

A decisão da 2ª Turma diverge de outra recente, da 1ª Turma, de relatoria do ministro Cristiano Zanin (Rcl 61944), segundo especialistas. Ela permitiu à polícia pedir dados bancários diretamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Para advogados, como a proteção constitucional é a mesma, o entendimento da 2ª Turma deveria ser adotado pelos ministros da 1ª Turma.

Criminalistas também dizem que as polícias, delegados e Ministérios Públicos costumam usar esse "caminho mais curto" de requisitar informações aos órgãos fiscais sem intermédio de juízes. Contudo, essa saída, acrescentam, pode infringir direitos garantidos por cláusula pétrea da Constituição, como à vida privada e à intimidade, previstos no artigo 5º. Algumas investigações, sobretudo as que envolvem lavagem de dinheiro, destacam, seriam baseadas nesses pontos.

No agravo julgado pelo STF, o Ministério Público Federal (MPF) defendeu que a Corte Superior já se manifestou "reiteradamente, no sentido de reconhecer a licitude do compartilhamento de dados entre autoridades públicas". O MPF argumentou que o artigo 8º da Lei Complementar nº 75/1993 "dispõe sobre o poder requisitório do Ministério Público, sendo vedada a oposição, sob qualquer pretexto, de exceção de sigilo sobre dado que lhe deva ser fornecido".

O **Valor** procurou o MPF, a Polícia Federal (PF) e a Polícia Civil de São Paulo, que não comentaram oficialmente a questão. Em nota, a Polícia Civil disse que "atua conforme as leis vigentes, em questões exclusivamente de Polícia Judiciária". Já a Receita não comenta decisões judiciais. Uma fonte da PF informou que a instituição não usa esse caminho para obtenção de provas. "A gente sempre pede [os dados fiscais] via judicial. A gente sabe que se pedir diretamente para a Receita, vai ser anulado."

Os ministros da 2ª Turma negaram um segundo recurso do MPF e mantiveram decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que declarou nulas as provas obtidas pela acusação. Nesse caso, que está sob sigilo e envolve suposto crime de estelionato e falsidade ideológica, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) havia entendido ser legal o método usado pelo MPF, que pediu diretamente ao superintendente da Receita seis declarações de Imposto de Renda do acusado, familiares e de diversas pessoas jurídicas.

No voto, o relator, ministro Edson Fachin, lembrou do Tema 990 (RE 1055941), em que foi permitido ao Fisco compartilhar relatórios de inteligência financeira da UIF e de procedimentos fiscalizatórios com o MP sem aval judicial. O inverso, porém, não se aplica.

"Em que pese o Supremo Tribunal Federal tenha autorizado o compartilhamento de relatórios de inteligência financeira da UIF e de procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com os órgãos de persecução penal, não permitiu que o Ministério Público requisitasse diretamente dados bancários ou fiscais para fins de investigação ou ação penal sem autorização judicial", afirma Fachin, no voto (RE 1393219).

Ana Carolina Piovesana, sócia do Oliveira Lima & Dall'Acqua Advogados e especialista em direito penal econômico, que atuou no caso, diz que a decisão não proibiu o Ministério Público de ter acesso às informações fiscais, apenas reforçou limites previstos na Constituição. "Os dados de natureza fiscal podem ser acessados, desde que exista autorização da Justiça", afirma.

Ela também entende que o STF garante que apenas informações necessárias à investigação ou ao processo criminal serão acessadas. "A intervenção judicial funciona como uma espécie de filtro, uma barreira, impedindo que ocorram devassas indiscriminadas na vida privada dos cidadãos", diz Ana Carolina.

DIVULGAÇÃO

> "A intervenção judicial funciona como uma espécie de filtro"
> *Ana C. Piovesana*

Segundo a criminalista Luiza Oliver, sócia do Toron Advogados, o resultado do Tema 990 provocou muitas discussões e interpretação divergente pelo MP. "A Receita enviar relatório sem decisão judicial é completamente diferente do que o MP está fazendo de, no curso de uma investigação ou de uma ação penal, deixar de pedir quebra de sigilo e dar um 'by pass', tangenciando determinações legais que resguardam o sigilo fiscal para pedir acesso direto a declarações de imposto de renda", afirma. "Não é uma via de mão dupla."

Na visão dela, o entendimento de Fachin está correto, mas há um contrassenso com a decisão da 1ª Turma, de relatoria do ministro Zanin. "O STF está entendendo que existe um resguardo maior nas informações fiscais do que nas informações bancárias, que têm a mesma proteção", avalia.

Ela reforça que o Judiciário precisa atuar como mediador nessas situações, ponderando se há indícios suficientes para determinar a quebra do sigilo fiscal ou bancário. "Senão, ninguém tem mais sigilo nenhum e nem a intimidade preservada", conclui.

O advogado André Coura, sócio e fundador do Coura e Silvério Neto Advogados, afirma que a investigação criminal, nos últimos anos, tem sido muito centrada em questões patrimoniais e os órgãos de acusação nem sempre têm obtido autorização judicial para acessar os dados. "O fato chega e, muitas vezes, a investigação já começa com ofício à Receita Federal, ao Coaf, tudo de uma vez", diz.

Para Coura, sem o aval do juiz, o que se tem é uma "carta branca" para as instituições de investigação. "Tem se usado o argumento do Tema 990 como uma autorização lato sensu para o MP e para a polícia requisitarem essas informações a bel prazer", afirma.

A solução para esse tipo de medida, acrescenta, é entrar com um habeas corpus para desentranhar as provas obtidas de forma ilegal. Como na primeira e segunda instâncias, as decisões têm admitido o aproveitamento dos dados, "tem que buscar subir para o STJ e STF". Se a acusação for baseada apenas nessas provas, diz Coura, o caminho é o arquivamento do processo criminal ou a nulidade da investigação. "É o preço que se pega pela democracia", completa.

O STF deve retomar a discussão sobre o compartilhamento de dados fiscais para fins penais quando julgar uma ação proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), de relatoria do ministro Dias Toffoli. Ainda não há data para julgamento (ADI 7624).

Destaque

Trabalhador rural

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, a partir da análise das funções exercidas, que um tratorista da usina de cana-de-açúcar São Martinho S.A, em Pradópolis (SP), deverá ser enquadrado como trabalhador rural, e não urbano. Com isso, fica afastada a prescrição quinquenal reconhecida anteriormente em sua reclamação trabalhista. Até a entrada em vigor da Emenda Constitucional 28/2000, o trabalhador rural tinha até dois anos para entrar na Justiça do Trabalho, mas os direitos eram imprescritíveis. Ele podia reclamar direitos de todo o contrato de trabalho, enquanto, no caso dos urbanos, a reclamação só podia abranger direitos dos cinco anos anteriores. A emenda, porém, equiparou trabalhadores rurais e urbanos, estabelecendo como regra a chamada prescrição quinquenal. O tratorista foi contratado em 1992 e dispensado em 2003. No ano seguinte, apresentou a ação, em que pedia diversas parcelas, como horas extras e de deslocamento, relativas a todo o período. O pedido foi deferido pelo juízo de primeiro grau, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) limitou a condenação a 1999 — ou seja, aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação (E-ED-RR-156700-36.2004.5.15.0029).

Contribuinte obtém no Carf nova vitória sobre IRRF

Beatriz Olivon
De Brasília

O contribuinte conseguiu derrubar, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), outra argumentação adotada pela Receita Federal para cobrar Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos remetidos a cotistas estrangeiros de Fundo de Investimento em Participações (FIP). O julgamento foi realizado pela 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, que já havia desconsiderado, em outros casos, a alegação de pagamento a beneficiário não identificado.

Desta vez, em julgamento que beneficia a administradora do fundo RW Brasil FIP, os conselheiros entenderam que não se aplicaria também o argumento de que se perde o benefício da alíquota zero quando o cotista titular, isoladamente ou com pessoas a ele ligadas, tem 40% ou mais das cotas emitidas pelo fundo. Esse requisito está no artigo 3º da Lei nº 11.312, de 2006, que exige ainda que o beneficiário não esteja em paraíso fiscal.

A autuação cobra R$ 243,6 milhões — R$ 81,87 milhões de IRRF, referente a 2014, mais multa de 150% e juros de mora. Nela, a Receita Federal alega que, apesar de os investidores serem residentes fora do país, estariam sob controle comum e representariam grupos econômicos, detendo, em conjunto com pessoas a eles ligadas, 40% ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo fundo. A fiscalização no caso, segundo especialistas, considerou "pessoa ligada" ao cotista o próprio gestor do fundo.

O outro motivo para a autuação já foi afastado pela turma em outros julgamentos: a que exige a perfeita identificação do investidor, seja ele residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior. Para a Receita, é condição essencial para a identificação do regime tributário aplicável.

A decisão foi unânime. No voto, o relator, conselheiro José Eduardo Dornelas Souza, afirma que a legislação traz um conceito específico de parte ligada, que deve ser devidamente observado. "Quer se adote a definição de controle ou a de influência significativa, ambas incluídas no artigo 243 da Lei das SA, em nenhum caso se pode entender que o mero gestor do patrimônio do fundo, terceiro contratualmente vinculado, seja definido como parte relacionada", afirma ele, no voto.

O dispositivo da lei societária, segundo o relator, pressupõe que exista efetiva participação societária entre empresas. Para existência de relação de controle societário, acrescenta, exige-se que a controladora detenha direitos de sócio sobre a entidade controlada que lhe assegurem a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

DENIO SIMOES/VALOR

> "O fiscal considerou como 'pessoa ligada' ao cotista o próprio gestor"
> *Leandro Cabral*

No caso, depois de analisar as estruturas de investimento adotada, o relator concluiu que a forma jurídica como as relações foram contratadas, tanto no Brasil como no exterior, não altera a natureza da relação entre a gestora e os sócios investidores. "Não há qualquer equivalência com uma relação tradicional de sócio controlador e sócios minoritários, ao contrário, ressalte-se a relação em que a gestora atua como prestador de serviços no âmbito da alocação de capital dos sócios investidores que o contratam, à semelhança de gestores de recursos regulados pela CVM [Comissão de Valores Mobiliários] no Brasil", afirma o conselheiro, afastando a restrição para o aproveitamento do benefício da alíquota zero.

Ainda de acordo com o relator, a referência para a aplicação dos 40% é somente o beneficiário direto, isto é, aquele que detém as cotas do FIP. "Por mais que eventuais participações de pessoas ligadas sejam consideradas, elas somente são somadas à participação que o cotista titular das cotas possui", diz.

O beneficiário titular das cotas de que trata o artigo 3º da Lei nº 11.312, de 2006, afirma, é o cotista, primeiro nível. "É essa a pessoa jurídica que precisa satisfazer os requisitos trazidos pela lei na qualidade de cotista beneficiário, sendo incorreto, a meu ver, exigir o cumprimento dos requisitos de outras pessoas da estrutura de investimento, que sequer são cotistas do FIP", diz.

Na ausência de dolo, fraude ou simulação, acrescenta, a jurisdição do investidor direto deve ser considerada a origem do investimento, para fins de determinação do regime tributário aplicável, sendo irrelevante conhecer o beneficiário final (processo nº 16561.720001/2019-77).

Segundo o advogado Leandro Cabral, sócio no Velloza Advogados, esse caso tem alguma semelhança com outros julgados pela mesma turma por envolverem investidor não residente. Ele destaca que a Receita Federal começou a analisar mais de perto ou criticar mais o benefício da alíquota zero de investidor não residente.

No caso, acrescenta, o fiscal considerou como "pessoa ligada" ao cotista o próprio gestor do fundo. "O fiscal deu um passo que o Carf entendeu ser indevido, ao considerar pessoa ligada alguém que a própria lei não traz."

INÊS 249

Transação tributária aos hospitais privados

Opinião Jurídica

Alysson Amorim Yamasaki

Os hospitais privados possuem papel imprescindível à garantia do direito fundamental à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, garantindo que a população tenha seu acesso de forma eficiente e amenizando as dificuldades relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), como a carência de investimentos, infraestrutura, médicos e medicações, dentre outras que poderiam ser destacadas.

Para as suas respectivas sustentações econômicas, os quais muitas vezes são os únicos de uma determinado município e entorno geográfico, necessárias são as realizações das mais variadas atividades hospitalares, a exemplo, das cirurgias complexas, hotelaria com diárias sustentáveis, exames e consultas de elevadas complexidades, justamente por possuírem valores agregados em atendimentos privados ou cobertos por planos de saúde, aumentando seus faturamentos e auxiliando em seus equilíbrios financeiros.

Ocorre que muitos deles estão com dificuldades financeiras, registrando os agravamentos por conta da covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), na data 30 de janeiro de 2020, pois, à época, passaram a atender majoritariamente pessoas infectadas por referido vírus, não mais realizando os seus procedimentos rotineiros que mantinham suas atividades em patamares financeiros saudáveis.

Nesse contexto, sendo o ponto central deste artigo, além das mais variadas dívidas inerentes aos custos de seus funcionamentos, esses hospitais, na qualidade de contribuintes aos cofres públicos, estão com dificuldades ou não mais possuem condições aos pagamentos dos tributos apurados e inscritos em dívida ativa da União, acumulando valores exorbitantes de dívidas previdenciárias e demais débitos tributários.

Essa situação traz diversos impedimentos para a regularidade da atividade na área da saúde, já que tais contribuintes ficam impedidos de expedir a denominada Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), são inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), não mais conseguem créditos bancários para fazer frente aos seus custos, participar de licitações, bem como são executados no âmbito do Poder Judiciário e seus bens são constritos.

No entanto, visando afastar referidos entraves e amenizar os malefícios das partes fiscais e financeiras, existe a possibilidade de o contribuinte hospitalar verificar se os débitos previdenciários e ou demais débitos tributários, com restrições nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), podem ser objeto da denominada transação tributária federal individual, prevista no artigo 4º, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

Vale destacar que existem requisitos materiais e formais para que o hospital privado possa formalizar sua proposta, a exemplo, nos termos dos artigos 15, III, e 46, I, da mencionada norma, os débitos devem possuir valores maiores do que R$ 10 milhões inscritos em dívida ativa da União, bem como a transação tributária individual não pode implicar em diminuição superior a 65% do valor total dos créditos a serem transacionados.

Com o requerimento administrativo protocolado pelo portal Regularize, o contribuinte deverá apresentar sua qualificação, dos seus sócios, diretores, dirigentes, entre outros, assim como toda documentação suporte pertinente para celebração do acordo, consignando a contábil para fins da demonstração da sua capacidade econômica e do grau de recuperabilidade dos débitos, destacando, também, a prestação de caução para garantia dos débitos objeto de negociação, nos moldes da portaria da PGFN vigente.

Outra estratégia à negociação e que é relevante, existe a possibilidade de ser requerida a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, não mais que em valor superior a 70% do remanescente a ser pago pelo contribuinte, assim como sejam concedidas parcelas com prazo alongado de pagamento, podendo ser concedida até 120.

Como exemplo concreto, vale destacar uma transação tributária individual recentemente celebrada por hospital privado no Estado do Paraná, em que, sensibilizada por ser o único da cidade e pela comprovação de suas dificuldades financeiras, inclusive com a possibilidade de encerramento das suas atividades, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional concedeu, dentro dos parâmetros da Portaria PGFN nº 6.757/2022, um desconto maior do que R$ 20 milhões e com parcelamento alongado, permitindo a continuação dos serviços hospitalares essenciais à municipalidade de sua sede e dos municípios ao redor, já que o contribuinte conseguiu adequar os pagamentos ao seu fluxo de caixa.

Em conclusão, esses hospitais privados possuem um valioso instrumento junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para negociação das suas dívidas previdenciárias e demais débitos tributários, afastando litigiosidade, morosidade e os já citados efeitos nefastos às suas atividades, tendo como aliado na negociação o fato de que seus serviços de saúde são um direito fundamental à população, consoante expressamente previsto no Texto Magno.

Alysson Amorim Yamasaki é advogado gestor tributário e aduaneiro de Küster Machado Advogados, master of business administration em Gestão Tributária pela USP e diretor jurídico da Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19C0177076) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de março de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 4ª Emissão – (IF 19C0177076), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 119ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19F0210606) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 119ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 119ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de junho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 119ª Série da 4ª Emissão – (IF 19F0210606), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 09H0003225/ 09H0003245) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de agosto de 2009, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 15:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão – (IF 09H0003225/ 09H0003245), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 70ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13J0119972) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H30 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H30 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 70ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 70ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de dezembro de 2013, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 70ª Série da 1ª Emissão – (IF 13J0119972), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 169ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20L0653519) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 169ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 169ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 169ª Série da 4ª Emissão – (IF 20L0653519), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 126ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20H0676515) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 126ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 126ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de agosto de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 126ª Série da 4ª Emissão - (IF 20H0676515), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 68ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14B0480838) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H40 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H40 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de março de 2014, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 68ª Série da 1ª Emissão – (IF 14B0480838), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 330ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0749579) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 330ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0749579), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª EMISSÃO (IF 22D1289605 / 22D1289606) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 30 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão – (IF 22D1289605 / 22D1289606), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 83ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13A0035641) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de fevereiro de 2013, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 83ª Série da 1ª Emissão - (IF 13A0035641), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 86ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13B0036712) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H20 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H20 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de abril de 2013, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 86ª Série da 1ª Emissão – (IF 13B0036712), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 259ª E 260ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882397 / 19L0882419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19L0882397 / 19L0882419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 130ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1003755) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 130ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 130ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 130ª Série da 4ª Emissão - (IF 19K1003755), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 120ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19F0211868) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 120ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 120ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de junho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 120ª Série da 4ª Emissão – (IF 19F0211868), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 127ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20E0979858) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 127ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 127ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de maio de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 127ª Série da 4ª Emissão - (IF 20E0979858), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR
E SAIBA MAIS.

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 358ª E 359ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0968384 / 21F0968392) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F0968384 / 21F0968392), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 158ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21B0527235) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 158ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 158ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de fevereiro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 158ª Série da 4ª Emissão - (IF 21B0527235), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Allianz — ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.796/0001-66 - NIRE nº 35.300.015.444

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certificamos que a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11/12/2023 às 9h, publicada no Valor Econômico no dia 09/05/2024, foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 267.484/24-0 em 16/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 19/AGOSTO/2024, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 20/AGOSTO/2024, ÀS 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.371/0001-10** e 2º) **MASA VINTE E CINCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.381/0001-55**, venderão em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 26 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 216, LOCALIZADO NO 21º PAVIMENTO, DO BLOCO B – EDIFÍCIO COLUMBIA, DO EMPREENDIMENTO CENTRAL PARK BARUERI**, situado na Rua Sol, nº 276 e Avenida Sebastião Davino dos Reis, nº 1015, Bairro Cruz Preta, Barueri/SP, CEP: 06414-007, com as seguintes áreas: privativa 76,100m2, comum 69,669m2, já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagens, total 145,769m2 e fração ideal 0,0020900 ou 0,20900%. Matrícula imobiliária 207.295 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. CCM: 24453.42.40.0001.03.170.1. Consolidação da propriedade em 04/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 806.313,67. 2º LEILÃO: R$ 1.118.073,59.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica o Fiduciante, **Rafael Rodrigues Assunção, CPF nº 338.236.828-57**, expressamente comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA ITAQUERA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI: **6041.2024/0002267-1** - Concorrência: **90010/SUB-IQ/2024**

Objeto: **Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de revitalização na Praça Miguel Melo E Alvim, localizado Na Av. Líder X Rua Gaspar Lucena, Cidade Líder, São Paulo - SP - CEP: 08280-475** - Data/hora da sessão pública: **21 de agosto de 2024 às 09h30** - LOCAL: **Subprefeitura Itaquera - Rua Augusto Carlos Bauman, nº 851- Itaquera** - As empresas interessadas em participar da Concorrência nº 90010/SUB-IQ/2024, deverá consultar o sítio eletrônico compras.gov.br e o Edital disponível: diariooficial.prefeitura.sp.gov.br

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI **Nº 6012.2024/0005332-3** - PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 022/SMSUB/COGEL/2024**

Objeto: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, e testes de funcionamento nos Sistemas de Hidrantes Públicos Urbanos, com fornecimento de peças e equipamentos, à Prefeitura do Município de São Paulo.**

Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL -** Data/hora de abertura da sessão: **20/08/2024 às 11:00h** - Local: https://www.gov.br/compras. **UASG nº 925004** nas condições descritas no Edital - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, https://www.gov.br/compras e também através do link: https://drive.google.com/drive/folders/1mBE2nLMCL16B4KEs4ZSx1PXI9MGsxkUZ?usp=sharing

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE 01/08/2024
Nº do Processo: 024.00124341/2023-97
Interessado: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde
Assunto: Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática.

Trata o presente de procedimento preparatório visando a contratação, por Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso IX do art. 75 da Lei 14.133/2021, da empresa **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, inscrita no CNPJ nº 62.577.929/0001-35**, para a prestação de serviços especializados em informática - serviços de suporte técnico contínuo (Outsourcing) com gerenciamento e administração de ambientes em TI, contemplando: • Plataforma como serviço - PaaS Middleware com Serviços de Gestão de Middleware - Básico; • Certificado Digital; • Serviços de Suporte Técnico Contínuo (Outsourcing); • Serviços de Gerenciamento e Administração de Ambientes de TI.

Noticiam os autos que os serviços são necessários para a continuidade dos já implantados no ambiente tecnológico da Secretaria da Saúde e para garantir o correto funcionamento das plataformas, bem como a troca de dados de forma segura, suporte técnico e gerenciamento do ambiente de TI.

A contratação será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações contidas no Termo de Referência, 0019828897 e Documento de Formalização de Demanda DFD 84/2024, 0027238401, no valor total de **R$ 58.409.065,49 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e nove mil, sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)**, perfazendo o valor mensal de **R$ 2.362.840,66 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos)**.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0033504998, considerando o valor estimado da contratação, 0022933449, com fundamento no disposto no artigo 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021, e atualizações, bem como, no uso da competência destacada no Decreto nº 68.304/2024, artigo 6º, inciso VIII, **observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e a disponibilidade orçamentária, AUTORIZO a contratação, por Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso IX, do artigo 75, da Lei 14.133/2021,** da **empresa Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, inscrita no CNPJ nº 62.577.929/0001-35, para a prestação dos serviços especializados em informática** - serviços de suporte técnico contínuo (Outsourcing) com gerenciamento e administração de ambientes em TI, contemplando: • Plataforma como serviço - PaaS Middleware com Serviços de Gestão de Middleware - Básico; • Certificado Digital; • Serviços de Suporte Técnico Contínuo (Outsourcing); • Serviços de Gerenciamento e Administração de Ambientes de TI.

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR

Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais: YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO | INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO | FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 220 LOTES - DIA: 07/08/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 07/08/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 2G1F91EJ4C9179671 - 9882261CXKKC18143 - 93YRBB004KJ895003 - 9BGPB69M0DB266181 - 9BWAC03XX6P002266 - 8AD2MKFWXBG024225 - 9BGCA80X0DB105515 - 9BWKB45U1GP054937 - 9BGTT69V02B139277 - 93YLM2E1H7J707246 - 9362MKFWXAB020916 - 8AP372110F6105031 - 9BGXL75G08C727623 - KNAJT814AC7737925 - 9BGXH68809C114490REM - 9BFZF55A7D8386496REM - 9BGRX08F0BG231889 - 9BFZF54P4B8091519 - 9BD17206G83349665 - 935FCKFV88B505065 - 9BWAB01J034044251 - 9BD195102E0588330 - 9BGRZ48907G193208 - 8AFTZZFFCDJ130219 - 9C6RG3840L0008800 - 9C2JC4830PR065220 - 9C2KC2210KR016655 - 9C2HC1420FR032802 - 9C2KC2200NR227462 - 9BWAA05U7EP051173 - 93HGM2620DZ115170 - 9BWJB09N86P022198 - 9BGKL48U0KB203540 - 9BD197132E3158531 - 9BGTR08W06B105897REM - 9BFZK53A5DB464193 - 9BD17164G85271818REM - 9BWAA05U6DP116254 - 9BGKS48U0JG354459 - 9BD5781FFLY358903 - YBC201170 - 9BWAG45U0MT077996 - 9BGKS48G0GG169142 - 8AP17206LB2167387 - 9BFZF20A598339948 - 9BWAA45U5EP031902 - 9BWKA05Z064213986 - 9362PN6AYAB057538 - 9BWAB45U2GT069403 - 8AGCN48X0CR180383 - 9BWKA05Z574066680 - 9C2JC7000PR033455 - 9C2KC2500RR044286 - 9C2JC4830PR029835 - 93HFA65309Z112389 - 8AFSZZFFCEJ214272 - 9BFZF55P3C8340053 - 8AWPB05Z87A322091 - 9BD17106LA5415026 - 93Y4SRZ85LJ315060 - 9BWAA05Z394015614 - 9BGRP48F0FG292789 - 93YBSR76HDJ498822 - 9BD17164LC5745459 - 9BGJC75Z0FB121420 - 9BWDB49N2DP017175 - 9BWAA05Z5A4064835 - 9BFZD55P4FB786483 - 9BWAA05ZXA4118274 - 9BFZH55L5L8014861 - 8AP17206LA2120797 - 8AWPB45Z3CA541333 - 9BFZH55L2F8172286 - 9BWAB45ZXD4160209 - 9BHBG41DAEP101389 - 9BD15844A96222856 - KMHNU81CDAU102423 - 93YLM2N3A8J966143 - 9BGRD48X03G118175 - 9BWCB05W86P009264 - 9BD17164G85115864 - 9BWCB05X43T084622 - 9BFZE12P378860193 - 93Y5SRF84LJ913552 - 9BD27808M97151101 - 9BWAG45U7KT125541 - 9BD118144A1102091 - 9BWKA05Z684136771 - 9C2KC2210NR096046 - 9C2KC2200PR018563 - 9C2JC4830RR040658 - 9C2KC2210PR034719 - 9BD27804MC7504591 - 9BGCA80X0CB197332 - 9BD255049D8974235 - 9BWAB45Z0B4084433 - 9BFBSZGDA7B601498 - 9BFZF55A3C8309977 - 93YHSR6P5CJ167914 - 9BD110585A1525880 - 9BGXH68607C126355 - 93YLSR2VH8J022669 - 9BD17206G83422722REM - 9BD15822764815518REM - 9BGTR48J0BB316091REM - 9BD17140A85138547 - 9BWAA41J154038102 - KMHSH81DP8U279788 - 9BWKB05Z064073709 - 9BD17103G62678999 - 9BWAB05W69P097114 - 9BGAC69W08B242197 - 9362PN6AYBB013936 - 9BD17164G85192725 - 9362NKFWXCB001930 - 9BD17106G72814579 - 9BGTR69C0AB258799 - 9BWYW82768R836161 - 9BGTU75W05C135352 - 9BWCA05W68T213316 - 9362AN6A94B020436 - 3VWSH49M88M667760 - 9BWKA05Z254014596 - 9BFZK53AXCB337549REM - 94DBFAN17KB100573 - 9BWAC03X86P001942 - 9BWDA05U2CT012220 - 9BGRG08F0CG259157 - 9BWCA05X73T008041 - 3C6DFVDK4ME573903 - 9BGAJ48C09B281306 - 9BWCB05W88T117443 - 8AP17202LB2182495 - 9362NKFWXAB033542 - KNAFG521397243355 - 9C2KC1660DR533602 - 9BMWF4AW7GM000436 - 9BD195B4NJ0817187 - 9BWBH6BF8L4062657 - ME3DJELT5PV001375 - 93Y5SRF84JJ195301 - 3HGRM2870CG500493 - 9BWDL5BZ9NP021001 - 8A1LZBW2TBL802534 - 9535PFTE2NR033804 - 9BGED76B0RB108734 - LJ12FKS27E4500850 - 935FCKFVYBB503995 - 93HRV2890JZ229304 - 9BFZH55L5J8138142 - 9C2MC4400KR031225 - 8AD4DRFJVDG040376 - 9BD372110D4016792 - 9BFBSZGDA7B636742 - 9BD13561362009970 - 9BGRZ08907G140102 - KNAJE552287457574 - 9BD19515ZF0671883 - JSAJTD54VB4610538 - 3N1CN7AD4EK390693 - 936CMNFNVLB550248 - KNAFW411AC5930545 - 93YRBB004NJ985272 - 9BRKC9F31L8069946 - 9BGRG08F0CG148994 - 9BHBH51DBEP136785 - 8AP372111C6030225 - 3HGRM6870DG500656 - 9BRBL42E0E4771535 - KMHDC51EBCU334620 - 98861112XHK103615 - 9BGKT48V0KG378166 - 9BHBG41DAFP333072 - 93HRV2870GZ100573 - 9BFZH55L4J8483503 - 93HRV2870MK208882 - 8AJBA3CD6J1600828 - 8AJKA3CD9M3090273 - 9BD255049C8941172 - 9BWKB45U0JP045217 - 9362MKFWXAB004808 - 3GNAL7EC8BS639401 - 8AD2MKFWXCG041795 - JTMZD9EVXFD050412 - 9BGEY69H0LG131607 - 93Y5SRF84KJ363878 - 9C2JC4830JR117148 - 9BGPB68M0EB193603 - 9BD15802AD6773165 - 95PJN81EPFB079602 - 93HRV3850PK106691 - 9BGEP69H0LG112471 - 8AC907635PE222703 - 93YRBB007KJ611850 - 9BGJB7520LB134821 - 8AJDA8CB6R6057564 - 8AJDA8CB9R6058126 - 94DVCUD40AJ383752 - 9BD2651PAP9230866 - 9C2KC2200JR107183 - 9BGSA19E05B114017 - 9BWAA05U6AP003139 - 9BD135019D2219217 - 93Y5SRF84LJ942421 - 98867516WJKH41450 - 8AGBB69S0KR113298 - 95PJ3812GJB005199 - 98867516WMKK32457.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **Nº 90002/SUB-MB/2024 -** Processo SEI **Nº 6045.2024/0001845-5**

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO GLOBAL -** Regime de execução: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO -** Objeto: **contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de projeto executivo e execução da obra de readequação de área pública municipal, local de execução da obra: quadra grande família, localizada na RUA TAIMIR, nº 1 - CEP 04911-020 - BAIRRO SANTA EDWIGES - DISTRITO JARDIM SÃO LUÍS - SÃO PAULO/SP -** Data/hora de envio das propostas: **até as 09h30 do dia 11/09/2024, na COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,** localizada na sede desta Subprefeitura, situada na Avenida Guarapiranga, 1.695 (antigo 1.265) - 1° andar - Parque Alves de Lima - CEP 04902-903 - São Paulo - SP - Data/hora sessão de abertura: **11/09/2024** às **10h00 -** Local: **na SALA DE LICITAÇÕES, localizada na sede desta Subprefeitura, situada na Avenida Guarapiranga, 1.695 (antigo 1.265) - 1° andar - Parque Alves de Lima - CEP 04902-903 - São Paulo - SP -** Documentação/Retirada do Edital: https://epubli.prefeitura.sp.gov.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 07/SMADS/2024 -** Processo SEI **nº 6024.2023/0006897-9**

Objeto: **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de marcas variadas, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, necessários para a execução dos serviços em Unidades Administrativas e da Rede Sócio Assistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), conforme se especifica no instrumento convocatório -** Data/hora de envio das propostas: **A partir de 06/08/2024 às 08:00 horas (DF) -** Data/hora sessão de abertura: **21/08/2024 às 11:00h -** Documentação/Retirada do Edital: **Rua Líbero Badaró, 425 - 35º andar - Centro - São Paulo, Telefone para informações: (11) 3291-9712, https://epubli.prefeitura.sp.gov.br e https://gov.br/compras -** Local: **https://gov.br/compras** .

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA PINHEIROS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica **Nº 90010/SUB-PI/2024 -** Processo SEI nº **6050.2024/0013198-4**

Objeto: **AÇÚCAR REFINADO AMORFO EM PACOTES DE 1 KG, de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital de Licitação** - Tipo: **menor preço unitário** - Data/hora da sessão pública: **12/08/2024 às 08h00min** - Local: **Subprefeitura de Pinheiros na Av. Professor Frederico Hermann Júnior, nº 595 - Pinheiros - São Paulo - SP -** Download do edital: www.pncp.gov.br ou https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA CASA VERDE/CACHOEIRINHA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência eletrônica **n° 90011/SUB-CV/2024 -** Processo SEI **nº 6033.2024/0000418-1**

Objeto: **contratação de empresa especializada para revitalização de área municipal com implantação de bosque urbano localizado na AV. DEP. EMILIO CARLOS ALTURA DO Nº 3.427 - SÃO PAULO - SP, conforme especificações contidas no anexo i - termo de referência, deste edital -** Tipo **MENOR PREÇO -** Regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** e critério de julgamento **MENOR VALOR -** Data e Hora da Sessão: **22/08/2024 às 10:30h -** Local: https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925069 -** Download no endereço eletrônico https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br - https://www.gov.br/compras - https://pncp.gov.br/app/editais?q=925069&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados EXCLUSIVAMENTE através do endereço de correio eletrônico: cplsubcv@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90108/2024,** referente ao processo nº **024.00102939/2024-14**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS DE BOMBA DE INSULINA - PACK SERVICE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 06/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Despacho da Sra. Coordenadora da CRH 02/08/2024
Nº do Processo: 024.00083859/2024-44
Interessado: Coordenadoria de Recursos Humanos.
Assunto: Contratação Emergencial de Empresa para Fornecimento de Vale-Transporte para Servidores Celetistas.
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 18/2024

Tratam os autos a respeito da contratação de fornecimento de vale-transporte para servidores celetistas, conforme solicitação do Centro de Pessoal da Administração Superior e da Sede-DFD, 0029002417.

À vista das manifestações constantes nos autos, destacada a informação 0035512295, cujos termos acolho, **AUTORIZO** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** com fundamento no disposto no inciso VIII do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, bem como a contratação através da empresa **Benefícios UPS Ltda., CNPJ nº 17.359.884/0001-78,** no valor total de R$ 120.597,36 (cento e vinte mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), considerando que é imprescindível para o atendimento das necessidades de deslocamento dos servidores celetistas lotados na Administração Superior da Secretaria e da Sede da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Valor Econômico — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

Valor Econômico

Fique por dentro das notícias que impactam suas finanças

Escolha os canais do **Valor** que você quer seguir e receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights sobre o mundo dos negócios.

Confira o passo a passo no QR Code ao lado